AC 3
EX-8950763

CADERNO ACADÊMICO

REVISTA DO DIRETÓRIO ACADÉMICO DE DIREITO
DIRETOR - RESP., JOSÉ NEVES — REDATOR - GERAL AUGUSTO DUQUE

"FUNDAMENTOS FILOSOFICOS DE PSICOLOGIA"
DE LOURIVAL VILANOVA

"ESBOÇO DE UMA REVISÃO DO CONCEITO CLASSICO DE CONTRATO BILATERAL"
DE DARCÍ DUBEUX

N.º 2 — RECIFE - ABRIL - 1942 — ANO II

CADERNO ACADÊMICO

REVISTA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DE DIREITO

JOSÉ NEVES — DIRETOR-RESPONSAVEL

AUGUSTO DUQUE — REDATOR-GERAL

N.º 2 — RECIFE - ABRIL DE 1942 - PERNAMBUCO - BRASIL — ANO II

EDIÇÕES "CADERNO ACADEMICO"

Quando, sob a iniciativa do dinamismo universitário de JOSÉ NEVES, planejamos publicar, ao lado de pequenos trabalhos de tipo comum de revista, ensaios mais sérios, maiores em extensão e, principalmente, em verticalidade de temas, a que, mui pretensiosamente, chamamos EDIÇÕES "CADERNO ACADÊMICO", nunca esperávamos que a realização de tal intento aquí objetivado, se revestisse de uma importância tão grande e que fôssemos chamados a fazer um papel tão feliz e honroso como êste de lançar ao comércio espiritual do Brasil inteligente e estudioso, o trabalho surpreendente da nova geração pernambucana. Geração gloriosa e brava, tanto como a que décadas atrás trouxe a esta velha Faculdade a admiração dos grandes centros intelectuais do passado. Geração forte, moldada nas experiências espirituais e históricas da magnífica hora presente de intensa e violenta renovação de valores, de definições em todos os sentidos da existência. Geração que não reconhece em seu meio os fazedores de poemazinhos femininos, os criadores de contozinhos cheios de indecências e de mensagens cretinas. Geração que pensa, estuda, cria e realiza na intensa perquirição das idéias o eterno imperialismo do Espírito.

Os ensaios que ora entregamos ao conhecimento e

estudo de todos, são a resposta ao apêlo feito à mocidade jurídico-universitária de Pernambuco, na atual mobilização total de capacidade e de inteligências de que o Brasil precisa. São o índice das reservas mentais da raça. A floração maravilhosa da inteligência nordestina a serviço da cultura de que esta venerável e gloriosa Faculdade continua a ser o templo.

*

As nações muitas vezes não necessitam, somente, dos recursos materiais para sobreviverem às tempestades. Elas exigem, principalmente, um grande lastro cultural, uma imensa caução espiritual, que justifique a sua permanência, fazendo-as dignas da vida e da História.

*

LOURIVAL VILANOVA e DARCÍ DUBEUX honram a tôda uma geração com os trabalhos que ora publicamos, iniciando uma série que pretendemos colher entre as inteligências môças desta terra. Não temos, mesmo, expressão para justificar o que êles significam e o que valem. A modéstia de suas atitudes e a mocidade de suas pessoas e dos seus espíritos tomam de súbito a nossa simpatia e a nossa admiração. Mas, o futuro, disso estamos certos, dirá do tamanho deles em palavras próprias.

*

Por enquanto limitamos a nos sentir honrosos e alegres pela oportunidade que temos de iniciar estas publicações com os trabalhos presentes, o primeiro dos quais revestido das qualidades características dos grandes pensadores, dos imensos pesquisadores metafísicos e o segundo possuidor da perspicácia e vocação científicas de jurista.

Esta gloriosa escola que tem ensinado boa ciência ao Brasil inteiro, apresenta, assim, os seus mais novos rebentos, os seus frutos mais recentes. E faz isso com inteira responsabilidade do seu nome e autoridade dos seus exemplos do passado.

*

Particularmente, nós de "Caderno Acadêmico" sentímo-nos embriagados da satisfação por que vamos cumprindo à risca o rumo que nos propusemos a serviço do Brasil, pela intensificação e objetivação das atividades positivas do pensamento.

Pedimos desculpas pelos pequenos senões encontrados e esperamos que as atividades "diretorianas" continuem com os propósitos que nos permitiram a presente realização.

Faculdade de Direito do Recife, abril 1942.

AUGUSTO DUQUE

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA PSICOLOGIA

Acima dos problemas pertinentes às ciências particulares, de cuja incumbência se encarrega o especialista, existe um núcleo de questões altamente importantes, não somente para a teoria geral do saber, como também, para a fecundidade das investigações especiais. Ditas questões cifram-se em determinar a estrutura formal de cada ciência, quer dizer, o estilo lógico de sua construção e quais as bases em que repousa, ou seja, quais os supostos de ordem epistemológica admitidos. É o que constitue os fundamentos filosóficos de uma disciplina científica, fundamentos necessários, porquanto, tôda classe de conhecimentos, para serem possíveis como ciência, os implica. Ainda mesmo aqueles ramos do saber mais aferrados aos "fatos" não podem prescindir de aceitá-lo — muita vez sem disso se dar conta — como instrumentos prévios e indispensáveis.

Mas, assinalar o posto que ocupa no quadro geral do saber uma dada classe de conhecimentos, é trabalho que, realmente, escapa aos limites próprios às ciências especiais. Trata-se de um problema de caráter formal. Apenas uma ciência que tenha por objeto a forma do conhecer, abstração feita dos conteudos, é competente para discutir devidamente o assunto. E, de outro modo, não poderia ser. As ciências especializadas representam sempre conhecimentos fragmentários do real uno e múltiplo. Dada a subjetiva impossibilidade de o homem concreto abarcar, concei-

tualmente, a heterogênea complexidade do real, impõe-se, no campo do conhecimento, o fecundo princípio da divisão do trabalho. Mas, além dêsse princípio de economia do pensamento, fundamenta a existência das ciências particulares razões de índole propriamente lógica. O que, antes de tudo, importa sublinhar é o fato de o especialista científico, como tal, não poder ocupar-se com aqueles problemas filosóficos atinentes à matéria em que dedica suas atividades. Pois, para tanto, terá o profissional especialista de formular perguntas e respostas sôbre a essência, sentido e possibilidade da ciência em geral, sôbre a classificação e método das ciências, suas relações, etc., quesitos ante os quais sente-se impotente o físico, o químico, o psicólogo, o sociólogo, o investigador científico qualquer. Uma especialidade científica implica, forçosamente, a subordinação a um horizonte claro e configurado, limitação esta decorrente da natureza do campo a explorar e do intrumental lógico empregado. Aqueles quesitos referidos, que se impõem se o cientista aspira meditar sôbre a essência de seu trabalho, pertencem a uma linhagem de problemas universais. O passo até êles compele o investigador especializado a transpor as fronteiras que lhe são devidas. Historicamente, é verdade, verifica-se que as reflexões lógicas e as empírico-materiais se teem reunido nas mãos de muitos investigadores dedicados às ciências parciais. E, ainda no presente estado do saber, constata-se essa circunstância, o que, de nenhum modo, debela as asserções acima expostas. Unicamente, significa: muitos cientistas, além de cientistas são também filósofos, feliz ocorrência para a fecundidade dêstes dois ramais do pensamento. Mas, permanece valido o seguinte: sistematicamente, existe uma linha divisória entre êsses dois gêneros do labor mental. Assim, o físico, o psicólogo, etc., enquanto tais, não fazem lógica, nem teoria do conhecimento, nem ontologia, em suma, não filosofam.

A pergunta de se é possível uma ciência da ciência, encontra resposta afirmativa. Grande parte da produção dêstes últimos cincoenta anos versam sôbre a TEORIA DA CIÊNCIA. Foi FICHTE quem bosquejou, concientemente, o tema.

Uma ciência da ciência não pode ter por objeto o conteudo das ciências. Seria, então, um conjunto en-

ciclopédico, uma ciência global, integralmente compreensiva do material distribuido nas ciências particulares. Tarefa, em princípio condenada ao fracasso, não somente pela subjetiva incapacidade residente do lado do homem empírico, como pela necessidade lógica e objetiva de repartir a multiplicidade real em pontos-de-vista irredutíveis. O verdadeiro caminho para se mostrar a possibilidade dessa original investigação se acha percorrendo as considerações abaixo rapidamente indicadas.

Abstraindo-se de uma ciência seu conteúdo, resta apenas a forma, o esqueleto lógico de sua construção, i. e., todo o complexo de conceitos fundamentais, a técnica no investigar (método), os pensamentos, inferências e demais figuras ideais que, necessariamente, a disciplina maneja. Êsse proceder analítico permite evidenciar um fato, sumamente importante para a teoria da ciência, o qual consiste na falta de univocidade entre as formas e os conteúdos. Assim, distintos materiais são trabalhados pelas mesmas medidas lógicas e, inversamente, um mesmo material pode ser tratado por distintos processos mentais. E o que acontece quando o físico, o psíquico, o sociológico, o cultural, sem menoscabo de suas essenciais diferenças, são tomados do ponto-de-vista das leis universais, sendo, então, considerados como mera natureza. De outro lado, o psíquico, o sociológico, p. e., tanto podem ser submetidos a um tratamento naturalista como histórico, tanto em atenção à constância legal como à variação individualizadora. Mais ainda. Seja qual for a espécie de objeto a estudar, o investigador jamais poderá dispensar aqueles supostos formais representados pelos princípios lógicos puros — identidade, contradição, exclusão de terceiros, razão suficiente —, pelos conceitos categoriais, pelos modos do raciocínio — desde as inferências imediatas às mediatas, desde os pensamentos evidentes por si mesmos às induções penosamente recolhidas na experiência.

A independência das formas lógicas em relação aos objetos do conhecimento fundamenta a possibilidade de uma ordem tôda especial de reflexão, faz possível uma teoria da ciência. A existência de leis — as mais rigorosas que nos são dadas — a que está sujeita a arquitetura dessas formas confere à doutrina da ciência seu carater sistemático. É êste um ter-

ritório onde teem acolhida afluentes procedentes de várias províncias filosóficas. Rigorosamente, é um complexo unitário de questões, na resolução das quais concorrem a lógica, a epistemologia e a teoria formal dos objetos (ontologia objetiva), o que é fácil de compreender. No fenômeno do conhecimento estão interessados, como fatores essenciais, o sujeito, a realidade e a possibilidade de o sujeito captar a realidade.

Por conseguinte, e sob o critério da teoria da ciência que se deve determinar os fundamentos filosóficos da psicologia, fundamentos que esta disciplina empírica particular toma como ponto de partida necessário para compreensão dos processos de conciência. Em obdiência à ordem em que foram apresentados êstes fundamentos — **a**) estrutura lógica e **b**) supostos epistemológicos — será desenvolvido o presente ensaio. Antes, porém, de entrar no centro do tema, convém tomar a interrogação capital de quando é, em geral, possível uma ciência e dar-lhe objetiva e sumária resposta.

*

* *

Objetivamente, uma ciência é possível sempre que alguma esfera de realidade seja dada. A tantas esferas originárias da realidade, tantas ciências possíveis. Que o real seja, de algum modo, dado. De não ser, subsiste como inexistente para o sujeito. Muita vez a complexidade do real embaraça a análise de todos os aspectos de que se compõe. A mente não chega à posse do conceito fundamental que abstrai êste ou aquele aspecto. Assim, por exemplo, aconteceu com o fenômeno sociológico. Por muito tempo permaneceu envolto em meio do tecido formado pelos fios do antropogeográfico, do psíquico, do histórico. Somente, quando se conseguiu apreender o conceito do fato social apresentou-se ante a inteligência o novo objeto. Portanto, enquanto o real não é dado é algo subsistente por si mesmo mas, de nenhum modo, objeto. E, enquanto permaneça desconhecida alguma face do mundo, lhe corresponde, idealmente, uma ciência possível. Nenhuma razão necessária encontra o pensamento para supor que a realidade já esteja atacada em todos os seus lados, tomada em todos os pontos

revista que comporta. Nesse sentido, a multiplicidade do real é irredutível a racionalidade.

Logicamente, a possibilidade de uma ciência reside, como ficou insinuado neste último parágrafo, no sujeito. Reside na faculdade que tem o sujeito de entressacar dos fios concurrentes na formação do real uma combinação "sui-generis", irredutível. Uma categoria decide qual dos plurais elementos do universo objetivo deve ser captado na relação de conhecimento. Soberana e livres para eleger os objetos, fixando pouso no sítio que lhes aprouver, perdem as categorias êsse inicial arbítrio, uma vez armada a tenda para exploração cognoscitiva do campo escolhido. Depende da natureza do campo os caminhos que lhe dão acesso. São os objetos que, em última instância, decidem qual método lhes convém. Os conceitos, os pensamentos, se aspiram extrair, verdadeiramente, as notas constitutivas de um determinado território do ser, teem que se comportar, em larga medida, como fiéis servos mentais. Tantas regiões do ser, tantos procedimentos para atingí-los. A-fim-de atingir os objetos ideais, tem o sujeito que se dobrar, por assim dizer, sôbre si mesmo: é o caminho da reflexão pura. Êstes entes ideais — as figuras lógicas e matemáticas — que o pensamento puro saca de si próprio constituem verdadeiros objetos, apenas com uma forma de serem subsistentes, diferente da de uma árvore, de um sentimento, de um desejo. Como entes objetivos opõem resistência infranqueáveis à vontade individual do eu, e põem as leis, logicamente, necessárias de sua íntima constituição.

Se, em vez dos ideais, consideramos os objetos psíquicos, outra acomodação é exigida à pupila científica. Os processos anímicos são fenômenos, imediatamente, dados, fluentes no tempo e, por excelência, inespaciais. Destas características decorre a única possibilidade, o único modo de vê-los; a introspecção. A faculdade introspectiva importa aos fatos psíquicos como a visão à luminosidade espacial dos corpos. Sem uma nem outra, ambos gêneros do real, deixariam de ser percebidos. Somente a percepção interna pode colher a realidade original da alma. Daquí a improcedência de todo intento radical do método objetivista em psicologia. Dito método muito tem contribuido para o rigor experimental da ciência psicológica (bas-

ta recordar bom número de resultados da escola condutivista, a determinação dos limiáres perceptivos e os ramos da psicologia, somente, acessíveis ao processo objetivo). Todavia, não é um método independente. No fundamental, sem a ajuda interpretativa da introspecção, jamais o repertório de movimentos, gestos e reações de um indivíduo poderia conferir a mínima notícia de uma emoção, de um anseio, de um ato de pensar. Sem introspecção, a psicologia seria impossível. Ã base da extrospecção encontra-se a auto-observação; de outro modo não se compreenderia os resultados colhidos pela observação e experimentação objetivas. Até onde chegam com êxito as investigações condutivistas, por exemplo, tem mostrado com certo humor e de maneira penetrante BERTRAND RUSSELL (1)

Acessíveis à observação externa são os objetos reais sensiveis. As coisas, dada sua estrutura e forma de realidade, não podem deixar de ser apreensíveis por meio dos sentidos. Ainda mesmo o átomo ou o mais infinitesimal fragmento material, essencialmente, se oferecem abertos à visibilidade. De-fato nunca, foram vistos, apreendidos, imediatamente. Mas, isto deve-se ao humbral de capacidade perceptiva peculiar a todo receptor sensorial.

Não comportaria semelhantes vias de acesso o singular perfil de uma norma, de um fato cultural, de um valor. Aquí defrontamos com outros específicos objetos. A intuição, a apreensão pelo sentimento estimativo do homem adeanta-se como o modo conveniente para surpreendê-los.

Se se persegue as rotas apontadas, ficará patente que o método é função do objeto e dos propositos cognoscitivos postos em problema pelo sujeito. A análise de um complexo de conhecimentos revela até que ponto ambos fatores colaboram. É verdade, a importância dêstes fatores apresenta-se desigual, consoante a ordem do saber. O sujeito predomina nas disciplinas lógicas puras e matemáticas mas recúa e deixa avançar a realidade, com todo seu peso, nas ciências da natureza. Esta circunstância bifurca a teoria da ciência em orientações contrapostas. Desta forma, há uma teoria da ciência objetivista — cujo manancial

---

(1) **Fundamentos de Filosofia,** capítulos V, VI e VIII — Ed. "Apolo", Barcelona.

parte de ARISTÓTELES; no mesmo sentido é a positivista — outra de feição idealista — de procedência kantiana. Sem embargo, pode-se afirmar que o método e a essência da ciência são função dos dois elementos conjugados: sujeito-objeto.

*
* *

Depois de firmadas estas linhas gerais, estamos em situação de trazer a ciência da alma ao tribunal da lógica a-fim-de, certeiramente, ser julgada. Antes de tudo, merece a psicologia o título de genuina ciência. Os fatos interiores constituem um tecido "sui-generis", original, tão substantivo quanto qualquer categoria do mundo real. A irredutibilidade fundamental dos processos psíquicos exige uma ciência autônoma especial que os tenha por objeto. O primeiríssimo conceito desta ciência é o de fenômeno psíquico. A obtenção dêste conceito é fruto da empíria, e o termo alcançado pelo sujeito depois de partir a caça dos fatos anímicos, inicialmente, apenas vividos. Logicamente, o conceito de fato psíquico funciona como um apriori, como condição prévia para que seja possível selecionar, da inesgotável multiplicidade heterogênea do real, aqueles fios, de cuja interseção surge, precisamente, o objeto no fixado conceito. O conceito fundamental de uma ciência estabelece a órbita lógica dentro da qual os fenômenos devem cair sob pena de não serem reputados objetos da ciência em questão. O investigador, munido do conceito fundamental enfrenta o mundo; sem êsse esquema básico, perde-se na multidão das coisas sem saber o que recolher. E é graças ao conceito limite da ciência cultivada que sabe até onde pode ir. Porisso,, o adepto da teoria da conduta, ainda nos casos de máxima objetividade não estará autorizado a registar, unicamente, reações externas. Se a um movimento não logramos descobrir um acontecimento psíquico, mínimo que seja, tal movimento escapa à consideração da psicologia. Estaremos, na hipótese, ante um sucesso de ordem física — físico propriamente dito, químico, fisiológico. Como nem sempre os especialistas se manteem com respeito a êstes limites, a história do saber, no que a psicologia concerne, atesta a confusão havida entre processos

fisiológicos e estados psíquicos, entre fisiologia nervosa e psicologia pura. Logicamente, não há como confundir ambas categorias, o que em nada obsta a iniciar-se um tratado de psicologia com a descrição anatômica e funcional do sistema nervoso. Incluso, é certo a tese de que, para a compreensão de grande parte dos fenômenos da alma, indispensável se faz o conhecimento dêsse ramo da fisiologia.

Característico do fenômeno psíquico, traço privativo de sua constituição, é o apresentar-se, imediatamente, de um modo direto ao eu que o experimenta. O eu é a fonte onde o sujeito o encontra. Em relação às ciências dos corpos, goza a psicologia a notável vantagem de o seu objeto ser dado com imediata presença, sem intervenção dos mediadores sensoriais. A presença imediata do fato conciente é vivida de uma forma absolutamente certa. Cabe duvidar se algo objetivo corresponde a um estado mental mas não será possível duvidar do estado mesmo, de sua plenária existência. Já em seu tempo, ARISTIPO deu-se conta dessa incomovível certeza que acompanha as vivências; DESCARTES a considerou como o único ponto de apôio que resistiu à voragem da dúvida levada às extremas consequências.

A circunstância de se recusar à psicologia o título de verdadeira ciência — não mereceu posto na classificação conteana — provem ordinariamente de dois prejuizos: do naturalismo e do materialismo. Com efeito, se se mantem o suposto (metafísico) de que a realidade inteira é matéria, reduzindo-se todos os fenômenos experimentáveis aos princípios fundamentais do material — extensão, movimento, divisibilidade, impenetrabilidade, conservação da energia, etc. — então, os acontecimentos da alma, cuja essencial estrutura repele tais princípios, não passam de meros epifenômenos, enganosas aparências. Nessa ordem de coisas tem lugar aquela ingênua teoria segundo a qual o pensamento (a conciência) é uma secreção cerebral. Consequentemente, investigar o psíquico como algo substantivo é desconhecer a realidade sob a qual descansa o aparente: — o processo nervoso.

Mas, muita vez se tem em devida consideração a irredutibilidade última do processo psíquico e, no entanto, contesta-se dignidade científica à psicologia. Em lugar do monismo materialista, temos o monismo na-

turalista. Além da psicologia foram vítimas do menosprezo naturalista as disciplinas históricas e sociais. E, isto, por uma razão bem palpável. Estimando conhecimento **estrictissimo sensu** alí onde é possível reduzir o fenômeno individual a um complexo de lei causal matemática, há de se circunscrever, rigorosamente, o conceito de ciência e de se excluir dessa categoria muitas classe de investigações cujo material rechaçe a simplificação exigida pela causalidade quantitativa. Quanto à realidade da alma, em extremo complexa, torna, seriamente, vacilante o emprêgo do esquema causal indicado. Do estado atual dos trabalhos psicológicos (2) resulta que, somente, nos fatos elementares, ou seja, nas sensações, nas ações reflexas, instintivas, nas emoções simples, etc., é possível isolar as séries de antecedentes e consequentes e, portanto, aplicar com relativo êxito a forma de explicação causalista. Por outro lado, as conexões encontradas no ser e devenir da alma, no conjunto total da pessoa, mostram indiscutivelmente, a presença dêsses fatores inaspaciais e não quantitativos, que garantem a unidade totalitária do eu e operam à maneira das entelequias aristotélicas.

Que a realidade total seja quantificável e esteja sujeita, no curso das modificações, a legalidades, unicamente, causais é um pressuposto apriorístico no mau sentido da palavra! Com uma pretensão dêste gênero, violenta-se injustamente, a virginal riqueza do universo real em favor de uma simplificação que opta menos pelo conhecimento que pela economia do pensamento, pelo princípio que favorece a ação. De um certo ponto de vista, tudo é numerável; o que se verifica abstraindo-se das coisas tôdas as propriedades e qualidades menos uma: a de ser contável, ponto de incidência de um número. Mas, quem domina, numericamente o universo, em realidade apenas possue uma ínfima porciúncula da imensa heterogeneidade do universo. O mundo goetheano sempre será mais rico em côres e exatidão do que o universo pitagórico. Também, sob um certo ponto de vista, todos os processos ocorrentes na realidade efetiva comportam uma explicação da forma causa-efeito, desde que se abstraia as

---

(2) Vide a concienciosa exposição feita por J. V. Viqueira, em **La psicologia contemporânea, Ed. Labor.**

direções finalistas que, por ventura, contenham. Comportam semelhante explicação porque, além da causalidade mecânica, de caráter matemático, existem outras classes. Se, uma vez, GALILEU afirmou que a natureza, o mundo, estava escrito em línguagem matemática falou como genial físico e astrônomo que era. Outra, porém, é a linguagem dos objetos psíquicos, sociais, históricos...

Vale acentuar mais — em favor da psicologia como ciência — que o característico requerido a uma ordem de investigações para ser tida por genuina ciência é a subsistência de uma esfera autônoma de realidade, não sendo levado em linha de conta qual a natureza das leis ou conexões imperantes nessa esfera. Necessário é que haja leis, pois, impossível seria o saber, propriamente dito alí onde o ser e a sequência dos fenômenos se verificassem no puro reino do azar. Agora, é um fato que no psíquico há suceder regular e constante e que a conciência representa um aspecto do real. Temos, assim, o fundamento objetivo da psicologia como ciência.

Concedido êsse ilustre título à teoria geral do psíquico, falta resposta à pergunta de em qual classe está inclusa. Aquí deparamo-nos com uma questão lógica que deve ser posta em têrmos exátos. Entre os espiritualistas do século passado havia irresistível inclinação para colocar a psicologia ao lado das chamadas ciências do espírito. Repousa essa decisão em motivos de ordem secundária para a teoria da ciência. São razões de caráter valorativo que explicam certa resistência íntima a considerar a psicologia como ciência da mesma estirpe lógica das naturais, do inorgânico e do orgânico. Em realidade, infranqueável distância existe entre o átomo físico sem vida, a célula orgânica e o fenômeno conciente, entre o ser que jamais poderá tomar notícia de sua própria existência e o eu, no qual a existencialidade é inseparável do saber de si mesma (HEGEL). Todavia, é logicamente importante essa intransponível distância a ponto de determinar a exclusão da psicologia do grupo das disciplinas naturais, e, assim, conferir-lhe um lugar entre as ciências do espírito?

Se se toma a palavra espírito significando o eu, a conciência, a alma, a personalidade, isto é, em laxa e sinônima terminologia, a caracterização da psicolo-

gia em ciência do espírito propõe-se apenas acentuar, com o determinativo espírito, o traço marcante do objeto da doutrina do psíquico frente ao objeto material das demais ciências naturais. Nada há que dizer contra essa terminológica preferência. Até mesmo, com vistas a um certo critério, goza de legitimidade a divisão das ciências em ciências dos corpos e ciências do espírito. Contudo, tal divisão, sôbre ser incompleta, é feita com exclusiva atenção a estrutura geral dos objetos. Somente mantendo-se êsses dois grupos de ciências somos forçados a incluir a psicologia entre as do espírito. Para libertá-la de tão incompleta alternativa, basta restabelecer o princípio cardial da teoria da ciência: não somente a natureza estrutural dos objetos mas, também, a forma em que êstes são apreendidos pelo sujeito teem importância no classificar as espécies de conhecimentos. À luz dêste princípio, veremos ser conveniente dar uma mesma caracterologia às investigações psicológicas e ao estudo da natureza.

Antes, devemos nos descartar do conceito do espírito. Propriamente, o objeto espiritual não se confunde com o objeto psíquico. Aquele é um produto histórico, no máximo sentido dêste têrmo. A psicologia se atém ao eu em sua primigênia imanência, ao eu e ao complexo dos momentos da conciência como puros fatos. Surge o espírito quando a alma subjetiva, prisioneira na imanência de seus próprios estados, é comovida pela apreensão dos objetos valiosos. A recepção de normas, nas quais se encontram cristalizados valores objetivos, obra como fôrça capaz de alterar o mero fluir da corrente de conciência, imprimindo-lhe direção, finalidades significativas. O puro devenir anímico discorre, indiferentemente, isto é, alheio por completo às oposições axiológicas que tanto inquietam o ser do homem nas fases históricas de sua evolução. Um traço da alma do selvagem é a ingenuidade no viver, essa tranquilidade mais aquém do bem e do mal com que se entrega à existência imediata. Considerando-se, do ângulo devido, o curso histórico representa o processo de realização, do espírito objetivo na alma subjetiva. Visto do lado da alma, o processo histórico constitue um paulatino romper-se o véu de imanência em que esta jazia, como crisálida, encerrada. A irrupção do espírito no eu transparece nas

primeiras intuições do sentimento estimativo, nas distinções entre o justo, o bem, a verdade, etc., e respectivos contrários.

O atributo da transcendência fundamenta a impossibilidade de o espírito ser o objeto da ciência psicológica. Em favor à brevidade de uma fórmula poderíamos dizer: o espírito é igual ao eu mais os valores objetivos efetivamente apreendidos. A questão de se é possível encontrar na efetiva realidade o eu puro, o fato anímico desnudo, totalmente, de significações objetivas, constitue problema distinto, não confundível, com o de índole lógica. Metodicamente, a psicologia faz abstração dos conteúdos objetivos, intimamente, fundidos com a alma. Procedendo assim, o faz como qualquer ciência. Desarticula, conceitualmente, a unidade múltipla do existencial, do real empírico dado a-fim-de lograr pontos de vista irredutíveis.

Mal se pode contestar, legitimamente, o fato de que a psicologia, ciente de seus limites lógicos leva a cabo aquela fundamental desarticulação metódica do composto unitário — espírito. Com efeito, o material trabalhado pela ciência da alma é formado dos fenômenos de conciência que, ocorrentes no indivíduo concreto sob a espécie indecomponível de fenômeno espiritual, podem ser tratados, naturalmente, o que significa, como simples fatos e acontecimentos, ante os quais apenas se constata, sem predicar-lhes estimativas e valorações. Nada mais quer a psicologia que descrever e explicar, em si mesmos, fatos psíquicos como o curso das percepções, dos pensamentos, dos desejos, volições e sentimentos.

A investigação, estritamente psicológica, dos estados anímicos abstrai, portanto, os conteúdos objetivos, presentes na unidade total, constituida pelo eu e seus estados. Tais conteúdos figuram como uma dimensão mais além do eu, inalcançável pela psicologia. Realmente, tomar um fenômeno psíquico qualquer e conferir-lhe predicamentos como a beleza, a bondade, a pureza, etc., vale por um verdadeiro salto lógico entre esferas situadas em planos diversos. Em si mesmos, o prazer, a alegria, o amor, o pensamento, a sensação, não são bons ou vis, belos ou feios, mas, processos que, por existirem, estão justificados. Comportam-se alheios àquelas contraposições qualitativas,

da mesma maneira que um acontecimento natural representado pelo giro de uma bola em movimento. Por consequência, o suposto de tôda valoração ou referência valorativa é a relação em que se põe o fenômeno psíquico com algo acima do fenômeno mesmo, algo cuja realização na efetividade do acontecer mental produz o objeto espiritual. E isto não faz a psicologia propriamente dita. Êste asserto limitativo não aspira repelir a possibilidade de uma psicologia do espírito. Cabe estudar a repercussão que deixam os valores quando fendem a superfície tranquila da vida espontânea da alma. Os valores, conforme sua classe, inscrevem indeléveis perfís no eu. Há, pois, margem para o estudo das formas de vida, há margem para uma psicologia do santo, do artista, do sábio, etc.. DIELTHEY, JASPERS, SPRANGER foram os geniais trabalhadores dêstes campos. A psicologia do espírito vem a ser uma psicologia da cultura, desde que o espírito é um produto cultural, histórico. Mas, por essa razão, constitue um território misto de investigações, diverso do especial à teoria geral do psíquico, a psicologia pura.

A-fim-de ultimar o que de importante o problema do espírito oferece a esta dissertação, vale ainda insistir sôbre o conceito da transcendência. Torna-se claro não significar êste conceito algo de metafísico. Consiste, simplesmente, na forma de objetividade, no modo peculiar como o espírito, em sua validade, goza de autonomia supra-individual ante o puro devenir psíquico, por essência, individual e diluível no tempo. A análise de qualquer ato espiritual o confirma. Sabemos que o espírito é um produto híbrido; resulta do contacto entre a conciência e aqueles objetos portadores de valor. A conciência é temporal e acha-se encerrada em si mesma; o valor, intemporal e absoluto, proporciona à conciência a superação dos instantes, radicalmente mutáveis, que caracterizam e formam o vir-a-ser psíquico. Até onde pode ir a investigação psicológica, estritamente entendida? É suficiente tomar um ato espiritual para responder a esta pergunta. Elejamos o conhecimento. Indiscutivelmente o conhecimento é ato que se processa na conciência real dos indivíduos concretos. Por conseguinte, cabe investigar o trabalho nervoso, a conexão existente entre o ato cognoscitivo e os demais atos, as leis psíco-

físicas conforme às quais o conhecimento se dá, a percepção, a associação e o juizo como as condições básicas para ser possível e, enfim, outras questões semelhantes. Sem dúvida, tudo isso cai sob a alçada da psicologia. Trata-se de estudar o eu e seus estados, em si mesmos, sem os pôr em referência com o que se encontra fora da conciência. Mas, se se persegue na análise, alcança-se um ponto onde a psicologia tem que calar. Quer dizer, esta ciência sente-se incapaz de dar a última palavra sôbre a constituição íntegra do ato de apreender realidades. Pois, o conhecimento é um fenômeno dualmente constituido, como todo objeto espiritual. Caracteriza-o a validade, isto é, a conformidade ou não conformidade com o ser ao qual intencionalmente se refere. É um dado conhecimento verdadeiro, falso? A disciplina psicológica dá-se por incompetente para contestar a tais interrogações. A verdade e a falsidade são conceitos relacionais que convém ao conhecimento e, nunca, ao ato de conhecer. O conhecer é objeto psicológico; como processo efetivo da conciência, flue no tempo, puramente, estranho à polaridade verdadeiro-falso. Representa um modo fundamental do eu, ao lado da vontade e do sentimento.

A circunstância de que, na realidade, o pensar (conhecer) se ofereça inseparavelmente unido ao pensamento (conhecimento) — pensar é pensar em algo na forma de pensamentos — não impossibilita a fenomenológica separação de ambas as coisas. De outra maneira, a psicologia do conhecer-se indentificaria com a ciência em geral e com a teoria do conhecimento. Mas, claro é se a psicologia considera a percepção e o objeto da percepção, o ato de conhecer e a realidade a conhecer, o faz com outros especiais propósitos que o de investigar a verdade e a possibilidade de conseguí-la. Na indissolubilidade fática do trinômio pensar-pensamento-objeto encontra explicação o caso de a psicologia, no tratamento de seu específico território, ser forçada a manejar com figuras lógicas e ontológicas além dos fenômenos psíquicos mesmos.

No essencial, as razões por que o conhecimento, propriamente dito, é inalcançável pela conciência psicológica são extensíveis aos demais objetos espirituais — juridicos, morais, artísticos e religiosos. Sempre a alma — individual, temporal, imanente, destituida de

sentido — e o espírito — transindividual, contaminado de eternidade, transcendente, valioso — hão de se distinguirem essencialmente.

Em conclusão do exposto, podemos advogar a teoria de que a psicologia não é uma ciência do espírito.

Uma vez chegado a êste ponto conclusivo, retomamos a orientação segundo a qual a psicologia é uma disciplina natural. É o outro têrmo da alternativa que resta se se reparte, logicamente, o território das ciências empíricas particulares em sistemáticas (naturais) e espirituais (culturais). Tal divisão é, no presente, uma das mais fecundas em consequências metódicas e conta, em seu favor, com sólidos fundamentos.

Subsistente o princípio de que não somente o material basta para definir um corpo unitário de conhecimentos mas, também, e sobretudo, o modo de elaborar êste material, a forma de operar, conceitualmente, sôbre a realidade, necessário se faz transportar êsse fundamental supôsto para a teoria geral do psíquico e examinar-lhe o estilo lógico de sua arquitetura. Um exame desta natureza, há de prescindir, até certo ponto, da questão atinente ao conteúdo. Trata-se de julgar a técnica da construção, não a matéria nela empregada. E não é outro o problema da doutrina da ciência.

Previamente, podemos estabelecer que a ciência da alma é uma ciência natural. Natural, é tôda espécie de compreensão científica, cujo essencial propósito reverte em subordinar o objeto ou fenômeno singulares a um conceito genérico ou de lei. Consiste em surpreender no dado individual e, porisso mesmo sem paridade, o denominador comum, aquelas notas ou atributos que, distribuidos numa pluralidade de coisas, constituem sua comunidade ôntica. O universal das coisas e dos fenômenos representa o ponto de incidência do conceito propriamente dito e das leis — conceitos objetivos e conceitos relacionais. Qualquer ciência, sem exceção, maneja conceitos. Com efeito, o conhecimento, em sentido rigoroso, somente pode se dar onde existe pensamentos referentes a objetos. Os pensamentos são complexos de conceitos e a ciência um complexo sistemático de pensamentos. Próprio daqueles é a universalidade. O conceito, por sua es-

sência lógica, nunca é destinado a convir somente a um único objeto. A amplitude de aplicação é, numericamente, indeterminada. A circunstância de existir, empiricamente, um só ente ao qual se aplica é acidental. Com o conceito, subsistirá, eterna, a possibilidade de subordinar quantos congêneres fragmentos do real apareçam. Neste sentido, é universal; o individual, o absolutamente impar que caracteriza o real, é inconceituável. A fixação de uma nota privativa de dado objeto ou fenômeno seria intransponível obstáculo para transportar o conceito a mais de um ponto da incomensurável realidade.

Mas, se o conhecer é, constitutivamente, generalizador, todavia, cabe distinguir um grupo bem definido de ciência para as quais a individualidade é retida. Há objetos, cuja especial significação exige o tratamento do que lhe é singular. O modo como entrecruzando-se fios e mais fios de universalidades (conceitos) se forma a teia para captura do individual, concerne à reflexão sôbre a estrutura lógica das ciências históricas (espirituais).

De não ser assim, uma só categoria de saber haveria: — o natural.

Para desobstruir o caminho à admissão da psicologia na classe das ciências naturais, é necessário, antes de tudo, se prevenir contra a identificação entre compreensão natural e compreensão causal. Natureza, formalmente, não consiste apenas na porção do mundo determinada causalmente; em acepção lógica e amplíssima, representa o conjunto do real, regido por leis universais. Há mais de uma classe de lei na ordem real. Efetivamente, há leis causais e leis teleológicas. E, quanto às primeiras, vale distiguir várias subclasses, como o fez THEODOR ELSENHANS: — a causalidade física, a causalidade biológica e a psíquica. Dizendo-se em velha linguagem: o princípio supremo de razão suficiente toma diferentes modalidades de conformidade com as categorias do sêr. Delimitado, assim, o conceito de natureza, torna-se patente que a realidade natural compõe-se dos processos físicos, biológicos, psíquicos, sociais, pois, somente num mundo temporal será possível a existência de leis universais reguladoras de modificações. Não constitue, portanto, natureza a região dos objetos ideais

e dos valores, estranhos que são a qualquer alteração e subsistentes de uma vez para sempre.

A temporalidade é a forma necessária em que os fenômenos psíquicos se apresentam. Todo fato mental se dá no tempo; começa, dura e se extingue coisa inconcebível sem o dado primário da duração temporal. O tempo é para percepção interna o que o espaço para a perceção do mundo exterior. Mas, constatando que os fatos anímicos ocorrem, forçosamente, numa meio temporal, apenas contamos com fundamentos para concebê-los entre si nas relações de antes e depois, simultâneas e sucessivas. Há mera sucessão, pura simultaneidade entre os estados psíquicos ou verdadeiros nexos relacionais, nexos constantes e regulares? Em outros têrmos, existe, simples contingências ou leis? A resposta se pronuncia a fafavor do último têrmo da disjuntiva. De fato, os fenômenos de conciência em particular e o eu, totalmente, considerado, estão subordinados a leis, cuja falta aparente daquele rigorismo das físicas procede de sua complexidade. Basta mencionar as leis associativas, a regularidade dos reflexos consecutivos a dados estímulos, a conexão entre o quantitativo dos excitantes e a intensidade das sensações (leis de WEBER, de FECHNER, de WUNDT), a tendência à personificação dos fenômenos anímicos (W. JAMES), a unidade e a identidade do eu no fluxo do acontecer, etc.. Relações uniformes se encontram entre processos físicos; físicos estreitamente ditos, e nervosos — e psíquicos — causalidade psico-física, como entre os processos psíquicos mesmos — causalidade psíquica pura.

Sumamente discutida é a vigência da lei causal no âmbito da vida conciente. Tanto a causalidade psíquica como a causalidade psico-física. Quanto à primeira forma, argumenta-se: a) a relação causa-feito é privativa dos fenômenos materiais, b) implica o princípio da energia, princípio que repugna à fenomenologia do psíquico — o psíquico não sendo aditivamente composto de partes, não sendo uma multiplicidade de justaposição (BERGSON) é incompatível com a mensurabilidade própria do princípio da energia. Contra a causalidade psico-física, intercepta-se a objeção capital de que não é possível inter-ação tratando-se de mundos tão dissemelhantes quanto o físico e

o psíquico. Com efeito; **a**) ambos se acham delimitados por intransponíveis fronteiras — espacialidade, mensurabilidade, etc., de um; inespacialidade, inaptidão às decomposições partes-somas exigidas pela mensurabilidade, de outro; **b**) o contacto causal implica certa homogeineidade entre os fatores intervenientes na relação; **c**) sendo o espírito alheio à energia, admitir sua interferência no campo físico teria como consequência violar o inalterável quantum de energia, para mais ou para menos e, com isso, destruir o princípio da constância; **d**) por último, não seria satisfeito um dos requisitos básicos da conexão causal, o da reversão quantitativa do elemento antecedente sôbre o consequente, desde que aquí, um dos fatores, o psíquico, é estranho à quantidade, propriamente tal.

Como se sabe, estas objeções contra a inter-relação fisio-psíquica são menejadas pela teoria do paralelismo. As esgrimidas contra a causalidade psíquica denunciam a necessidade de não se identificcar essa forma do suceder com a física material; de outra parte, enfermam pelo excesso no conceituar a lei causal, o que muita vez — como no caso bergsoniano — nutre-se na idéia de evitar tôda física mental. Quanto ao paralelismo, puramente, pode ser monista ou dualista. O monista apresenta dúplice forma: — espiritualista ou materialista. Segundo admita a substantividade original do psíquico e do físico, ou reduza um a outro, distingue-se o paralelismo dualista do monista. O epifenomenismo representa uma variedade do monismo material.

Exposta, nestes têrmos, a situação do problema, não há meio de superar tal problematismo senão perseguindo as seguintes rotas. Antes de tudo, havemos de considerar que entre as séries de processos ocorrentes no mundo empírico existirá regularidade na sucessão, nexos permanentes ou pura sequência temporal. Lei e contingência esgotam as possibilidades objetivas de qualquer suceder real. Ora, é um fato comprovado que nenhuma teoria pode debelar, o de que entre os fenômenos psíquicos como entre êstes e os físicos imperam não somente relações temporais mas nexos legais, não somente se dá um "post hoc" mas também um "propter hoc". Porisso, o paralelismo mal consegue explicar, tornar inteligível, partindo do supôsto das séries de fenômenos psíquicos e físicos

paralelas e independentes, a circunstância de se verificar sempre aquela coordenação, aquela correspondência funcional entre elementos físicos, processos nervosos e estados psicológicos. Daquí infere-se a conclusão de que a hipótese do hermetismo em que supõe-se encerrado sistema físico contraria a experiência. Por outro lado, o paralelismo é vulnerável. E é precisamente quando rechaça admitir contacto entre ambas séries sob o fundamento de que se tal se verificasse, importaria em destruição do princípio da constância energética. Mas, sendo o psíquico estranho a energia, nem creação nem desaparecimento desta traria em atuar sôbre o físico. Todavia, qual a natureza dêsse atuar, constitue sério problema. Limitar-se-a a ação do psíquico a conferir uma ou outra direção ao curso dos movimentos materiais, a imprimir sulcos, por assim dizer, por onde fluisse, sem alteração de seu quantitativo, a corrente da energia física. Em apôio dessa idéia, como de várias outras explicativas da relação físio-psíquica, a teoria psicológica se vê compelida a solicitar bases de ordem metafísica ou princípios pertinentes à ciência física.

No que respeita à causalidade psíquica, para se emitir o devido julgamento, é necessário pleitear a questão fundamental de quando se pode, em geral, falar de causalidade. Simplificando, costuma-se armar dita questão nestes têrmos: os fatores **a** — **b** se acham entre si em relação de causa para efeito na hipótese de, em todos os casos observados, dado o primeiro se verifique o aparecimento do segundo e, inversamente, sempre que êste se dê, constatamos a anterior presença daquele. Quer dizer, **a** constitue o antecedente de **b** como consequente e somente **a**. Empiricamente, é a determinação unívoca de **a** para **b**, a regularidade na sucessão, o criterium que justifica a aplicação da categoria de causalidade. Enquanto não lograrmos descobrir o nexo, o vínculo gerador por assim falar, entre fenômenos anteriores e posteriores, uniformemente sucessivos, estamos, do ponto de vista epistemológico, ante meras coincidências. (Inevitavelmente, a teoria paralelista resvala para esta consequência). Considerado de um prisma crítico, o vínculo causal objetivo, **in re**, atribuido ao suceder será hipotético. Porque, grande que seja o número de experiências feitas para comprovação da uniforme varia-

ção, fica aberta a possibilidade de, no futuro, os fenômenos se comportarem diversamente. Estaria o sujeito firmado em incomovível segurança se, lógica e ontologicamente, necessidade houvesse na sucessão de um processo a outro. Mas, — aquí recolhendo a lição de HUME e KANT — êsse elemento da necessidade afigura-se inaccessível à investigação científica positiva. Importa em ir além do real fenômeno. Logicamente necessário, fecundo ao conhecimento experimental e condição de tôda ciência natural é o princípio supremo de que na experiência, tôda modificação tem sua causa. Um princípio dessa forma enuncia algo sôbre todos os fatos sucedidos, atuais ou que venham suceder. Ultrapassa, assim, a experiência. Em consequência, a razão suficiente que lhe assiste, não pode ser buscada na experiência mesma.Seu carater apodítico, sua universalidade superam a probabilidade imanente à empíria. Jamais poderá ser provado pela experiência, uma vez que é a condição de tôda experiência possível. Quando um princípio reveste notas de tal amplitude é, genuinamente, a-priorístico.

O desenvolvimento dêsses precedentes críticos impõe a conclusão seguinte: a causalidade vale como um princípio hipotético fundamental. Mas a causalidade é um sùpôsto necessário do conhecimento natural —; por conseguinte, nenhuma classe de ciência natural está a salvo de objeções céticas, proveniente da epistemologia. Importa assinalar êsse fato ante o rigorismo das chamadas ciências exatas porque milita em defesa da ciência psicológica. Nesse sentido, importa observar que, na constituição do conceito de causalidade, o carater quantitativo dos fatores intervenientes venientes na relação não é essencial. O nexo causal, na relação não é essencial. O nexo causal, naturalmente, adquire modalidades várias, consoante à estrutura dos fenômenos nos quais se verifica. Assim, tratando-se de fatos numeráveis e sujeitos ao princípio da energia, admitida a constância desta, haverá uma reversão equivalente do quantitativo dos fatores antecedentes para os consequentes. Desta forma, cessa a dificuldade radical de conceber a causalidade psíquica. Alheios à quantidade, à medição física, o vínculo causal entre os processos psíquicos se efetiva num teor peculiar. A sucessão causa-efeito é

compatível com a fenomenologia da alma. O criterium exigido para aplicação daquele fundamental princípio se encontra, realmente, presente no curso sucessivo dos estados anímicos. Podemos comprovar reiteiradamente, por exemplo, que dado processo físico **a** provoca determinada modificação nervosa **b**, a qual é seguida de um certo estado psíquico **c**. Suposta igualdade de condições — em rigor, irrealizável no domínio do devenir mental, circunstância esta explicativa da dificuldade de se isolar as causas e os efeitos, tal como é levado a cabo no campo dos fatos materiais — repetidas experiências oferecerão inalteravelmente, essa ordem de sucessão. Até onde o psíquico suporta a análise, a experimentação procederá alterando a posição dos fatores com o fim de certificar-se se pura sequência temporal numa dada regularidade de sucessão. Uma vez que tal regularidade resiste à prova, conta-se com um fundamento objetivo para afirmar a existência de uma conexão causal.

*

* *

Do que precede, poder-se-ia sacar elementos para se identificar ou confundir o proceder metódico da psicologia com o da ciência natural física. Mas, em que pese o parentesco lógico entre um e outro — ambos, como se sabe, são naturais — não se equivalem. Sustentar o contrário, redunda em desconhecer aquela essencial diversidade na natureza dos objetos tratados. E, por conseguinte, em contradizer o princípio fundamental da teoria da ciência, segundo o qual o método é função do objeto, adapta-se, assim, às singularidades dêste.

Porisso, é de alta importância formular a pergunta a que dá margem a questão da causalidade aplicada ao psíquico. E é esta: a compreensão causal constitue a única possível neste campo? Em outros têrmos, essa forma de explicação natural basta para esgotar os aspectos em que o devenir psíquico se apresenta? A resposta decide negativamente. Em realidade, o devenir psíquico é regido por nexos causais, mas não somente causais. Nem sempre, é verdade, foi esta idéia estimada como válida. O naturalismo — de base materialista, em muitos casos — nutriu a

ambição de extender à vida orgânica e à vida anímica a modo de compreensão próprio do inorgânico, considerando-o como o único, cientificamente, legítimo. A explicação exclusivamente causal dos fenômenos biológicos e psicológicos é a fonte de duas concepções sôbre a vida e a conciência: mecanismo e atonismo associonista. De fato, a teoria associacionista resolve a infinita riqueza de lados da alma na combinação de certos elementos psíquicos, entre os quais se verificam relações de antecedentes para consequentes. E, da mesma maneira que o mecanismo desconhece no vivo algo mais que enlaces fisico-químicos de causalidade, reduzindo a unidade orgânica a uma forma acidental que adquirem tais enlaces no curso da evolução universal, assim também procede o atomismo, em relação ao psíquico. Consoante êsse pre-juizo, nada mais se encontra na conciência que seus estados particulares, ligados uns aos outros por fios de sucessão análogos aos da realidade material e cuja soma constitue o eu. O eu vem a ser uma soma sempre cambiante, um resultado aditivo dos fatos psíquicos ocorridos.

Bastam êstes apontamentos para localizar, sem desperdício, o ataque crítico ao naturalismo causalista. Vigorosa objeção oferece a reflexão de que a causalidade, puramente, i. é, entregue a si mesma, jamais tornará inteligível a existência das fórmas viventes e das totalidades anímicas. Caracteriza o devenir causal puro uma "indiferença". O fator **a** é causa de **b**, êste, por sua vez será causa de **c**, êste, por sua vez, ocasionará o efeito **d** e, assim, interminavelmente. (Só **in abstracto** secionamos o contínuo cerrado das sequências e consideramos êste ou aquele fator como uma causa incausada). O ponto de vista causal puro é o ponto de vista da ciência do inorgânico. Mas, incontestavelmente, a realidade oferece algo mais que vínculos causais puros. Êsse algo mais que tem sido, nestes últimos tempos, posto em relêvo por investigadores de alto valor, como DRIESCH e UEXKULL ( ), constitue o fator em virtude do qual as séries causais se ordenam; agora, não indiferente mas, em vista de um fim. Êste fator é a teleologia. Sem teleologia será de todo incompreensível o fato de os processos físico-químicos se orientarem no sentido de perseguir uma meta, como que realizar

um programa, previamente imposto, qual o da forma vivente em geral. Sem teleologia, não se pode compreender qualquer estado particular de conciência, o fato de o devenir psíquico tomar a forma unitária do eu. Tudo se passa como se um fator, determinado em seu conteúdo, presidisse à seleção e ordenação daquelas conexões causais que, mais apropriadamente, conduzissem a consecução de um objetivo. E, realmente, só assim cabe entender. Certa animosidade alimentada contra a teleologia descança nestas suposições: antes de tudo é um modo antropomórfico de ver os fenômenos; em segundo lugar, contradiz o princípio básico da ciência, que é a causalidade. Contradiz, porquanto implica em conceber uma causa temporalmente posterior ao efeito. A teologia, vem a ser, pois, uma causa final — coisa de metafísica. Para se rebater essa concepção, basta considerar que todo suceder teleológico não seria possível sem a causalidade. Esta pode ir sozinha, por seus próprios pés. Mas o curso em vista de um fim sempre há de cavalgar sôbre conexões causais. (Acêrca dêsse fim, deve-se prevenir que não é conciente, que não implica finalidade e que existe objetivamente). Todavia, da mesma maneira que subjugamos o mundo exterior subordinando-nos às suas leis, e servimo-nos destas leis para atingirmos o propósito prefixado, igualmente o faz a teleologia frente às séries de causas e efeitos. Aquí, também, tudo se passa como se houvesse um fim concientemente querido. A analogia entre a ação humana e a do fator teleológico reside no fato de que ambas impõe uma certa róta à corrente do suceder causal e, em vez de isso implicar em ir contra a causalidade, a supõe, a tem como condição. Mas, — irrompe, forçosamente, aquí, esta pergunta — qual seria a natureza da ação da teologia sôbre o mundo causal? Ante essa interrogação vacila tôda resposta. Contém análoga dificuldade a de se compreender qual a espécie de relação existente entre o atuar do psíquico sôbre a causalidade física. Em um e outro caso, há índices que autorizam a falar de ação causal. DRIESCH, p. ex.: fala de causalidade entelequial — seu ensaio "Metafísica", pgs. 103, Ed. Labor. Seja como fôr, aquí temos de saltar tal obstáculo e prosseguir sublinhando o que se afigura importante para a presente exposição.

Importante é sublinhar que no psíquico há leis causais e teleologia. E, por consequência, a ciência psicológica tem de trabalhar com duas formas de compreensão natural: a compreensão dos fenômenos segundo a aplicabilidade do esquema causa-efeito ou segundo a referência que se faça dos mesmos a uma totalidade. A totalidade significa a efetivação da teleologia, o fim alcançado. Um todo é a unidade original do eu. O eu é uma unidade que flue, algo mais que uma soma em repouso. A síntese mental não encontra paridade no inorgânico. A coisa material também subsiste como se fora unidade. Suas moléculas, seus componente atômicos se acham entre si numa relação interdependente: cada elemento influe no conjunto e é, por sua vez, influenciado pelo mesmo conjunto. Mas, de outra sorte se mostra a unidade psíquica. Se a coisa representa a soma de seus elementos, não assim o eu. Êste contém algo mais que o somatório de seus componentes elementares, uma característica nova que é, precisamente, o fato de ser totalidad e(3). Por conseguinte, jamais se poderá decompor a unidade psíquica sem destruir aquele algo mais, o todo. E, inversamente, jamais se recomporá essa unidade procedendo pela adição dos componentes. Daquí, resultam importantes consequências tendentes a impedir qualquer tentativa de impor à alma as medidas lógicas próprias das ciências naturais do extenso inorgânico.

Em realidade, cada momento do vir-a-ser anímico tanto pode ser explicado, causalmente como relacionando-o ao eu. A explicação causal .no domínio da alma é possível. Todavia, não constitue uma explicação por si suficiente. Sem se estabelecer relação entre os vários instantes de conciência e o conjunto total da pessoa não se logrará compreender a significação, o surgir e o desaparecer dos mesmos. A compreensão totalitária não pode dispensar a explicação causal, mas, vale como o método primário sem o qual impossível se torna a inteligência do mundo psíquico.

---

(3) O traço sui-generis da síntese mental encontra-se, especialmente, nestes três psicólogos contemporâneos: Bergson — **Essai sur les donnés imediates de la concience**, cap. II; F. F. Alcan.: — H Hoffding — **Esquisse d'une psicologie fondée sur l'experience**; Dwelshauvers — **Traité de psicologie**, pgs. 81 — 95, Payot, 934.

Exemplificando: dado um fato de conciência, como um ato de vontade, a explicação intenta descobrir quais os fatores interessados na produção do ato. Assim, os desejos, as inclinações instintivas, as representações, os pensamentos, todo o subsolo nutritício do fenômeno será recolhido. Incluso os fatores de ordem fisiológico-nervosa, hereditários, constitucionais entram em linha de apreciação. Tanto quanto é possível, a explicação causal se atém àqueles nexos de antecedentes e consequentes indispensáveis, isolando-se da trama enormemente complicada da alma. Mas todo êsse exhaustivo explicar não basta. Cabe ir mais além "entender" aquele gesto humano. Faz-se, então, preciso filiar o ato momentâneo com a matriz da personalidade, surpreender a significação do fragmento de vida psíquica para o conjunto integral que é o eu Somente com essa modalidade de conhecimento resultará verdadeiramente compreendido o ato de vontade. Somente com êsse proceder ressalta o fato original de o eu se encontrar presente, integralmente, nos fragmentos mínimos, cujo surgir e desaparecer forma o material de sua própria duração. O eu oferece a originalidade de, totalitariamente, encontrar-se nas partes que o constituem. Os trechos em que se reparte a multiplicidade sucessiva da alma são o que são em virtude da totalidade. Ao mesmo tempo, o eu muda, não é mais o mesmo, evolue — o caráter creador do devenir psíquico é posto em relêvo com WUNDT, W. JAMES e BERGSON — ante a circunstância de haver produzido uma nota a mais no curso de sua existência.

A consequência metódica, portanto, decorrente da singularidade de o eu encarnar-se totalitariamente nos instantes parciais de seu próprio devenir é esta: o caminho para compreender a alma consiste em partir do todo para as partes; a explicação, justificada em seu devido limite, solicita, em última instância, o auxílio da compreensão para interpretar os resultados colhidos na busca das causas e efeitos.

Um bom exemplo de investigação compreensivista representa a psicologia individual de ALFREDO ADLER (4).

---

(4) v. um de seus melhores livros **El conocimento del hombre**, E. Calpe.

Conferindo-se à ciência da alma o posto lógico de ciência natural, impõe-se a consequência de que não é parte de filosofia. A fisiologia não é uma das disciplinas filosóficas, ao lado da lógica, da teoria do conhecimento, da ética, como disciplinas filosóficas não são a astronomia, a física ou a biologia. Os processos psíquicos, em si mesmos considerados, distam de ser objetos filosóficos. Uma modificação da alma, a trajectória de um corpo celeste, um sistema atômico, uma alteração no organismo vivente, tôdas estas situações objetivas são puros fatos. Como meros fatos, caem fora da órbita daqueles objetos. Todavia, deve haver qualquer razão pela qual apenas se possa apontar uns poucos psicolólogos estranhos à filosofia e uns raros filósofos que não façam da investigação psicológica um tema profissional. Esta sugestiva circunstância deixa, contudo, intacto o rigoroso corte lógico traçado entre ambas classes de ciências, entre a psicologia e a filosofia. Delineando-se aquí os fundamentos filosóficos da psicologia vale incidir sôbre a referida distinção. Da distinção feita depende a natureza das relações existentes entre uma e outra.

A significativa camaradagem verificada entre as mencionadas ciências é, amplamente justificada, explicável. Basta, antes de tudo refletir que o eu empírico constitue o primeiríssimo ponto de partida, forçoso e seguro, de todo filosofar. O eu representa uma categoria do ser, um aspecto da realidade. De um certo prisma, é a realidade mais real (por assim dizer. A realidade não comporta graus. Algo é real ou não; nunca, mais, menos ou quasi realidade) É a espécie do real que pode tomar conhecimento da realidade total. É a única realidade que sabe de si mesma. Nenhuma outra espécie apresenta tão excepcional faculdade. Ante si mesmo, o eu se dá de um modo indubitável, absoluto, como um **ens realismum.** Para a filosofia, o eu será um dos objetos mais interessantes. É verdade que o ideal é limitar, tanto quanto possível, a ingerência do eu. Todo prestígio cabe a êste famoso — especialmente desde KANT — órgão do conhecimento propriamente dito, que é o sujeito. Mas, sem o eu concreto, empírico, individual seria possível o aparecimento dêsse famoso órgão ? Além disso, provavelmente não se conseguirá superar, sem resíduo

deixar, a porção de imanência inseparavel à forma de ser-nos dado o universo objetivo. O real é dado na forma de conciência. Ao filósofo sempre importará o fato da conciência, a efetividade dos fenômenos psíquicos, por conduto dos quais o ser é apreendido. O físico, o astrônomo, o zoólogo, etc., observando as zonas objetivas de suas respectivas ciências fazem caso omisso, fazem abstração do eu, da forma mental de que se reveste todo ingresso cognoscitivo no real. Metodicamente, êstes cientistas olvidam que ante as coisas e os fenômenos se acha instalado o organismo vivente da alma. Tudo se passa para êles como se os sucessos do mundo exterior fossem vistos, tocados, auscultados sem mediação dos orgãos visuais, táctis e auditivos. A filosofia supera essa atitude ingênuo-realista.

Da especialíssima conjuntura em que se encontra a filosofia e a ciência do psíquico no problema da apreensão de realidades, resultam íntimas relações entre a psicologia do pensar e a lógica, entre a psicologia do conhecimento e a epistemologia. A teoria do conhecimento não desatende por completo a efetividade das sensações, das percepções e representações, como a lógica pura não se desinteressa do curso real dos atos de pensar e raciocinar. Há muitos pontos de contacto nestas ordens de investigações, muitos setores de problemas onde trabalham, complementarmente, sem que dessa comunidade de interêsse se façam insubsistentes as linhas divisórias essenciais. Perseguindo semelhante caminho, poderemos ver também as relações existentes entre a psicologia da vontade e a teoria dos objetos éticos, jurídicos e religiosos, entre a psicologia da vida afetiva e a sistemática dos valores estéticos. A ética pura, a filosofia do direito e da religião não constroem no plano da razão pura prática se querem atuar sôbre realidades. De quando em quando, estão a tomar o pulso do existencial, informando-se do que é possível exigir à vontade, ao fluxo espontâneo dos desejos e impulsos primários humanos. Da mesma maneira, a estética procede ante a realidade da vida emotiva e sentimental.

Justificada e explicada a afinidade e importância da psicologia com relação à filosofia, afinidade essa que as demais ciências empíricas particulares não manteem com a ciência filosófica, resta delimitá-las logi-

camente, extremando a diferença que se afigura essencial. Para isso, é necessário perfilar o objeto da filosofia. A falta de uma delimitação exata concorre para a admissão da psicologia como uma ciência coordenada à lógica, à ética, isto é, como uma ciência equiparada aos demais ramos da filosofia; ou, então, possibilita a concepção da psicologia como a ciência filosófica fundamental. Em realidade, de três pontos de vista se pode considerar a psicologia: **a**) como ciência coordenada às disciplinas filosóficas; **b**) como ciência filosófica fundamental, à qual estão subordinadas a ética, a lógica, a estética; **c**) como ciência natural independente. A determinação do objeto da filosofia permite inferir qual destas concepções fica de pé.

Para dita determinação é preciso percorrer um caminho que não leve ao estravio. Ante a ocorrência de as ciências particulares haverem atacado cognoscitivamente todos os flancos da realidade, cabe perguntar se alguma margem resta para uma investigação de ordem tal que, interessando às mesmas ciências especiais, não venha interferir redundantemente aos campos já trabalhados por estas ciências. Portanto, é possível estudar a realidade tomada pelas disciplinas especiais, de um ponto de vista original, não coincidente com o destas disciplinas? Da resposta a esta pergunta depende a justificação lógica e objetiva do problema filosófico. U'a modalidade de resposta que é útil aquí assinalar é a oferecida pela doutrina positivista. O positivismo não consegue sobrepôr-se à concepção da filosofia como uma classe de "science generale". Seria dita ciência uma ciência sintese, um complexo (unitário) dos princípios, conceitos e leis fundamentais, recolhidos em tôdas as ciências particulares existentes. Êsse modo de entender acusa logo sua procedência subejetivista. Com efeito, a síntese encontra explicação no afã de unidade próprio à alma humana. O homem aspira a ter uma visão global, panorâmica, uma espécie de quadro sinótico da realidade total; porisso, forja a ciência das ciências. Afora o subjetivismo, evidencia-se que essa generalíssima ciência, por mais universal que seja, nada contém de novo, além do exposto pelas ciências positivas especiais. Vale, apenas, a título de uma enciclopédia dos princípios cardeais das ciências, efetivamente, vigen-

tes. Nem em grau, destas difere. Pois, nem um passo avança além do plano realista-positivo, característico das mesmas. Se é subjetivamente útil uma ampla síntese unitária dessa ordem, logicamente não passa de supérflua. Lógica e ontologicamente necessária é a repartição das ciências parciais mas, de nenhum modo, um resumo geral para ser dominado pelo homem empírico. Dêste modo, a solução exposta não atinge o núcleo da questão. Perde o verdadeiro caminho. Como princípio metódico fundamental, o positivismo é altamente fecundo. Mas, na qualidade de sistema, representa uma renúncia a tôda legítima filosofia. Realmente, obstinar-se a não avançar além do fenômeno é querer fazer apenas ciência positiva, em que pese o grau de generalidade alcançada e a magnitude da síntese conseguida.

Por conseguinte, se a filosofia é algo mais que um ensaio de síntese, é mistér buscar seu objeto em sítio diverso do em que estão instaladas as ciências parciais. Se o campo dos objetos reais sensíveis, dos fatos psíquicos, dos objetos ideais e culturais estão tomados, respectivamente, pelas ciências naturais do ser material, pela psicologia, pelas ciências matemáticas e histórico-culturais, todavia, sobram, ainda, outras dimensões da realidade que não foram apropriadas. Assim, apesar de as ciências particulares investigarem o real, nenhuma delas se propõe resolver a magna problemática da realidade mesma, com todos os supostos que implica admití-la. O problema da filosofia no que ao conhecimento concerne, não é trabalhar sôbre êste ou aquele setor do real, mas propor a questão fundamental da essência e existência da realidade e da aptidão do sujeito para conhecê-la. A filosofia é, demais, uma reflexão sôbre a constituição, não apenas desta ou daquela ciência particularmente, mas da ciência em geral. Neste sentido, constitue a genuina ciência da ciência. Por outra parte, novas categorias do ser estão reservadas à ciência filosófica. Tais categorias se revelam percorrendo o processo histórico da filosofia. Vista de uma certa perspectiva, a história da filosofia oferece, sob a superfície caprichosa das diversidades, um manancial perene de problemas, sugestivamente semelhantes, que são propostos e solucionados por cada época, por cada escola, por cada geração de pensadores. Êsse manancial flue

levando em suspensão, confundidos, tôda a sorte de pensamentos, teorias, concepções e hipóteses, tanto verdadeiros quanto falsos, mas pertencentes a esferas estranhas à filosofia mesma. O processo histórico filosófico é um processo de purificação, de determinação. Basta comparar o material que manipulava um grego como PARMÊNIDES, o que GIORDANO BRUNO e BACON entendiam por filosofia, com as investigações de um KANT ou de um ED. HUSSERL, investigações as mais exigentes possíveis no configurar estritamente o que é e o que não é filosofia.

O problema da filosofia não pode ser outro senão o problema dos valores. São êstes entes originais que conferem substantividade à ciência filosófica. Como todo ente objetivo, se apresenta o valor de um modo absoluto. No curso histórico efetivo, essas essências originais se oferecem contaminadas da impureza própria a todo o existencial, envoltas em normas, imperativos, regras de ação, preceitos para o pensar e sentir.

Agora, se os fenômenos psíquicos, em si mesmos considerados, ostentam-se desnudos de acentos valorativos, unicamente justificados por sua mera faticidade, não há porque compreendê-los no mesmo nível ôntico dos objetos investigados pela filosofia.

A ciência da alma há de, forçosamente, permanecer adstrita ao círculo da conciência. Mas, nem tudo o que se encontra nesse círculo é psíquico. Nem tudo o que penetra no campo psíquico se dilue em pura subjetividade. O psíquico apresenta, como sabemos, a singular faculdade de entrar em contacto com aquilo que lhe é estranho (é inespacial e, todavia, apreende a espacialidade; é imanente, subjetivo, mas, estabelece relação com o transcedente, objetivo). Necessário, pois, separar no dado imediato, por um processo abstrativo, o psíquico do não psíquico; o que se consegue graças a um conceito fundamental.

Não se tendo em conta a diferença constitucional entre a conciência e os conteúdos objetivos, e pressupondo-se que é subjetivo tudo o que se acha na conciência sem correspondência na realidade material, haveríamos de resvalar na pendente do psicologismo. Mas, o psicologismo não passa de uma concepção irreverente ante a originalidade dos objetos ideais. É uma atitude rudemente dissolvente de várias espécies do ser. Avançar violentamente para o reino do obje-

tivo "irreal" estribado no princípio de que é possível **reduzir** a diversidade aparencial do ético, do lógico, do estético, às formas da vida subjetiva, constitue seu ponto de vista básico. O processo redutor na esfera do conhecimento é o forte do século passado. Reduzir um ser ou processo dados é desmascarar a pretenção de originalidade com que se apresentam. Assim, o organismo vivente, em que pese seu aspecto autônomo, nada mais é do que um complexo de interações físico-químicas. Igualmente, os fatos psíquicos se resolvem em manifestações do processo cerebral (epifenômenos). Os fenômenos sociológicos, em realidade, consistem em simples combinações das unidades psíquicas que são os indivíduos. Os pensamentos, as vivências estéticas ou religiosas, explicam-se, respectivamente, por agregados de elementos sensoriais, por modalidades da vida emotiva e sentimental.

Como se, ontologicamente, fosse possível extrair ou deduzir uma região do ser de outra e dissolver o que se oferece como dado original num tipo de realidade, sem razões, tomada como denominador comum. Fenomelogicamente, jamais se poderá sacar dos meros fatos as essências valiosas. Eis o que confere à filosofia sua independência lógica ante tôdas as ciências particulares.

Excluido o império da concepção psicologista — seriamente abalada pelos implacáveis e decisivos golpes vibrados por HUSSERL (5) — permanece subsistente a distinção entre a ciência do psíquico e a filosofia. Para se delinear melhor esta distinção, cabe aduzir o seguinte: A psicologia é ciência de fatos, é ciência natural. A filosofia não se ocupa com fatos. Por tratar de fatos, a psicologia é disciplina empírica. Objeto da filosofia é investigar as essências ideais denominadas valores. Entre fatos e valores vai abismal distância. Aqueles existem efetivamente, estão imersos na temporalidade e, quando sensíveis, se encontram no espaço. Por se acharem no tempo e no espaço, os fatos se vêem, a todo momento, sob a ameaça de desaparecerem. É, por exemplo, concebível que a totalidade dos homens, como entidades zoológicas e psicofísicas, desapareça da face terrestre. Mas a essen-

---

(5) **Investigações lógicas, t. I, pgs. 67 a 197** — Rev. Ocidente — 1929.

cia homem, essa não se extinguirá. Como essência, alheia ao espaço e ao tempo, não existe empiricamente. Porisso, é subsistente para sempre. Os fatos imprimem às ciências particulares sua contingência, por falta de objeto. Mas, a filosofia subsistiria, na hipótese. Seu objeto da filosofia, comunica a esta ciência o caráter de necessidade.

Da diversidade entre o objeto da filosofia e o objeto da psicologia decorre a heterogeneidade metódica respectiva. Como ciência positiva de fatos, a psicologia é indutiva. Como ciência de essência, a filosofia apresenta (ou aspira como ideal possível) o caráter de apriorística. Rigorosamente entendida, não é realizável uma filosofia indutiva, que proceda recolhendo penosamente num turbilhão interminável de sucessos, fenômenos e coisas, a lei, a essência. Há estreita relação entre o proceder indutivo e o plano da empíria. A indução é o único caminho viável alí onde nos deparamos com uma pluralidade de objetos individuais pertencentes a uma espécie, a um gênero, a um complexo superior. Na esfera do ser alheia à multiplicidade individual, alí onde apenas contamos com **um** ente, indiferente e inalterável á sua realização no mundo existencial, a apreensão completa de sua constituição necessária é suficiente para a forma do conhecimento apodítico.

Aquí, finalmente, atingimos a altitude de onde comprovamos a presunção do ponto de partida. Transpondo-se uma série de etapas, a psicologia foi se manifestando como uma ciência particular dos fatos psíquicos, incunfundível com o grupo das chamadas ciências do espírito, dada a matéria de suas investigações. A atribuição do qualificativo natural não implica numa física mental, uma vez que não somente nexos causais se encontram no domínio da conciência. O processo teleológico representa uma das características do devenir anímico. Quanto à causalidade de tipo quantitativo puro é discutível sua vigência nesse setor.

Concebida a psicologia como ciência natural uma importante consequência resultou: não ser disciplina filosófica subordinada ou fundamental. Uma e outra atitude dessa alternativa, revelou-se insubsistente ante a essência do objeto filosófico. Ao contrário, é a filosofia a ciência fundamental. Tôdas as ciências es-

peciais dela dependem. Cabe à filosofia dar e discutir seus respectivos fundamentos. No que à psicologia se refere, a reflexão acêrca de seus supostos formais, mostra-se, realmente, como um problema acima das suas fôrças.

Mas, a forma do conhecer, o modo peculiar de explicação dos sucessos reais de conciência, em verdade, como pressuposto lógico descança sôbre outro pressuposto mais fundamental. Êste é o de que existe efetivamente uma realidade a conhecer. A psicologia inicia suas investigações do psíquico firmada na presunção de que o eu é real, como reais são os demais eus. O eu e o tu, a possibilidade de conhecer um e outro, faz parte do grande problema filosófico da realidade. A realidade do eu e do tu constitue uma questão de caráter epistemológico (também, metafísico).

Assim, os fundamentos formais se apoiam nos materiais. Com isso, passamos à segunda parte desta dissertação.

*
* *

Objetivamente, uma ciência somente é possível havendo uma esfera de ralidade autônoma, original, irredutível. Nada mais inteligível que êste princípio formulado pela teoria geral da ciência. Nele se apoiam, tacitamente, as investigações científicas especiais, valendo para as mesmas como um dos axiomas metodológicos mais importantes. O princípio enuncia a necessidade de um fundamento objetivo para todo sistema de conhecimento. Enuncia quando é possível a ciência, mas, não se é efetivamente possível. Para tanto, teria que afirmar a existência de realidades e, dêste modo, ser mais que um princípio meramente formal. Postular a existência de realidade é empresa que cometem as disciplinas particulares. Da exigência lógica do princípio passam à admissão do sêr. É evidente a amplitude do salto. Do ponto de vista científico-positivo, essa peripécia mental realiza-se sem pôr em dúvida a capacidade do sujeito. Somente a análise crítica revela quanto de pressuposto isso implica. O referido salto, sem embargo da segurança com que é feito, encerra um problema filosófico. An-

tes de continuar com o tema próprio da presente dissertação, convém tomar conhecimento dêsse problema.

* * *

Caracteriza o proceder científico especial a atitude de realista ante o universo. O realismo da ciência é, contudo, uma tomada de posição prévia à discussão epistemológica do real. Os debates travados entre as orientações antitéticas idealismo — realismo, sujetivismo — objetivismo, deixam intactos a convicção realista e o estado de ânimo do investigador que aspira conhecer. Da mesma maneira, estas grandes controvérsias filosóficas em nada afetam a crença que os homens, na vida ordinária, manteem sobre a existência objetiva dos seres inorgânicos, viventes e psíquicos. Empiricamente, o homem natural, o cientista e o filósofo se comportam ante o mundo de um modo semelhante, reputando transcendentes às suas respectivas conciências o que nele se encontra. A comprovação de que êste mundo é anterior ao ente conciente e, portanto, subsistente ao desaparecimento de tôdas as conciências, a constatação espontânea de que, durante a vida não vigilante, sem do exterior tomar notícia, persiste independente a realidade circundante, entregue a alterações segundo leis autônomas; a observação frequente dessa autonomia nos casos de discordância entre a vontade e o curso dos acontecimentos, regendo-se êstes de acôrdo com seu regime próprio; a distinção, vitalmente útil, feita entre a aparência das representações e a realidade das percepções: eis as fontes responsáveis pela tenacidade da concepção realista, tanto no domínio do pensamento prático quotidiano quanto na esfera teorética da atividade científica.

O primeiro passo no trabalho científico consiste em assinalar a presença de uma espécie de realidade. E o primeiro imperativo imposto ao espírito do investigador é o de se entregar, com severa renúncia de tôda sorte de prejuizos e hipóteses antecipadas, ao ofício de conhecê-la. O conhecimento, pelo conhecimento, o saber sem subordinação a fins ao mesmo estranhos — práticos, utilitários — proporcionará a perspectiva do mundo isenta de subjetivismo, apenas

firmada em alicerces realistas. Essa exigência metódica preliminar determina o perfil inconfundível do "homo sapiens" e outorga à ciência velar por sua teorica pureza. Todavia, em que pese o propósito de eliminar qualquer classe de explicações hipotéticas, apriorísticas, encontram-se na estrutura dos conhecimentos componentes de um sistema científico certas presunções fundamentais, além daquelas de caráter formal, cuja análise escapa às fôrças da ciência mesma. Aquele imperativo consubstancia o lema da objetividade, inherente ao pensamento científico, não importando em contradição o fato de vir se apoiar na validade de certas presunções últimas, básicas. Importa, agora, perguntar quais são êstes pressupostos. Podemos reduzí-los aos seguintes: primeiro, existem realidades, algo que subsiste por si; segundo, o sujeito acha-se provido de aptidão cognoscitiva. O "homo sapiens" especialista estriba-se, dêste modo, no suposto da existência do real e na possibilidade de ser conhecida a constituição do real. Na qualidade de especialista toma como assente êsse básico ponto de partida, abstraindo a radical hipótese que o mesmo implica.

A admissão primeira, de ordem material, por parte das ciências consiste em estabelecer a classe de objetividade que há de constituir o seu objeto a investigar. Examinando-se criticamente, sob a aparente simplicidade dessa admissão, reside um apriori. Com efeito, na admissão dá-se por conhecida, antes de conhecê-la, a objetividade que se quer conhecer. O comêço lógico — não o comêço histórico — das ciências implica que, antes de partirem para apreender em forma de saber o real, presumam sabê-lo de alguma maneira. De fato, **ab initio** admitem a **existência** do real. Esta é uma hipótese fundamental que confere sentido e objeto aos propósitos cognoscitivos do cientista. Mas, não somente é antecipado o conhecimento da existência. A existência representa a ínfima parte que de algo se pode saber e, por si só, revela-se insuficiente para individuar as espécies de objetividade. Pois, seres constitucionalmente diversos podem se apresentar revestidos de igual forma de existir. Para captar a existência de um tipo original de realidade, necessário se faz o saber de algumas notas da estrutura própria do ser, suficientes a configurá-lo inequivocamente.

Esta é a porção mínima de conhecimento indis-

pensável ao comêço lógico da ciência. Dar por sabido êsse minimum de existência e essência das coisas que aspira conhecer, eis a sua presunção principial. Ao mesmo tempo, o círculo vicioso em que se encontra inevitavelmente. Êste vício inicial não nos autoriza deduzir céticos argumentos contra a validade do saber positivo; a marcha progressiva da ciência oferece uma das razões mais fortes em favor dos conhecimentos referentes ao real. Numa redundância viciosa análoga incide a teoria do conhecimento no formular a interrogação capital: podemos conhecer a realidade? Evidentemente, a pergunta admite o que interroga, presume de modo afirmativo a solução de uma parcela que figura no corpo do problema: admite a existência de algo real, portanto, admite o conhecimente do mesmo, pelo menos, o saber que algo existe. Em rigor, havemos de formular a questão à base de um suposto. E, então, teríamos: no suposto de existir algo, é cognoscível?

Mas, qual fonte fornece aquela mínima quantia de saber inicial e presumido? Aquí ressalta o aspecto histórico da atividade científica. Historicamente, a constituição de um reino do saber especial se processa recolhendo os conhecimentos fragmentários, obtidos de maneira dispersa, com ou sem teóricos propósitos, por via indutiva ou por intuição, neste ou naquele campo cientifico já estabelecido. Por conseguinte, tôdas as ciências que começam encontram seu respectivo território, de alguma sorte, trabalhado. Um exemplo claro temos no caso da sociologia. O objeto social, antes de haver a ciência que o estudasse, foi advertido como uma forma de objetividade específica O saber pre-científico da realidade social inicia-se no trato dos homens uns com os outros e fixa-se em certos aforismas, em certas sentenças. O conhecimento científico não surge totalmente desligado dessa matriz natural. O investigador da verdade quando dá comêço aos seus trabalhos porta-se como representante também do homem natural-realista.

De posse do saber acumulado, procedente de diferentes setores, prossegue a ciência. Esta circunstância concorre para dar a sensação de que, após levar a efeito rigorosa depuração crítica nos conhecimentos insistemáticos legados com antecedência à sua constituição, a ciência avance a salvo de supostos hi-

potéticos e apenas serviente dos fatos positivos comprováveis pela observação e experimentação metodicamente dirigidas. A impressão de independência e estrito objetivismo com que trabalha o especialista do mundo real tem por justificativa a metódica abstração que faz dos fundamentos filosóficos, necessariamente implícitos na base de seu trabalho. O realismo e o positivismo caracterizam a atitude espiritual da mente científica ante o mundo. Assim, conferir existência independente ao dado em geral e propor-se o mistér de, em conformidade com os critérios seletores estabelecidos, dizer fielmente o que as coisas sejam, constitue o princípio normativo de tôda investigação exata.

O conhecimento vulgar participa dêsse realismo. Mas, muito dista de ser positivista no sentido expôsto. Não é seu fim conhecer o real. Contudo, é útil à vida representar o núcleo verdadeiro das coisas. Da harmonia geral entre a vida e a verdade, vê-se o homem natural na contingência de conhecer algo de exato sôbre os objetos e processos que se acham em seu raio de ação. O bastante para poder prever e precaver-se, portanto, para dominar o real. Mas, se fosse possível a sobrevivência dos seres humanos sem a necessidade de apreender a verdade, sem dúvida, no homem natural não se produziria o conhecimento.

Conhecer é o fim essencial que define a ciência. Uma penetração intensiva, incansavelmente progressiva, a visão crítica, permitem à análise ir além do imediato que se oferece aos olhos do realismo ingênuo. A distinção entre o aparente e o real, que, dada a importância vital, se encontra no saber prático é extremada no saber científico e desligada dessa condição de servo do útil. A ciência quer o "saber sem consequência" (Nietzsche). Se realmente consegue êsse propósito, o conhecer por si mesmo, é questão ápar-te, sôbre a qual os pragmatistas se pronunciam pela negativa.

A gradativa diferença entre o realismo natural e o realismo científico, manifesta-se no seguinte fato: as modalidades qualitativas recolhidas pela experiência sensorial apresentam-se ante a conciência natural com o título de autênticas realidades; para a conciência científica não passam de índices aparentes das modificações quantitativas não dadas à percepção imedia-

ta. A conciência reflexiva da ciência não se contenta com o dado. Do imediato passa ao mediato, do dado ao não dado; da realidade **ficta** em que se move empiricamente o homem procura alcançar a objetividade recôndita dos seus elementos, nas coisas, com sua imensa e brutal presença, busca a realidade ausente, (dos corpos vai às moléculas, aos átomos, aos eletrons; dos entes vivos às células, da conciência ao material inconciente, das qualidades sensoriais aos movimentos determináveis quantitativamente).

Podem-se assinalar limites ao progressivo avanço da ciência no ámago do real? Supondo essa penetração se procedesse indefinidamente, não haveria de chegar a um ponto ideal, ao seu término? E, ante tal possibilidade, o que de filosófico restaria no problema da realidade? Se algo resta no presente, a distinção entre a questão filosófica e a questão científica da realidade se resolve numa diferença de grau na perfuração do ser objetivo. Mas, é óbvio, a competência da filosofia no problema, da realidade objetiva haveria, na hipótese, de ir se restringindo, recuando até sucumbir, à medida dos avanços, empreendidos pela ciência. Pois, ante a progressão infinita da marcha científica tôdas as determinações componentes do real seriam, cognoscitivamente, esgotadas.

A autonomia do problema filosófico decorre desta consideração: por mais que penetre no núcleo do ser, a ciência, por definição, se mantém nos limites do fenômeno, do que pode ser comprovado ou, em princípio, é comprovável pela observação e pela experimentação. Mas, nem tôdas as dimensões do ser se deixam captar experimentalmente. Ditas dimensões figuram como objeto legítimo da metafísica. Todavia, a metafísica não representa o conteúdo total da ciência filosófica. Porisso, é necessário que consideremos mais a-fim-de deixar em evidência qual seja êste conteúdo.

Se concedermos a suposição de que todos os aspectos da objetividade estão ocupados por ciências especiais, qual pode ser, emfim, o problema filosófico do mundo real? Para se contestar devidamente vale, antes de tudo, assinalar o fato de as disciplinas parciais explorarem as zonas do real animadas daquela confiança nas faculdades cognoscitivas humanas e convictas de que tratam com realidades independentes. Mas, nenhuma ciência em particular, nem tão-

pouco tôdas em conjunto, fazem alto, no curso das investigações, para dirigir reflexões atinentes às possibilidades cognoscitivas do sujeito ou às questões a que dá margem o real como tal. Nem esta ou aquela ciência especial, nem tôdas cooperando, teem capacidade para propor e resolver a possibilidade do conhecimento e a questão da realidade. Caso tentassem, estariam envolvidas numa deserção de seus respectivos itinerários lógicos. O real e o conhecer, reduzidos a puro problema, vistos à base do ceticismo metódico próprio da investigação filosófica, desdobram-se nestes seguintes quesitos: que significa o fato de ser real, quais os supostos apriorísticos que implica sua admissão por parte do sujeito, quais os modos de realidade, quais as fontes ou os caminhos pelos quais logramos antingí-los. O valor fundamental do saber científico é a verdade. A verdade, como problema filosófico, dá margem às perguntas: o que é a verdade, quais os critérios que nos autorizam a admití-la, conseguida em cada caso concreto; mais ainda, é possível a consecução da verdade? (o que equivale dizer: é possível o conhecimento?) Se é possível conhecer o real, devemos nos inteirar de como é possível; também, se o conhecimento comporta espécies, qual a sua origem, qual a sua essência.

É claro, se as investigações científicas particulares se entregassem a êstes problemas fundamentais preciso seria: a) abandonar o realismo de seus devidos pontos de partida, b) restringir a confiança otimista na competência congnoscente do espírito humano, c) transpor os lindes próprios de seus respectivos territórios especiais a-fim-de, comparando as diversas categorias de realidade, sacar as determinações definidoras do real como tal.

Marchando, assim, por nova rota viemos a confirmar o pensamento de que a questão da realidade, do ponto de vista filosófico, não se reduz a um pleiteamento sintético ou redundante da mesma questão tratada pelas ciências positivas.

Na qualidade de ciência, a psicologia tem o seu fundamento objetivo. Nesse fundamento reside um pressuposto, o pressuposto material, ponto de partida

lógico de suas investigações positivas: existe um domínio do ser que é, precisamente, o domínio do ser psíquico. Existe a realidade psíquica. Dito suposto vai anexo a êste outro: a realidade psíquica é possível de explicação e compreensão, é cognoscível. Ambos funcionam como os fundamentos filosóficos da doutrina da alma, o primeiro de ordem ontológica, o segundo de caráter gnoseológico e constituem o aspecto complementar necessário dos supostos lógicos já examinados.

Em seu favor, conta a psicologia a excepcional circunstância de ser imediatamente dada a realidade que funciona como seu objeto. A ciência da alma desfruta esta afortunada exceção. Até certo ponto, não é justo falar de pressuposto em relação à existência do psíquico. O psíquico é dado, de um modo direto, ao sujeito. Que existe a realidade psíquica é coisa, em absoluto, certa, acêrca da qual afigura-se radicalmente impossível duvidar. O caráter necessário dessa certeza somente se pode comparar com a certeza apodítica do pensamento puro no apreender os supremos princípios lógicos. A experiência que o eu tem de seus próprios estados é originária, plena, imediata. Em têrmos negativos: não é deduzida, inferida ou admitida. Da existência de ralidades exteriores, nos falta imediatez na apreensão. Primariamente, contamos com os dados dos sentidos, com os conteúdos perceptivos, os quais, enquanto vividos pela consciência ingênua, parecem entrar em direto contacto com o mundo físico exterior. Analisados, porém, pela consciência reflexiva denunciam-se impotentes para, por si mesmos, transpor o eu além dos limites da imanência. O acesso ao real exterior somente é possível por via mediata, partindo dos dados objetivos da experiência perceptiva para a esfera do extra-conciente. Êste passo seria impossível sem a ajuda de instrumentos lógicos (princípios de indução, de causalidade).

A percepção dos fatos psíquicos independe dos mediadores sensoriais. Deve-se à ausência de intermediários sensíveis e à natureza dêsses fatos o imediatismo da percepção interna. É sabido, graças à fisiologia dos sentidos e a psicologia da vida sensório-perceptiva quanto concorrem ditos mediadores para alheiar o eu da verdadeira constituição do mundo real. Agora, a favorável circunstância de a psicologia estar

livre, no observar seu campo de realidade, dos receptores sensoriais, leva-nos a perguntar se a doutrina da alma acha-se, epistemologicamente, em melhor situação que as ciências dos seres reais físicos. A resposta a esta pergunta flue das considerações a seguir.

*
* *

A convicção com que é vivida a existência da realidade psíquica outorga à psicologia um fundamento material seguro, no qual parece difícil mostrar o que de suposto encerra. Tão segura é a subsistência do psíquico que serve de ponto de referência ao qual forçosamente se vem aferir o problema da existência do mundo exterior. Com efeito, o realismo e o idealismo quando discutem a existência das coisas sensíveis, sua dependência ou independência, o fazem tomando por centro referencial indubitável a existência do eu. A suficiência do ser anímico ante a conciência manifesta-se no fato de, admitindo-se ou rechaçando-se a objetividade do mundo exterior, a certeza plena dos conteúdos vividos se manter intacta. Êste argumento, apenas, muito fortalece a opinião de que a ciência da alma livra-se do imperativo de pressupor seu ponto de partida, com isso avantajando-se sôbre as ciências dos corpos. A conceder-se dita opinião, restaria por pressuposto material da psicologia somente o da cognoscibilidade do real psíquico. Pois, do fato de ser imediatamente dado, não podemos, sem mais, deduzir a possibilidade de apreender a verdadeira constituição da alma e, dessa forma, eliminar aquele restante pressuposto. Quem conhece o ser existente de algo, conhece bem pouco. Sabendo de algo que existe ainda não estou autorizado a concluir a possibilidade de penetrar sua essência e esgotá-la, (em teologia natural do saber que o ente divino existe não se segue a possibilidade, para a sujeito finito, de conhecê-lo em tôdas as suas determinações essenciais; segundo Kant, sabemos da existência da coisa-em-si sem que, porisso, ela seja cognoscível em sua constituição).

Mas, basta para demonstrar que a psicologia descansa sôbre o suposto da existência da psíquico, anotar que esta ciência apresenta uma teoria geral referente a uma multiplicidade de eus. Ora, o psíquico

imediatamente dado, a porção de realidade interior isenta de pressuposto é a pertencente a um e único eu. Procedendo como procede, a doutrina da alma vai além do imediato, além do âmbito onde o sujeito se conduz com radical certeza. O eu próprio é o setor em que o sujeito pisa sem necessidade de presumí-lo. Todavia, ainda mesmo neste setor, nem tudo que nele ocorre se oferece à luz da conciência. Nem todos os estratos da vida animica chegam a ser sabidos pelo próprio eu, ao qual pertencem. Abaixo da conciência clara, estende-se o material subconciente, em seguida, a porção do inconciente propriamente dito. Estas três capas compõem a estrutura da alma. Consoante as investigações mais recentes (Breuer, Freud, Janet, C. G. Jung) êstes estratos não se comportam de um modo estático mas, em dinâmicas relações. A fronteira entre o conciente e o inconciente é movediça, extremamente instável. O material do subsolo animico manifesta constante tendência a afluir ao foco atencional da vida vigilante. Problemáticos são a natureza e os limites das relações entre o inconciente e o conciente. Até que ponto o eu adverte em si mesmo a existência do inconciente, até que ponto certos fatos psíquicos se processam no eu sem o eu se dar conta? Existe, além do inconciente individual, o inconciente coletivo (Jung)? Até onde é cognoscível o inconciente coletivo? O eu é experimentado como uma variação sucessiva de estados. O eu se dissolve na sucessão ou participa da substancialidade? Pode o eu perceber a substância que por ventura em si mesmo haja?

Bastam estas interrogações críticas, para se restringir, consideravelmente, a impressão de segurança que militava em favor da psicologia, no caso de esta ciência se restringir ao domínio do imediato. Assim, ainda que a ciência psicológica se limitasse a ser uma teoria solipsista da realidade psíquica não gozaria consideravelmente de melhor psição epistemológica ante às disciplinas naturais do mundo físico.

* * *

Se a psicologia, ante a imediatez existencial do dado psíquico prescinde de pô-lo como hipótese pré-

via, dêste ponto em deante firma-se em pressupostos. Entre êstes, figura o da cognoscibilidade. É possível conhecer a realidade psíquica? Contestação afirmativa oferecem as investigações empíricas, efetivamente realizadas. O êxito da psicologia positiva é, de fato, a melhor resposta. Todavia, a pergunta tem sentido principal e, porisso, requer uma resposta principal, sem acudir à experiência. Exemplo de uma contestação "em princípio" é a do fenomenalismo (estilo kantiano): não podemos conhecer a real constituição dos objetos psíquicos, o que resulta do seguinte argumento. É inconcebível os conteúdos de conciência se verificarem fora da duração temporal. Com efeito, um ato de pensar, imaginar, perceber, um fato de querer, desejar ou sentir, teem, forçosamente, começo no tempo, duram e se extinguem. Da mesma maneira, não podemos conceber algo físico que não se encontre num ponto qualquer do espaço. O tempo é essencial ao mundo interior com o espaço ao mundo exterior. Podemos, pois, enunciar em forma apodítica: necessariamente a realidade psíquica se dá no tempo. Mas, e o tempo mesmo será um objeto real que o sujeito apreenda, uma determinação a mais, ao lado de outras (como o forma, a extensão, a localização)? Não, segundo o fenomenalismo. Em realidade, o tempo é uma forma inerente ao ente psico-físico. É uma forma da intuição empírica, uma modo subjetivo de apreender o dado interno, que não procede da experiência mas lhe é anterior. De ser subjetivamente inerente decorre a sua necessidade. Além da forma subjetiva da intuição interna, contribue para alheiar o sujeito do real psíquico a elaboração conceitual que o entendimento realiza sôbre os dados imediatos da conciência. A intuição interna, por si mesma, somente nos confere a multiplicidade sucessiva dos estados particulares, imediatamente vividos; os estados de conciência, do ponto de vista da sensibilidade, se apresentam apenas nas relações de "antes", "agora" e "depois". Sôbre estas meras posições temporais, as categorias introduzem as ordenações expressas na causalidade, na totalidade, na unidade, na substância. Pensar, conceber ,conhecer, são atividades que implicam o emprêgo das formas categoriais. Como o tempo em que se processam os fatos anímicos, êstes esquemas fundamentais da razão representam modos subje-

tivos, inherentes ao sujeito cognoscente. Há, em verdade, conexões causais, totalidade, unidade, substancialidade na realidade psíquica? Não podemos saber. A forma da intuição interna e as categorias do entendimento impossibilitam o acesso ao real animico. Talvez coincidam com a constituição do ser psíquico, por fortuna de um acaso ou de uma harmonia preestabelecida mas, comprovar essa coincidência nos escapa. Assim, a psicologia é a ciência do fenômeno psíquico e não do **noumenon** a esta aparência correspondente.

O fenomenalismo, aparte a validez de sua solução, serve a título de exemplo do problema que a cognoscibilidade do mundo psíquico envolve.

Por conseguinte, a presença imediata dos fatos psíquicos concientes a indestrutível convicção de sua existência por parte do eu que os experimenta, o caráter direto da percepção interna, não exime a ciência da alma dos debates críticos fundamentais extensivos às demais ciências naturais.

*
* *

A percepção interna, espontânea ou refletida (introspecção) é o instrumento do conhecimento psicológico. Mas, a percepção interna, apesar de constituir a via de acesso, por excelência, ao psíquico, dista de passar por infalível. Cabe à filosofia do conhecimento examinar a potência cognoscitiva dêsse instrumento.

Empiricamente, confiamos nos dados da percepção interna, como confiamos nos informes obtidos do mundo exterior pelas vias sensoriais. A diferença entre a percepção interna e a externa, no que à crença se refere, reside no fato de ser impossível duvidar, descrer, de uma sensação, de uma percepção, de um estado qualquer de conciência se efetivamente os temos em nós mesmos. É dubitável se algo real corresponde aos conteúdos objetivos de conciência, mas de nenhum modo os conteúdos mesmos. A oposição entre aparente e real é, psicologicamente, inexistente. Falsas percepções, ilusões dos sentidos, imagens oníricas, alucinatórias são, enquanto estados, tão reais quanto as percepções verdadeiras. A distinção entre aparência e realidade aplicada aos fenômenos mentais, estriba-

se num ponto referencial situado além do psíquico: no objeto ao qual a conciência se dirige.

Apreendendo seguramente o fato psíquico em sua efetividade indubitável, nem porisso a percepção interna está longe de informar com falsidade acêrca da constituição essencial de que aparece na conciência. O material anímico que enche a conciência reduz-se à tríplice modalidade, em geral aceita, de sensibilidade, atividade e representação. No entanto, na esfera das investigações positivas não faltam ensaios para derivar a multiplicidade dos estados mentais ora da vontade, ora do sentimento, ora da inteligência. Sem embargo da evidência anexa ao testemunho da percepção interna, a multiplicidade seria então mera aparência. Do ponto de vista epistemológico, podemos ir mais, questionando se a realidade psíquica não constitue um aspecto do fenômeno vivente (biológico), se não consiste num inconciente absoluto (E. v. Hartmann) ou numa vontade metafísica (Schopenhauer). A psicologia como ciência positiva se detem no limiar do observável. Por essa razão nada diz sôbre realidades **últimas,** como o inconciente absoluto ou a vontade metafísica. A psicologia não deve exorbitar de sua esfera em tratando de reduzir a multiplicidade da conciência; da mesma maneira, a física prosseguindo do corpo às moléculas e aos átomos, das qualidades sensoriais às alterações quantitativas não vai além do fenômeno.

A psicologia, na qualidade de ciência positiva, e particular de conciência se mantém nos limites do acessível empiricamente, isto é, nos limites do experimentável. Acessível, por definição, é o campo da conciência. Mas, igualmente, os planos da subconciência e do inconciente. Quanto ao inconciente, ainda que nem todo o seu conteúdo seja efetivamente dado, ainda que, por certas razões, não possa ser apreendido diretamente, pertence ao âmbito do empirico e, portanto, cai, em princípio, na órbita da ciência da alma. O inconciente não dado é inferível, partindo do conciente dado.

A percepção interna representa um caminho indispensável para atingir a realidade psíquica. Feitos aqueles reparos críticos ainda se revela insuficiente. Por si só, não basta. Inventariando o que logramos com a auto-observação: temos a comprovação imedia-

ta dos fenômenos interiores, a certeza originária de sua existência, a multiplicidade qualitativa dos sucessos de conciência — sensações, imagens, percepções, representações, atos de memória, de atenção, de associação, de pensar, querer e desejar, estados afetivos, etc. —; temos a mutabilidade que singularmente caracteriza o fluxo da vida mental, a sucessão temporal dêsse fluxo, a continuidade vivida, que confere uma certa permanência à mutabilidade do vir-a-ser. Mas, é um fato que a psicologia não se satisfaz com êsses dados empíricos, colhidos pela percepção interna. Sendo uma ciência, maneja princípios lógicos a-fim-de ordenar o material caótico da intuição. Sem veículos lógicos seria impossível passar do plano do imediato dado para o mediato. O mesmo ocorre com a percepção do mundo exterior. A percepção externa é indispensável mas não suficiente por si só. Sem o princípio de causalidade jamais conseguiríamos sair da percepção mesma para os fatores que a produziram, para o mundo físico independente, na falta do qual a percepção não teria lugar.

As formas do entendimento complementam o órgão intuitivo do conhecimento psicológico. Sôbre queles dados acima inventariados, operam as categorias (aquí concebidas objetivamente). Especificando: o sujeito lógico compreende a simples sucessão dos estados psíquicos na forma de sequências causais; da identidade vivida pela conciência infere a substancialidade do real anímico; da mutabilidade dos fenômenos ante o eu uno e idêntico, induz a relação de acidente para a substância, (isto é, a relação da permanência ante a variação (a substância como conceito metafísico está excluida da ciência psicológica); na multiplicidade coerente (pertencente a um único eu) tem o dado para a unidade e a totalidade.

*

* *

Evidentemente, as formas categoriais empregadas pela ciência psicológica constituem pressupostos de ordem gnoseológica. Não lhe compete, na qualidade de ciência positiva do psíquico, considerá-las como problema. A teoria dos conceitos puros, a questão de sua essência e validade, como problema geral,

faz parte da teoria do conhecimento. As categorias, por sua estrutura ideal, são também objeto da lógica; a lógica as estuda como **conceitos.** A questão da validade das categorias é, no entanto, um tema reservado à teoria do conhecimento.

Para propor e resolver os problemas congoscitivos que a psicologia implica, a epistemologia tem de levar em conta os resultados de uma exata ontologia do psíquico. As relações entre as investigações positivas, a ontologia da alma e a teoria do conhecimento psicológico hão de ser rigorosamente definidas. **De fato,** estas três ordens de questões se entrecruzam de uma maneira íntima. Logicamente, a ontologia e a teoria da conhecimento precedem as investigações empíricas. Do ponto de vista histórico, a relação é em geral, inversa: a ciência positiva se constitue antes destas duas disciplinas filosóficas se definirem.

Uma teoria geral do ser psíquico, que delimite com máximo rigor a estrutura essencial da conciência, representa uma reflexão altamente importante para segurança e precisão da ciência psicológica. Será a ontologia regional do psíquico. Pertence a esta disciplina o direito de conferir os fundamentos objetivos à psicologia. A definição da essência do fenômeno mental, alcançada por esta ontologia regional, estabelece os limites de aplicação das categorias, quais pode a doutrina psicológica empregar sem violência à constituição de seu objeto. Se o psíquico é algo substantivo, possue um grupo de categorias próprias, privativas de sua região. As categorias regionais determinarão a aplicabilidade daquelas outras pertencentes a distintas esferas do ser. Descrita a essência da conciência, estaremos em condições de saber se categorias como a causalidade, a quantidade, a teleologia, a espacialidade, a temporalidade, etc., valem para os processos anímicos. A ontologia especial da vida psíquica, tem, assim, a missão de investigar a caracterização necessária da alma, extraindo as notas indispensáveis que outorgam a êste objeto o que êle é, sem as quais o psíquico deixaria de ser psíquico. Fixando o essencial, logicamente a ontologia independe das contingências empíricas a que está sujeita a psicologia positiva. A parcela de conhecimento apriorísticos, fundamentalmente necessários que figuram no corpo da psicologia faz parte de sua respectiva ontologia.

Determinar a conciência como totalidade original, intencionalidade imanente, duração real, perceptibilidade exclusiva de um só sujeito; aplicar aos acontecimentos internos os conceitos de percepção, pensar, ato, — o que implica saber, ante cada acontecimento concreto, a sua essência apriori, etc., é fazer a descrição ontológica do mundo interior. Entre as determinações necessárias descobertas, algumas serão comuns a outras espécies de ser. Por exemplo, da inespacialidade participam, além da conciência, os valores, as relações, os objetos ideais; no fluxo temporal estão, além dos acontecimentos psíquicos, os objetos físicos, os biológicos, os fatos históricos. Mas, tem, forçasamente, de haver pelo menos uma determinação categorial exclusiva; o ser tem pelo menos uma nota de sua exclusiva propriedade, definidora de sua essência. Em tôrno dêsse núcleo ôntico, se agrupam, em constelação lógica, as demais categorias necessárias ou possíveis.

*
* *

A história da psicologia — comparável a da ciência sociológica nesse particular — oferece o quadro das vissicitudes por que tem passado esta disciplina, apresentando-se a região da realidade psíquica como um campo sem fronteiras definidas, onde teem acolhida as categorias procedentes de diferentes estâncias do saber. No século dezenove, verificou-se a invasão dos conceitos próprios das ciências naturais do mundo físico. Desta apropriação injusta surgiram a energética da vida mental, o atomismo associacionista, a quantificação da conciência (resultado extremo na medição da intensidade sensorial), a psicologia como capítulo da biologia, etc..

A teoria do conhecimento registra — como já vimos — o fato de que, apesar de a realidade subjetiva ser imediatamente presente ao sujeito, a ciência que a estuda não oferece o rigor, dessa especial circunstância esperado. Tal solidez é desfrutada pelas disciplinas dos fenômenos exteriores ao sujeito psico-físico (principalmente, a astronomia e a física), portanto, pelas disciplinas dos fatos apreendidos por mediação dos dados imediatos. Efetivamente, a ciência do

mundo físico é o paradigma da ciência. A psicologia sofre a influência dêsse padrão modelar, procurando tratar os fatos psíquicos com instrumentos próprios da realidade exterior.

A assimilação do mundo interior ao exterior começa desde os primeiros passos da vida individual e comunitária. Ante os enérgicos impositivos da existência prática torna-se útil e necessário a mente se projetar fora de si mesma. Vitalmente é mais importante constatar a presença ou ausência dos objetos extensos que compõem a paisagem circundante que ocupar-se consigo mesmo. Dêsse instintivo impulso para o exterior acontece que o homem se dá conta dos entes percebidos e não da percepção mesma, do mundo material e não de eu por intermédio do quel êsse mundo é dado. Tomar notícias exatas das coisas, de seu caráter nocivo ou utilitário, dos gestos e sinais expressivos dos demais seres humanos e crer na realidade do percebido sem fazer problema da capacidade cognoscitiva própria, resume a atitude da conciência vigilante nessa fase primitiva. A realidade do que ocupa um posto no espaço se impõe com orresistível fôrça. O espaço representa a forma predominante da conciência natural. Mas, o espaço é sobretudo espaço visual. As coisas que o enchem aparecem como luminosas resistências, massas cromáticas coisas que o sentido da vista recolhe e o tacto comprova. Aquilo que se apreende táctil e visualmente converte-se em modêlo da existência real. A predominância da visualidade e da espacialidade na mente primitiva explica o fato de que a maior parte das palavras contenha um fundo luminoso e extenso. O fato sociológico da convivência contribue para a crieação de significações universais anexas aos vocábulos: geneticamente, o conceito radica-se na necessidade humana de comunicar-se, isto é, de fazer-se inteligivel ante todos aqueles com os quais se estabelece contacto.

Consequência dessa conjuntura vital é a seguinte: a linguagem, feita para o mundo exterior passa a servir de recurso expressivo do mundo interior. A importância do extenso absorve o conteúdo do idioma. Os substantivos calcam-se sôbre a quietude, sôbre a aparente permanência das coisas sensíveis; as preposições surgem para designar relações espaciais e as palavras especialmente destinadas à expressão da

alma — como por exemplo, **anemos, animus** — ostentam em todos os idiomas (por Max Muller e C. G. Jung observados) um sentido igual, assimilado ao vento, isto é, a algo físico.

Caberia esperar que o procedimento científico do psíquico depurasse todos os seus conceitos de qualquer resíduo luminoso e sensível, a-fim-de surpreender a originalidade do mundo interior. Mas, uma análise dos conceitos empregados pela psicologia basta para mostrar que ainda nos transportamos a esta esfera invisível munidos das formas lógicas confeccionadas sôbre os corpos físicos. Esta circunstância não deixa de merecer reparos do ponto de vista epistemológico. Para evitá-los, os investigadores mais recentes se teem ocupado de firmar um regime categorial apropriado às características que o psíquico tem de singular. Nesse sentido, são oportunas as considerações metódicas apresentadas de uma maneira incisiva por H. Bergson. Segundo êste filósofo, trata-se dè tudo, de perfurar a superfície da conciência originada no contacto com o mundo espacial e o meio social, a-fim-de colher o processo vivo e creador que flue no subsolo da vida mental. O instrumento perfurador é a intuição. Mediante a intuição, emerge à zona da conciência mecanizada o líquido palpitante da verdadeira realidade psíquica. O resultado desta sondagem é exposto em imagens, símbolos, metáforas artisticamente combinadas. Os conceitos são inadequados para receber o conteúdo singularmente rico em diversidade, em nuanças e em complexidade dos fenômenos interiores. Os conceitos são medidas estáveis, formas rigorosamente definidas que o entendimento engendra, nas quais apenas o universal da realidade é retido. A vocação do intelecto cifra-se no conhecimento do que se acha no meio homogêneo externo (espaço). Por sua nativa constituição o entendimento e seus produtos somente podem trabalhar sôbre a matéria; a descontinuidade desta satisfaz à estrutura da apreensão conceitual. O **habitus** lógico da razão, quando extendido à realidade íntima desvirtua a originalidade desta: imobiliza o devenir, seciona a continuidade fluente do acontecer psíquico, espacializa o tempo vivido e quantifica a intensidade qualitativa dos estados.

O aparecimento da filosofia intuicionista foi salu-

tar para o pleiteamento do problema da psicologia. Teve o mérito de eliminar a naturalismo absorvente que ameaçava converter a doutrina da alma numa física mental e serviu de fecunda orientação geral para as investigações posteriores. Compeliu a se revisar todo o sistema das categorias usadas pela ciência psicológica.

Mas, aparte sua relativa justificação, o intuicionismo no domínio da psicologia equivale a uma decidida renúncia ao caráter rigoroso e abstrato da exposição científica. As considerações epistemologicas contidas em "Les donnèes immediates...", o livro propriamente inaugural do pensamento bergsoniano, acusam logo sua filiação anti-conceitualista. O anti-conceitualismo é expressão do irracionalismo moderno, de fundo místico até, portanto, anti-científico.

Em verdade, não pode o intuicinista prescindir dos elementos conceituais se aspira fazer ciência rigorosa. O pressuposto real do conceito é a permanência dos objetos, um mínimo de parentesco — analogia — entre as coisas, constância no suceder dos fenômenos ocorrentes no mundo, objeta o adepto da intuição. A radical solvência das coisas, a absoluta singularidade de cada fragmento de realidade, a variação pura, tornariam a aplicabilidade dos conceitos uma tarefa praticamente impossível. A esfera de validade de cada um seria restritíssima, a cada passo tragada pelo advento de entes novos, desconhecidos, únicos. E, assim, a circunstância de a realidade psíquica ser, em extremo, variável, não constituiria originária impossibilidade ante o intento de capturá-la nas formas estáveis do pensamento racional? E, com isso, não estaria fundamentado o método intuitivo, o recurso à imagem e o repúdio ao conceito? Somente o material que enche o espaço — prossegue o inimigo do intelecto — oferece a constância e a discontinuidade requeridas pela lógica racionalista.

O problema epistemológico da realidade psíquica reconhece a dificuldade proveniente da mutabilidade dos fatos internos ante a identidade reclamada pelos conceitos. Até que ponto o vir-a-ser mental, cujos momentos componentes trazem sempre algo de novo, algo que só se dá uma vez, podem ser descritos pelo pensamento abstrato? Contudo, é inegável que êsse vir-a-ser discorre segundo leis, regularmente. Neste

fato temos a constância. De outro lado, é legítimo subordinar os estados concretos de conciência aos conceitos de sensação, percepção, sentimento, etc.. Um fato qualquer de conciência não encontra similar, é único considerado na totalidade de seus caracteres. Mas, muito tem de análogo com outros e, desprezando-se o traço que o individualiza, corresponde exatamente ao objeto ideal fixado pelo conceito. Tal operação não vale por coisificar a fluência viva do suceder anímico. Ainda no caso de, entre os fatos psíquicos (por virtude da memória, da duração creadora e irreversível), não existir igualdade, bastaria para o pensamento generalizador uma semelhança aproximada, uma certa comunidade analógica. Sôbre êsse mínimo analógico o conceito põe uma ficção, é certo. Mas, a mesma ficção constroem as ciências dos corpos à base dos dados externos. Não somente para o mundo psíquico aplica-se o princípio de individuação. Também na realidade espacial, na esfera social e histórica, jamais se pode encontrar dois entes absolutamente iguais. O absolutamente único há de ficar necessáriamente à margem dos marcos conceituais. Munidos dêste marco aproximamo-nos da individualidade; as notas de um ser não contempladas num conceito determinado, se importantes, tornam-se objeto de novos conceitos. Na penetração do individual avançamos por meio dos conceitos, complementando a universalidade dos mesmos com a ajuda da intuição. Daquí a relativa importância da intuição.

A importância da faculdade intuitiva fica assinalada com dizer-se que é um momento necessário do conhecimento. A aptidão de apreender o dado nas formas do tempo e do espaço, a experiência imediata que nos coloca ante o concreto, constitue o ponto de partida do pensamento puro. O intelecto, sem a intuição trabalharia no vasio; a intuição sem o intelecto nos daria apenas o caso inabordável dos eventos singulares. A ciência psicológica deriva de uma combinação de ambas fontes do conhecimento.

* * *

Permanecer nos limites do experimentável, do que é efetivamente dado ou suscetível de ser dado, por

conseguinte, do fenômeno, caracteriza o proceder das ciências de realidades (físicas e psíquicas). Quando essa orientação metódica se converte em princípio epistemológico, temos a filosofia do conhecimento denominada conciencialismo, (também, positivismo, idealismo subjetivo, filosofia da imanência). Mas, não há porque identificar uma orientação metódica som um princípio epistemológico. A psicologia científica é, metodicamente, positiva. Assim dizendo, não incidimos em subjetivismo. No domínio da ciência psicológica a atitude positivista vigora como um imperativo de limitação ao fenômeno, ao acessível de fato ou em princípio à percepção interna. O imperativo de limitação ao fenômeno traça o limiar até onde pode ir a psicologia sem desvirtuar sua índole científica.

O subjetivismo conciencialista não se contenta com estabelecer a limitação ao fenômeno, mas, afirma que o sujeito permanente prisioneiro de sua própria imanência, sem conseguir ir além. Se existe algo mais que o suscetível de experiência é questão inacessível. O positivismo psicológico fixa-se no círculo do experimentável, deixando aberta a possibilidade de se existe ou não uma realidade absoluta correspondente à conciência. A psicologia não rechaça a possibilidade de uma metafísica do psíquico. Em certos pontos capitais, abre a porta a dita metafísica, detendo-se no limite em que um passo a mais importaria abandonar a região científico-experimental. A linha em que os últimos problemas da psicologia anunciam a dimensão absoluta da alma deve ser mantida a todo custo. Somente desde uma perspectiva amplamente filosófica cabe percorrer os lindes fronteiriços, superando de uma esfera a outra o espaço que as separa.

Transpõe indevidamente estas fronteiras a psicologia que se propõe discutir, negar ou admitir a liberdade do eu, a substancialidade da alma, a imortalidade do ser psíquico personalizado. Sempre há de fracassar a doutrina positiva dos fenômenos mentais tôda vez que intente trabalhar com êstes temas. Vale aquí anotar as razões dêsse fracasso, restringindo-nos ao problema da liberdade.

A ciência psicológica dispõe de dois caminhos cognocitivos, como sabemos: a percepção interna e o entendimento que elabora categorialmente o material intuitivo oferecido pela percepção interna. Se a liber-

dade, a substancialidade e a imortalidade são experimentáveis, portanto, se entram na órbita dos fenômenos devem ser apreensíveis pelos indicados.

O testemunho que nos dá a percepção interna é o de que algumas ações procedentes do eu são livres. A sensação de liberdade somente é vivida com relação às ações nas quais o eu se encontra presente. Ao lado dos atos livres, se processam os acontecimentos condicionados — reflexos, reações instintivas, habituais, emocionais. Ditos acontecimentos se verificam em nós mas, sem nós mesmos. Representam movimentos e alterações que ocorrem na periféria da alma, no plano natural da vida psico-física. Neles não participa o núcleo essencial da personalidade. A experiência da alma própria nos permite comprovar a dualidade estrutural da psique: uma zona periférica, impessoal e determinada; outra, profunda, personalizada e livre (raiz natural da dualidade valorativa — ser sensível e ser espiritual).

A liberdade experimentada explica nossa exigência para com o próximo. Na vida real predicamos imperativos, normas que devem ser cumpridas sem embargo da inclinação que compele o homem a não cumprí-las. É a possibilidade de não seguir o estatuido por um valor que converte o valor em norma imperativa. Se a conduta fosse concebida como necessariamente determinada faltaria sentido ao pensamento de estabelecer um dever ser qualquer. Pressuposto do dever ser é a possibilidade livre. No trato com os demais, pressupomos a liberdade. Com efeito, tomamos cada eu em particular como um ente responsável. O fundamento da responsabilidade é a liberdade individual.

A convicção d aliberdade do homem está arraigada na conciência, como a crença na realidade do mundo exterior. E, da mesma maneira que o mais decidido idealista se comporta na existência concreta professando o realismo natural, assim também o mais radical determinista, na vida quotidiana, defronta-se consigo mesmo e perante os demais, exigindo e estatuindo o que só se concebe no suposto de serem livres.

Não obstante o pêso do testemunho íntimo, do ponto de vista crítico, cabe pôr em dúvida se é, efetivamente, valida essa comprovação da percepção interna. Sabe-se quanto, apesar da evidência que acom-

panha as percepções em geral, pode errar esta fonte de conhecimentos. A evidência experimentada — correspondente no plano empírico à evidência lógica do pensamento puro — não é uma qualidade exclusiva das percepções verdadeiras. Falsas percepções também trazem o sinal da evidência. Êste sinal, pois, está longe de valer como um seguro critério da verdade. Seguro critério seria se fosse uma determinação unívoca, privativa da percepção exata.

A percepção interna está sujeita a êrro. Tanto por excesso como por deficiência. Por excesso, no conferir aos estados atuais de conciência o acréssimo aperceptivo que é anterior aos conteúdos presentes e sem o qual os estados atuais não seriam o que são. Analogamente, sucede com a percepção externa. Ante um objeto presente à visão, por exemplo, o sujeito crê apreendê-lo imediatamente em sua localização, distância e constituição sensível. E, todavia, originariamente, o sentido visual não lhe oferece senão os dados da forma, da côr e da luz. É devido à experiência individual que os dados originários de cada via sensorial se articulam em sínteses aperceptivas. No exemplo indicado ,aos dados primários da visão se associam os dados tácteis e cinestésicos. Assim, irredutíveis, simples e imediatos aparecem os estados internos ante a percepção interna. A conciência ordinariamente não se dá conta da procedência do que em si mesma encontra. O impulso prático vital que impele o ser para a ação condiciona a forma da conciência, faculdade sintética e não analítica.

Quanto à insuficiência perceptiva basta se considerar a ínfima parte do material psíquico que nos chega à conciência, até que ponto o inconciente permanece inadvertido e incompreendido pelo eu a quem pertence e quanto a conciência a si mesma se contempla munida de formas oriundas da vida social e de sua atividade no mundo físico exterior, impróprias à contemplação do mundo interior.

Por conseguinte, a evidência perceptiva do testemunho íntimo não constitue garantia lógica e suficiente da realidade dos conteúdos percebidos. Se, em realidade, o eu é livre, epistemologicamente, não se resolve com apelar ao testemunho da percepção interna. A explicação da liberdade experimentada não descançaria no olvido, na inadvertência, por parte da conci-

ência, dos motivos determinantes do ato voluntário? A inadvertência dos motivos efetivos concorreria, assim, para deixar a impressão de suficiência incausada dos atos concretos de um eu, quando, de fato, tais atos seriam a resultante necessária da contrariedade ou mútuo refôrço dos motivos entre si, muitos dêstes subterrâneos, incompreendidos, inconcientes. Também, não residiria a sensação de liberdade no fato de que o eu pode fazer que quer — graças à conexão entre o psíquico e o físico, entre o ato voluntário e o mecanismo de intervenção motora — e do qual resulta a impressão errôneo de tomar o poder de fazer pelo poder de querer? Pois, se é verdade que pode o eu fazer o que quiser, disso não se segue que possa querer o que quer, que tenha poder sôbre o seu próprio querer. (Neste sentido, explorou a questão Schopenhauer — "Essai sur le libre arbitre"). Mais ainda, a vivência da liberdade própria bem poderia provir da circunstância de o eu, antes ou depois de escolher, ter a impressão de que poderia escolher diversamente, se quisesse, fundando-se êsse engano em a conciência imaginar antecedentes diversos dos que, em realidade, estão necessariamente determinando a orientação do eu mesmo.

Declarado o fracasso da percepção interna para, por si mesma, resolver a questão da liberdade, resta apelar à superior instância lógica, isto é, para o entendimento, segunda fonte cognoscitiva da ciência psicológica.

Do ponto de vista puramente lógico; a liberdade significa o contraposto de determinismo. Liberdade é indeterminação. Um acontecimento **d** é determinado pelos fatores **a, b c** quando a presença ou a ausência dêstes condicionam invariavelmente a presença ou a ausência daquele. O acontecimento **d** não surge, não se modifica nem desaparece por si mesmo, mas, com o surgir, o modificar-se e o desaparecer do complexo **a, b, c.** Seria indeterminado no caso contrário, se fosse independente, em sua essência e existência, dêste complexo de fatores. Mas, logicamente, é possível avançar mais. Na hipótese dada, poderia restar, ao lado da independência extrínseca a dependência intrínseca? Forçosamente. O ser ou acontecer depende de si mesmo, de sua necessária constituição, não podendo ir contra a sua própria essência. É óbvio que

a radical indeterminação, a independência extrínseca, e intrínseca não convém a nenhum ser, (até o objeto Deus depende de sua essência: êle não pode querer não ser o que é). Isto basta para repelirmos o conceito de liberdade como **radical** indeterminação.

A determinação implica a necessidade. A liberdade, a possibilidade. A vontade é livre quando entre vários caminhos escolhe qual lhe convém. Os caminhos vários são apresentados pela faculdade representativa. Cabe ao pensamento o ofício de instruir qual deles é o melhor, sobrepondo às ressonâncias afetivas que os mesmos despertam, o valor substantivo que por ventura apresentem. As diversas direções por onde se canaliza a energia volitiva, figuram como um quadro de possibilidades objetivas. Do lado da vontade, existe a possibilidade eletiva. A conversão das possibilidades subjetivas (eletivas) e objetivas em atualidades realizadas é levada a efeito pela livre iniciativa da alma. A um ato livre não pode faltar ambas classes de possibilidades. Mas... dispõe o eu dessa autônoma iniciativa? Êste é o núcleo da questão.

A liberdade compreendida como indeterminação causal da vontade colide com o proceder lógico do intelecto. A vontade é um fenômeno real, que se verifica, como todos os fenômenos, num meio temporal. O que seja um processo temporal, surgindo, alterando-se e extinguindo-se sem antecedentes condicionais é um fato incompreensível cientificamente. No mundo real — físico e psíquico — tôda modificação tem sua respectiva causa: esta é a forma de tôda explicação científica. Com êste apriori joga a ciência psicológica. O exame da estrutura formal desta disciplina revelou que seus modos de compreensão, por excelência, são a causalidade e a teleologia. O princípio de causalidade extende-se a tôdas as modalidades de conciência, ao pensar, à sensibilidade e à atividade. A produção de uma sensação, de um fato perceptivo verifica-se consoante certas leis; um ato de recordar, de fixar conteúdos, obedecem às leis da memória, da atenção, da associação e do interêsse. Enfim, um fenômeno psíquico qualquer que surge vem condicionado por outros fenômenos particulares antecedentes ou atuais, pelo eu inteiro, pelos fatores externos atuantes de tôda ordem. Reduzidos unicamente aos infor-

mes da percepção interna, os estados particulares de conciência que compõem a corrente do fluxo mental se nos oferecem em meras relações temporais e associativas. O ofício privativo do sujeito pensante é extrair destas simples sequências o vínculo que as une, os fatores condicionantes e os condicionados, os antecedentes necessários e os consequentes. O entendimento não sabe trabalhar de outra maneira num mundo de acontecimentos temporais como o mundo interno e o externo.

Para a psicologia positiva, explicar uma ação voluntária é reduzí-la às suas coordenadas, àqueles antecendentes sem os quais a ação não teria lugar. Se a vontade propriamente dita independe da qualidade e do coeficiente quantitativo dos motivos, acha-se prisioneira do eu. E o eu, por sua vez, dista de ser independente. É, antes, o resultado espontâneo de incontáveis influências, recolhidas no curso da trajectória vital do indivíduo, como: hereditariedade biológica, psicológica, disposições originárias, inatas, contraidas no contacto como o meio físico, com os círculos sociais e com a cultura. Fenomenicamente, não se compreende o eu, o homem individual sem registrar tais coadjuvantes na formação da alma.

E' manifesto, em face das precedentes considerações, que se a liberdade existe, o pleiteamento e resolução do problema somente fora do domínio da psicologia positiva pode ser feito. Admitir ou negar a liberdade com base em certos fatos da experiência psicológica redunda em desconhecer a transcedência do mesmo. Constitue uma ingenuidade filosófica, digna do positivismo, tratar de refutá-la apelando para a patologia da vontade, para a dependência funcional da volição em relação à fisiologia do sistema nervoso ou fundamentando-se, como o fez Ch. Richet (6), no mecanismo automático dos reflexos e atos instintivos. Também não vale por uma solução verdadeira em favor da liberdade o argumento esgrimido por H. Bergson. Êste nos dá uma espécie de determinismo psicológico, pois, o ato livre será todo aquele que "le moi seul en aura até l'auteu" (Obr. cit., pgs. 127); "nous sommes libres quand nos actes émanent de notre personalité entière, quand ils expriment, quando ils ont avec

(6) Essai de psychologie générale, ch. IX, F. Alcan., 11.í ed., París.

elle cette indéfinissable ressemblence qu'on trouve parfois entre l'oeuvre et l'artiste" (idem, pgs 132). No parecer de Bergson, é necessário empreender o intento de abandonar a superfície inerte do eu, formada de mecanismos, de hábitos, no contacto com o meio físico exterior e em virtude do trato social. Somente se nos instalarmos em nós mesmos, na porção original da duração pura conseguiremos tomar posse de nosso próprio destino psicológico. Os atos emanados do eu profundo trazem a marca do si mesmo pessoal e caem, como frutos sazonados, da matriz criadora. E' suficiente observar, êste eu profundo é ainda o eu empírico, o eu alcançável pela ciência natural psicológica, portanto, o território da alma determinado pela causalidade e pela teleologia.

Resta dar mais um passo e transpor a órbita da psicologia.

Dado êste passo, caimos na zona da personalidade propriamente dita. Sabemos que a personalidade não é um mero fenômeno, um puro fato destituido de significação. Puro fenômeno é o eu. O meramente psíquico representa um fragmento do real **natural,** é natureza indiferente. Em conexão com sua essência, à natureza afigura-se inadequado o atributo da liberdade. O mundo natural pode ser destituido de leis, de necessidade, de ordem, mas, nunca, livre. O ser livre está reservado ao homem como personalidade. O homem como personalidade é um produto cultural, no mais profundo sentido que se outorgue a esta palavra. Mas, precisamente porque o ente humano é uma porção de natureza, um corpo físico, um eu, está determinado causalmente. Enquanto personalidade tem o prêmio da liberdade; enquanto natureza acha-se prisioneiro. O primitivo, o menino, em rigor, não são livres. O próprio homem personalizado jamais deixa de lutar contra o ameaço constante da necessidade que tenta absorver seu ser integral. O ser humano é, a um tempo, livre e determinado. Empiricamente, acontece nem sempre chegar a conhecer a sua liberdade; mas, em princípio, esta lhe pertence. Existencialmente, toda uma constelação de fatores conspiram contra o homem livre; no curso da vida, ora somos mais, ora somos menos livres: a liberdade, pois, menos que um atributo estático, definitivo, apresenta-se em dinâmico quantitativo, por assim dizer.

Mas, a personalidade não constitue uma zona da alma ao lado do eu. Apenas logicamente distinguimos a efetividade do acontecer mental indiferente e o centro portador de sentido. A psicologia, firmando-se nesta lógica separação, reserva-se o direito de explorar o puramente psíquico. Encarada em sua concreta realidade a alma é o eu personalizado. Surge a personalidade como fator de cultura quando o psíquico natural se informa e transforma ao contacto com os objetos ideais valiosos. Assim, entre ambos, se verificam íntimas relações. Sem o psíquico unificado na forma de um eu, a personalidade não surgiria no universo. O eu como fenômeno é alcançado pela individuação. O eu comunica esta caraterização à personalidade, alheia, por si mesma ao princípio da exclusão individual. Se a personalidade individualiza-se, êsse traço não traz em si mesma, apenas, mas recebe-o do seu suporte natural.

Agora, se à personalidade cabe o atributo da liberdade e ao eu o da determinação causal, como é possível uma relação entre ambos, que resolva essa flagrante exclusão, essa contraditória incompatibilidade dos termos relacionados? E' suficiente observar que a compreensão causal do mundo psíquico não conduz ao fatalismo determinista, à negação da liberdade. A caraterização lógica da psicologia, na qualidade de ciência natural, que emprega a forma de explicação causal, detem-se neutramente no ponto de onde partem os dois ramais contrapostos: — liberdade e determinismo. Precisa-se, por outra parte, evitar a identificação entre determinismo (fatal) e causalidade. O determinismo se contrapõe à liberdade. Esta é compatível com a causalidade. A antítese da conexão causal é a falta de lei, o puro azar, a irregularidade.

A liberdade não exclue a causalidade: ao contrário, a implica. Se a conciência desconhecesse regularidades constantes, se a ausncia de conexões fosse o caraterístico do ser e acontecer psíquicos, teriamos o azar caprichoso, o cáos interior. Jamais a livre decisão da personalidade poderia estar segura de se realizar. Sem as leis causais fisio-psíquicas e psíquicas puras da atividade volicional, sem o mecanismo regularmente articulado do sistema nervoso, sem as leis da vida representativa e afetiva, provavelmente, um acaso feliz seria que a um autônomo impulso da vontade livre correspondesse o ato esperado, a uma deliberação seguis-

se a série de alterações psico-físicas adequadas à efetivação do que se deliberou.

Haveria determinismo causal na esfera da conciência se a série de acontecimentos psíquicos estivesse disposta de modo inflexível, inalterável; se o sistema causal do mundo interior perseguisse sua rota encerrado em si mesmo, sem ser afetado por outros fatores além dos exclusivamente psíquicos. Mas, o cosmos da causalidade mental não é um sistema fechado. E' um fato que neste sistema interferem fatores de ordem física — físicos propriamente ditos e fisiológicos — capazes de alterá-lo. Também, apesar-de pertencerem a uma região distinta da real, os objetos portadores de sentido — os valores — determinam orientações ao simples suceder subjetivo. Um pensamento apreendido, pode imprimir novas direções às sequências causais. Igualmente, uma norma religiosa, ética ou jurídica. E' um fato que estes objetos por seu conteúdo próprio, por sua objetividade ideal — e não apenas pela ressonância subjetiva, pelos atos de conciência resultantes da apreensão — estabelecem novos caminhos por onde vai afluir a corrente indiferente do vir-a-ser psíquico.

Fator interferente na conciência causalmente condicionada é, além disso, a livre iniciativa da alma. A natureza da relação entre êste fator e a conciência suscita análogo problema ao das relações entre processos físicos e processos psíquicos. Limitar-se-ia a alma livre a mudar a direção do curso mental sem que dessa ingerência no sistema psíquico resultasse a destruição das leis vigentes em dito sistema. Da mesma maneira que os fatos físicos, fisiológicos e os objetos valiosos atuando na órbita da conciência deixam inalterada a ordem a esta peculiar. Entre a alma livre, o psíquico sujeito à ordem, os fenômenos fisiológicos e os processos físicos se verificam relações. Podemos percorrer de um extremo a outro, das decisões aos fatos físicos, das deliberações livres aos atos que operam modificações no mundo exterior. Em sentido inverso, podemos partir dos estímulos físicos aos processos orgânicos, dêstes aos sucessos psíquicos, do eu à personalidade. Não admitir as mencionadas relações importa em aferrar-se ao princípio dos sistemas de realidade radicalmente herméticos, incomunicáveis. Com base na teoria objetiva do ser (ontologia) estamos autorizados a des-

prezar o princípio dos sistemas herméticos e a firmar o da comunicabilidade das esferas de realidades. As esferas do ser manteem entre si determinados intercâmbios. O resultado dêstes depende da natureza das esferas atuantes. Cada região do ser, ainda mesmo travando contacto con distintas regiões se comporta de acôrdo com sua estrutura própria, consoante a sua necessária constituição. O psíquico reage a ação de uma causa física ou fisiológica de conformidade com seu regime de leis peculiares. Assim, alheio à energia, não se deixa contaminar por esta propriedade da matéria em recebendo o influxo de uma causa física. Igualmente, um processo físico nada perde de seu quantitativo em ser causa de um processo psíquico: êste deixa inalterado o **quantum** energético do sistema físico.

Recolhendo, agora, o que ficou estabelecido temos os dados para a proposição do problema da liberdade. Êste problema resulta devidamente posto nos termos seguintes.

O indivíduo como realidade psíco-física é determinado, está sujeito ao império da causalidade e constitue objeto da psicologia científica. Mas, esta realidade psico-física acha-se aberta à influência da objetividade ideal, às normas, aos princípios, aos imperativos. Estes, fixando a objetividade valiosa, impõem às conciências determinadas causalmente o dever de cumprí-la, de realizá-la. O que exigem as normas éticas, religiosas é compatível com a ampla esfera do possível psicologicamente. A exigência normativa põe ao seu serviço o domínio da ordem real. O dever ser submete aos seus fins o acontecer necessário. Mas, convém observar: O dever ser não é uma causa, não funciona na qualidade de antecedente necessário. Se tal ocorresse, teriamos sôbre o determinismo real um determinismo ideal. Cabe à alma livre a faculade de dar o consentimento para que os valores se realizem. A vontade livre é a vontade de cumprir valores, é o poder de sobrepor-se à pendente natural da vida, conferindo ao mero suceder da conciência natural um sentido, uma significação eternas. Mas, liberdade não é livre arbítrio, radical indeterminação, indiferença à escolha. As essências valiosas, de certo modo, compelem a alma a cumprí-las. O homem é livre para escolher o bem ou o mal, justo ou injusto, mas, não é indiferente ao bem e ao mal, à justiça e à injustiça.

Uma vez feito êste parêntese, em cujo âmbito ficaram circunscritos problemas relativos à metafísica do psíquico, resta retomar o fio das considerações acêrca dos supostos objetivos da ciência psicológica e desenvolvê-lo até onde é possível. No ponto onde estas considerações se detiveram, apenas foi tida em conta a realidade psíquica imediatamente dada.

Agora, adiantemos mais um passo: a realidade psíquica não é impessoal. A tendência à personalização (W James), isto é, a adquirir a forma unitária de um eu, constitue uma de suas leis fundamentais. O psíquico não se encontra por aí, como uma espécie de **res nullius:** pertence sempre a alguem. Uma sensação, um desejo, um ato de pensar e sentir, teem lugar, necessariamente, em determinados eus, como acontecimento de sua privada propriedade. O que aquí se deve entender por um eu, no que ao ente humano se refere, não é a conciência de si mesmo como unidade permanente que flue no curso dos estados particulares, mas, simplesmente, o fato inquestionável de os sucessos psíquicos serem imediatamente sabidos por aquele que os experimenta. Os atos mentais pertencem sempre a um eu. Todavia, isso não é tudo. Falta ainda acrescentar, somente a quem pertence é o psíquico preendido de um modo direto. Um estado de conciência qualquer é dado imediatamente a quem o experimenta. Êste rasgo singular do fenômeno psicológico descança em sua essencial estrutura. Não simplesmente porque o psíquico seja inespacial. O caráter inextenso da alma é compartilhado por outros objetos aos quais não convem aquele privatismo na apreensão. Os objetos ideais, por exemplo, são extranhos ao espaço (assim, os conceitos, os valores, as relações, etc..) e, sem embargo, são "visíveis" por uma multiplicidade imensa de sujeitos. Os objetos ideais representam uma modalidade de ser, a idealidade objetiva e a ninguem pertencem. Os estados psíquicos, êstes são inseparáveis do eu que os tem. O mesmo estado anímico jamais se encontra em mais de um eu, como se encontra um mesmo objeto ideal mentado por uma pluralidade sem limites de conciência reais.

A originalidade do psíquico, quanto ao modo de ser apreendido, ressalta bem comparando-o com o ente material. Da matéria, é inadequado se dizer que possúa um núcleo íntimo, recôndito, não observável por mais

de um ou inobservável em absoluto. A intimidade do extenso é relativa, transitória, dependente de um ponto de vista. O fruto que pende da árvore, p. ex., oferece, como todo objeto material, esta duplicidade correlata: interno-externo. Mas, o que é interno, secreto, pode se tornar externo, público. O extenso é exterioridade pura. Radicalmente, distinto é o "dentro" da alma. A intimidade do psíquico é absoluta, no sentido de que jamais será perceptível publicamente, jamais se converterá em exterioridade. O fruto, como coisa sensível, é apreensível por quantas unidades psicofísicas hajam; mas os conteúdos perceptivos que êsse algo exterior provoca, surgem e desaparecem em meio da soledade de cada conciência. O ser material, pois, é objeto de percepção comum; por definição, não há limite ao número de conciências que possam, a um só tempo ou sucessivamente, conhecê-lo de um modo imediato.

Por conseguinte, a realidade psíquica imediatamente dada é apenas aquela porção que cada eu percebe em si mesmo.

Mas, é um fato que a psicologia científica representa mais que uma teoria solipsista da conciência. Basta, para isso evidenciar, o ensáio de interpretar a linguagem e os resultados positivos desta ciência, em termos conciencialistas. O que tôda legítima psicologia quer ser e, consideravelmente, é, seus verdadeiros propósitos, cifram-se em dizer: consiste numa teoria da realidade psíquica, não desta ou daquela que se acha eventualmente acantonada num determinado eu, mas de tôdas as conciências havidas no passado, existentes no presente e possíveis de vir a existir no futuro. Assim procedendo, é óbvio, a ciência da alma vai além do que permite a apodítica certeza do imediatamente dado à percepção interna, sendo, portanto, insuficiente o pressuposto da existência de um eu. A psicologia positiva se dirige a uma pluralidade de eus. O pluralismo de conciências acha-se à base das investigações de realidade anímica, como um genuino pressuposto, uma admissão preliminar tacitamente implicada em todos os passos do trabalho científico-psicológico. A ciência da alma pressupõe a existência independente do psíquico estranho, e, dando como admitida a possibilidade de conhecê-lo, empreende o ofício de conhecer.

Considerando-se que a psicologia pressupõe a realidade psíquica alheia e sua cognoscibilidade, é preciso resguardar-se de entender êstes têrmos no sentido de que o investigador trabalhe enfrentando dita realidade não dada em si próprio, com a atitude espiritual de quem estabelece um postulado hipotético. Pois, o estado de ânimo do conhecedor das coisas mentais não é o de quem firma um suposto prévio e suspeita. Ao contrário, estriba-se na convicção da existência dos outros eus. Também neste ponto a psicologia participa do realismo natural. A conciência natural do homem na vida ordinária tão pouco postula ou presume a pluralidade de sujeitos portadores de sucessos interiores, como condição prévia de suas relações com êstes sujeitos. A vivência dominante da conciência natural é a de que não se encontra só num mundo de indiferença material, mas circundada de outras análogas conciências, nas quais se verificam acontecimentos semelhantes aos imediatamente experimentados. Seria incompreensível a conduta dos homens entre si sem cada um alimentar a indestrutível certeza na existência de uma subjetividade igualmente distribuida entre todos. A forma de dirigir-se um homem a outro distingue-se claramente da forma de dirigir-se aos entes sensíveis privados de vida mental. Efetivamente, na forma pronominal em que se tratam vai uma atribuição de subjetividade mútua. Dizer tu a um ser físico é falar para um **alter ego,** é outorgar-lhe a mesma ordem de realidade que em si mesmo se experimenta.

A conciência natural não faz, da realidade do tu e sua cognoscibilidade, um problema. Afigura-se, incluso, do ponto de vista natural, nada menos que absurdo duvidar de ambas coisas. Como absurdo parecem à concepção ingênua do mundo os debates céticos acêrca da independência objetiva do real exterior. Mas, a psicologia se se nutre do realismo natural ingênuo dista muito de tomar ingenuamente esta questão. Metodicamente, a ciência da alma se exime de reflexionar sôbre o que a objetividade do tu e sua apreensão cognoscitiva abrigam de pressupostos. De algum modo, toma conciência do problema, o bastante para livrar-se do proceder pre-científico.

Mas, por direito, a conciência do problema em apreço pertence a epistemologia. Examinando-se o

proceder das investigações psicológicas, constata-se o fato de a realidade do eu estranho e a possibilidade de chegar até o mesmo figuram como dados implícitos. A ciência da alma não inicia seus trabalhos questionando se estamos autorizados a admitir ou rechaçar uma constituição psíquica nos seres viventes, sobretudo humanos. Especialmente a êstes confere tal realidade, como ponto de partida iniludível. Ainda mesmo quando a psicologia se propõe estudar como chega um eu a tomar notícia do outro eu, apoia-se no suposto da objetividade e da cognoscibilidade do eu estranho. De fato, as coisas não se passam com essa rigorosa separação. No curso da exposição científica a psicologia maneja, além das questões propriamente psicológicas, outras de caráter filosófico. De direito, é que os temas limítrofes se separam por linhas bem definidas.

A determinação dos caminhos de acesso a uma zona da realidade pressupõe já resolvidas as questões relativas à existência desta zona e a possibilidade de galgá-la pelo conhecimento. O complexo de problemas filosóficos concernentes ao **alter ego** pode ser decomposto em: **a**) existe realidade psíquica além desta que me é imediatamente dada?; **b**) é possível conhecer sua existência e constituição e, finalmente, **c**) no caso afirmativo de **a** e **b**, como é possível? O problema do como é o problema do método. As investigações efetivas da ciência psicológica não significam outra coisa senão as várias respostas dadas a terceira interrogação epistemológica acima formulada. Determinando qual o seu objeto próprio e qual o seu método, a psicologia, ciência particular e positiva, firma-se tácita e necessariamente na resolução dada a estas interrogações, cujo tratamento compete a teoria do conhecimento.

*

* *

É óbvio que não percebemos imediatamente os fatos psíquicos estranhos à nós mesmos. Da alma infantil, da conciência do primitivo, do psicopata, do homem adulto, dos rudimentares acontecimentos psíquicos nos animais, não temos notícias diretas. A psicologia da infância, da mentalidade primitiva, a psico-

patologia, a psicologia animal são ramos da ciência da alma que bem demonstram até que ponto esta disciplina natural se precipita para além da esfera imanente, imediatamente dada.

Não entramos em contacto direto com o tu. Dos seres portadores de vida interior, diretamente, apenas recolhemos o que nos proporcionam os dados dos sentidos. Palavras, gestos, figura, tudo o que apreendemos no homem reduz-se, enquanto dados imediatos, a sons, movimentos, forma e côr. Antes de tudo, aquele com quem nos comunicamos é um complexo ótico-acústico-motriz-táctil.

O corpo é a aparência sensível imediata de um homem. Em conexão estreita com certos dados sensíveis — que se denominam fenômenos expressivos — estão os estados internos de conciência. A psique estranha não figura ao lado dos objetos que se apreendem em forma direta. Apreendemos diretamente, no plano empírico, os dados sensoriais causados pelo mundo físico, os fenômenos psíquicos particulares ocorrentes em nós mesmos, o eu próprio como unidade permanente no fluxo de vir-a-ser; no plano lógico, captamos, sem necessidade de mediadores, os entes universais, as essências, os pensamentos evidentes (axiomas). A psique estranha alinha-se no rol dos objetos que apreendemos de um modo mediato. Os mediadores são os fenômenos expressivos.

Quanto aos fenômenos expressivos, não fazem parte dos estados de conciência, limitando-se com êstes à relação de expressar, de servir de índices sensíveis do mundo interior. É verdade, alguns partipam tão intimamente no destino de certos sucessos psíquicos que o seu desaparecimento implica a dissolução dêstes. Nesta situação encontram-se os fenômenos afetivos elementares — conforme a teoria de Lange e James. Todavia, por muito íntima que seja a participação dos fenômenos expressivos em grande número de estados emocionais — para continuar com o exemplo — os fenômenos expressivos, em si mesmos, permanecem além da subjetividade. Podemos conceder que sem as alterações do rítimo respiratório, sem as modificações circulatórias, (vaso-motoras), etc., u'a emoção de medo, a alegria, de prazer se esfumariam. Mas, o medo, a alegria, o pezar como estados de conciência, não se reduzem a êsse complexo de processos físicos e fisio-

lógicos. Êstes processos, do ponto de vista do conhecimento da alma alheia, entram na categoria de índices da vida interior.

Vale assinalar, sem os meios expressivos, com muita probabilidade, cada conciência permaneceria encerrada nos lindes de sua própria imanência, submersa em radical soledade. Os meios expressivos constituem — à parte os contados (e duvidosos) casos de contactos psíquicos por via telepática — os únicos veículos que facultam o acesso à intimidade do próximo. Sem os vocábulos, sem a mímica, sem os índices simbólicos, sem os produtos objetivos da cultura — os quais, desde o ângulo psicológico representam modalidades dessa simbólica expressiva — não nos seria possível saber o que ocorre nos outros e cada conciência desfilaria ao lado de outras, condenada num absoluto mutismo, qual mônada impenetrável.

A relação entre os fenômenos expressivos e os fatos psíquicos é peculiar. O psíquico anima e confere sentido à aparência sensível do homem. Não se verifica entre ambos uma mera conexão associativa. No vínculo associativo, os têrmos vinculados continuam exteriores um ao outro, gozando da autonomia que tinham antes entrar no nexo. Porisso, percorremos de um a outro, olvidando o primeiro logo que alcançamos o segundo. A ponte intermediária que nos faculta o percurso é a relação associativa. Diferentemente sucede com a alma e sua expressão física. A alma imprime algo de si mesma ao material sensível da expressão. Esta é o meio transparente através do qual vemos o psíquico. Não abandonamos a expressão para alcançar o expressado. O papel daquela é introduzir até êste, através de si mesma. Que a alma plasma o perfil, o rosto, o ritus, os rasgos fisionômicos é fato que imediatamente experimentamos no trato com os demais. Tão íntima aparece essa relação que, para o sentir comum, tudo se passa como se o psíquico fosse apreendido diretamente, como se a alma mesma se fizesse presente em pessoa. É, por outro lado, sôbre a impressão do interno no externo que se baseia tôda autêntica arte do retrato. Existe mesmo uma correspondência entre a riqueza da vida íntima e a figura objetiva da creatura humana. Quão altamente significativo é o fato de que somente o homem apresente mobilidade fisionômica, suscetível de adotar mil nunan-

ças expressivas! Considere-se que repertório de combinações, anatomicamente impossível de discriminar, podem ostentar o rosto, os olhos, a boca e os gestos com as mãos. Também, as modulações várias que acompanham a emissão das palavras faladas, servem de docil instrumento à exuberância de gradações características da vida afetiva. Seria incompreensível, uma imperfeição natural que resultaria trágica, se a alma estivesse privada de meios expressivos a-fim-de denunciar seus próprios estados, a alegria, a tristeza, a dor, o prazer, o temor, os desejos e as representações. Seguramente, ao vegetal falta vida psíquica. A planta arraigada ao solo há-de carecer de sensibilidade, volição e representação. Pois para que saber, experimentar desejos e emoções sem a faculdade de movimentar-se, sem o poder de emigrar de um ponto do espaço para outro a-fim-de defender-se do que é considerado inimigo ou prejudicial, de evitar a dor e procurar o prazer? Somente à existência animal é facultada a experiência de fenômenos psicológicos. E quanto à existência animal, estamos autorizados a inferir, de sua aparência rudimentar, a pobreza de conteúdos de sua psique. Autoriza-nos essa inferência aquela correspondência entre a alma e sua expressão sensível.

Se à alma faltassem os recursos expressivos, permaneceria em dolorosa soledade. Mas é um fato que o psíquico vem à luz e precipita-se para o exterior. Objetiva ra intimidade é um impulso quasi instintivo. Nesse fato reside um profundo sentido: as conciências foram feitas para se comunicar. O ser da conciência é ser para outra. Aquí temos também a base natural em que repousa a convivência social. Sem inter-ação compreenisva de uma conciência para outra, o processo social não teria surgido.

* * *

O que mais há para acrescentar nesse sentido sôbre os mediadores expressivos dos fatos mentais é, psicologicamente, claro. Agora, faz-se oportuno discriminar os pontos seguintes: **a**) é um fato que na vida ordinária a conciência natural nutre a convicção na realidade do eu estranho; b) de par com esta convicção vai a de que tal realidade é apreendida imediata-

mente; c) em face desta crença é legítimo e necessário perguntar se existe alguma garantia objetiva que a fundamente.

Quanto ao primeiro ponto, basta o que acima ficou estabelecido. A conciência natural crê na realidade independente do tu com não menor tenacidade com que admite a substantividade do mundo exterior. Como fato, essa crença é inquestionável. Criticamente, descança num verdadeiro pressuposto.

Detenhamo-nos, pois, no segundo quesito.

A análise do conhecimento do eu estranho constata que o objeto dêsse conhecimento é colhido de um modo mediato, indireto. Da circunstância de o psíquico ser alheio ao espaço, não havendo assim entre as unidades psíquicas qualquer distância ou limite, não decorre a imediatez na percepção. É indispensável, para o contacto das conciências umas com as outras, um intermediário sensível: o corpo físico. Adstritos à região do fenômeno, podemos afirmar que em mediadores materiais a alma do próximo nos escapa. Talvez, considerando-se as unidades mentais de um ponto de vista supra-empírico, a relação imediata entre as mesmas seja possível. Mas, de uma perspectiva semelhante, se exime, metodicamente, a ciência positiva da alma.

Logicamente, pois, o conhecimento do eu estranho é um conhecimento inferente. Como se explica então que na experiência real da vida quotidiana o sujeito creia alcançar o tu sem necessidade de qualquer ponte, de qualquer meditação? Em parte êste fato encontra explicação na íntima e peculiar conexão existente entre a alma e sua expressão corporal. Tudo se passa como se a alma se tornasse corpo, se fizesse copresente a êste. Lemos, efetivamente, no rosto, nos olhos, no riso, nos gestos a realidade interior do próximo. Essa imediatez chega ao máximo nos casos em que captamos o íntimo alheio com somente nos ser dado um mínimo quasi inapreciável de expressão. Mas não apenas o indissolúvel veículo entre o eu e seus modos expressivos basta para explicar o caráter imediato da vivência do tu. É necessário, também, considerar a maneira por que o indivíduo descreve o curso histórico vital de sua existência. A mesma fundamental tendência que compele o homem para o mundo exterior o leva a observar a vida psíquica de seu

semelhante. Capitalmente, viver é conviver. E torna-se de vital importância em tôda forma de convivência anotar exatamente os estados internos do próximo. É útil saber o que pensa, sente e quer o outro, a-fim-de enfrentá-lo com a devida atitude, amistosa, de ataque, ou defesa. O menino começa po registar as alterações fisionômicas dos que o circundam e, gradativamente, aprende a ler nos fenômenos expressivos as correspondentes intencionalidades. Também o primitivo dispensa grande atenção, tanto à realidade do mundo exterior, quanto à objetividade da psique alheia A esta, de certo modo, mais do que a sua própria. Antes mesmo de poder observar a fisionomia própria e, em si mesmo, as correlações entre estados mentais e fenômenos expressivos, o homem as percebe nos companheiros. Porisso, dista da verdade a teoria de que a existência do eu estranho e o conhecimento do mesmo se obteem por via de comparação analógica com o eu próprio. Antes que o eu, o tu cai no foco atencional da conciência vigilante. (Conhecemo-nos através dos demais). Somente os estados afetivos, cuja intensidade atinge um certo limiar, levam o eu a ter-se como objeto. Espontaneamente, a conciência emigra para o exterior. A vida da conciência é, em grande parte, transcendência, versão para o que se acha fora do círculo de imanência. Somente uma hipótese como a idealista subjetiva, contrária à experiência imediata, concebe a unidade psíquica como insuperável imanência.

* * *

Não menos natural que a tendência a observar o próximo é o impulso para imitá-lo. A imitação tem a fôrça e a prioridade de um instinto. Juntas estas duas originárias tendências à forma de convivência da existência humana, contamos com os fatores explicativos do aspecto imediato da percepção do eu estranho.

Sabemos que escasso número de modos expressivos independem da relação de uma conciência com outras. A expressão fisionômica correspondente ao chôro, ao riso, simbólica da dor e do prazer figura nesse número. O mêdo, o ódio, etc., são estados elementares, da classe dos emocionais, cujos testemunhos exteriores são naturais, não oriundos pelo fato da con-

vivência social. Mas, quasi tôdas as modalidades expressivas procedem dos incontáveis contactos verificados numa pluralidade coexistente de eus. Para estes casos, portanto, a relação dos estados psíquicos e seus respectivos índices sensíveis, em vez de ocorrentes no indivíduo solitário, é consequência do processo social. E, mesmo aqueles vínculos naturais, prévios à vida comunitária, adquirem modificações, acréscimos, um estilo que sem o social não ostentariam.

A procedência histórico-social dos nexos entre estados anímicos e alterações somáticas dos mesmos simbolicamente significativos impõe às conciências individuais esta objetiva conjuntura: a tarefa de aprendizagem, o que quer dizer, adaptação progressiva ao contôrno social. A tendência a notificar os próprios conteúdos íntimos, a inclinação a observar o eu extranho e o impulso a imitá-lo constituem as fôrças naturais da socialificação das conciências individuais. Resultante psicológica da espontânea direção da mente para o mundo exterior social é a seguinte: indestrutível convicção na existência do tu como uma espécie de objetividade imediata, tão real quanto o eu e o universo físico.

Sociologicamente, as modalidades expressivas, desde os gestos às palavras cunhadas por conceitos, funcionam como meios tendentes a vincular as conciências. Agora, importa sublinhar: as modalidades expressivas fixam menos o particular ao indivíduo que o universal a todo um grupo, classe ou comunidade. Êsse fato radica na ontologia do social. Sem denominadores comuns a convergência mental, o intercâmbio das esferas de imanência, o contacto do eu com o tu jamais se verificariam. Aquela porção que existe de singular e incomparável na órbita de cada unidade psíquica fica à margem dos símbolos expressivos, sobretudo se se trata da linguagem. O sentido das formas expressivas foi creado pela coletividade e para a coletividade. Servindo-se dêsse mundo simbólico cada representante de uma dada comunidade acomoda-se a uma categoria de objetividade especial: a objetividade social. Essa classe de realidade, se bem que mais maleável, impõe-se à vontade e a representação com uma tenacidade comparável a da física.

O procedimento generalizador das formas expressivas oriundas da convivência ante os sujeitos indi-

viduais é análogo ao adotado pelo pensamento ante o mundo objetivo. De fato, a conciência cognoscente passa indiferentemente, sem considerar verdadeiro conhecimento a fixação da absoluta individualidade de cada ser ou acontecer. Para os fins essenciais do saber é supérfluo o rasgo excepcional, a integral individuação de qualquer fragmento do mundo objetivo. A nota singular, única, de um fenômeno ou coisa ao qual se dirige o pensamento vale apenas como um trampolim provisório para a consecução de um complexo de lei, em cuja esfera de valor a singularidade dada, figura a título de exemplar, portanto, num mesmo nível de indiferença no meio dos demais exemplares. Também para os propósitos imediatos da atividade técnica — o saber científico não é totalmente isento de resíduos utilitários, nisso consistindo a parcela de verdade do pragmatismo — é decisivo prever e dominar com êxito os casos novos, as situações por vir, o que só se consegue firmando-se na similitude do desconhecido com o conhecido, por conseguinte, desprezando as diferenças singulares, avançando para o caudal de fenômenos com um esquema mental em cujos limites apenas se acomode o que os mesmos teem de comum, o seu núcleo universal. Um amplo saber restrito à individualidade, antes que facultar embaraça os rendimentos da ação. A sociologia do saber e a sociologia da técnica, com razão, descobrem nesse fato a condicionalidade social do pensamento e da ação.

No convívio social, no trato dos homens uns com os outros, o primeiro passo dado, munido das palavras e dos gestos é o acesso ao ser coletivo, à porção que o tu apresenta de comum com o eu. A generalização anexa ao idioma e à mímica simbólica introduz as conciências em nós que em tôdas flue. Na esperiência imediata da vida quotidiana, apreendemos as unidades concretas dos indivíduos psico-físicos em categorias sociais, em formas universalizadoras como recolhemos os objetos intuitivos do mundo exterior material em medidas lógicas de genérica compreensão. Agora bem; a forçosa generalização das categorias sociais fazem com que, na percepção do eu estranho o eu próprio contémple o nós coletivo e, portanto, que o eu, entrando em contacto com o tu, se contemple uma vez mais a si mesmo, objetivando-se. Assimilar o tu ao

si mesmo, ao universal coletivo que se encontra em tôdas as conciências individuais faz parte da experiência normal da vida psíquica estranha. Considerada de um ponto de vista introspectivo, a socialificação culmina na formação de uma conciência comum, nessa vivência da união íntima com os membros componentes da comunidade. Enquanto portadores de tal vivência, os sujeitos experimentam a realidade do eu alheio com a segurança peculiar à evidência. Do plano dessa experiência afigura-se completo absurdo, insensatez pôr em problema a existência psíquica dos demais homens. Nas relações travadas com o próximo vivemos, em modos vários, as resistências oferecidas por sua realidade interior. Torna-se, agora, compreensível o sentimento de um imediato contacto com o tu: a participação naquela capa psíquica coletiva, a auto-objetivação com base na similitude dos corpos humanos, o impulso vital que impele o ser a ocupar-se, desde os primeiros instantes da existência vigilante, com a realidade mental alheia, explicam porque a conciência do próximo não é deduzida ou induzida da conciência própria, por comparação analógica au por qual quer princípio lógico, raciocínios êstes que descansariam na suposição de um conhecimento prévio, do eu quando, em verdade, o eu e o tu são apreendidos contemporaneamente. A apreensão simultânea da mente própria e da mente estranha constitue a experiência efetiva nos intercâmbios mantidos pelos homens. Somente por críticas considerações, — como as de Descartes — se consegue recolher ao recinto da conciência própria e fulminar com a dúvida as amarras que prendem umas às outras e, a tôdas, com única exceção da própria, extender o manto do ceticismo. Êsse trabalho destruidor é feito pelo pensamento, pela conciência reflexiva. É uma atitude artificial, metódica, preliminar do saber filosófico. A atitude natural é a vivida pela conciência espontânea no curso da realidade quotidiana.

A psicologia individual revela-se impotente ante o problema do tu se não faz referência ao fato da socialificação, i. é., às alterações psíquicas decorrentes das relações entre as conciências, à formação de uma alma colteiva em cada alma individual, formação esta que resolve a antítese eu e tu numa síntese harmônica.

Neste, como em alguns outros pontos capitais, a

realidade dos fatos sociais encontra-se implicitamente admitida pela ciência psicológica. Passa por uma classe especial de pressuposto material, de condição objetiva para o aparecimento de determinados fatos psíquicos. Se podemos distinguir todo um grupo de processos verificáveis no indivíduo isoladamente — tais as sensações, as percepções, afecções elementares de prazer e dor, estados emocionais pouco complexos (o medo, p. ex.), atos reflexos, instintivos e habituais — enriquecendo-se em complexidade, os fenômenos psicológicos implicam a coexistência social. Assim, o pensar — em sua tríplice modalidade: idear, julgar e raciocinar — exige (a possibilidade do pensar sem vocábulos como admite a escola de Wurzburg refere-se ao pensar adulto; não somente para a comunicação mas, geneticamente, o pensar marcha ao lado do idioma) a linguagem. Mas, esta é um fato de relação: a relação com o objeto, relação com a significação e relação de uma conciência com outra; neste último caso, relação social. Implicam processos sociais a vida efetiva superior (sentimentos), a atividade elaborada (vontade propriamente dita), a individuação do eu, a personalidade. Sem a realidade social, pois, a vida psíquica superior não passaria da potência ao ato, da possibilidade à realização.

Esta circunstância determina uma posição especial da ciência psicológica perante a ciência da sociedade. Todavia, a prioridade condicionante do fato social, para com aqueles referidos fenômenos psíquicos, está longe de comprometer a substantividade da psicologia ante a sociologia. A psicologia considera a linguagem, o pensar, a vontade, o sentimento, a personalidade enquanto acontecimentos que se ajustam ao conceito de psíquicos, suas condições psicológicas, sua origem, seu desenvolvimento e relações com o conteúdo total da conciência. O ponto de vista fundamental da ciência da alma permite, em abstrato, operar o corte que separa o processo mental de sua base sociológica.

*
* *

Resta, finalmente, examinar a terceira questão, relativa ao fundamento objetivo, à garantia lógica que abona a convicção da realidade imediata do eu extra-

nho. Êste problema é, sobretudo epistemológico. Formula-se assim: existe algum caminho que justifique aquela presunção, existe algum procedimento, empírico ou lógico, que outorgue a essa presunção uma fundamentação suficiente?

Para contestar tal problema convém, em primeiro lugar, tomar conhecimento do seguinte: os fenômenos expressivos, o corpo do semelhante, são componentes do mundo exterior. Assente que, sem os fenômenos sensíveis, o psíquico alheio deixa de ser apreendido, importa observar que na qualidade de fatos do mundo exterior, aqueles fenômenos são passíveis de discussões críticas. Primariamente, temos do sujeito extranho os informes proporcionados pelos dados dos sentidos. Mas, os dados sensoriais significam, antes de tudo, o modo por que o ente psico-físico é afetado por supostos fatores reais externos. Luz, cor, movimentos, magnitude, constituem a aparência sensível do homem. O corpo físico real do próximo — como tampouco a próprio — não é algo que se apreenda diretamente, de u'a maneira imediata. O corpo físico é inferido partindo dos dados imediatos dos sentidos. A inferência é a garantia lógica que justifica a tendência à objetivação. Natural impulso inclina a conciência a passar de seus conteúdos aos agentes objetivos, do dado presente às causas reais ausentes. A inferência empresta apôio racional a essa institiva tendência.

Na experiência sensorial cremos captar imediatamente os objetos físicos; da mesma maneirà, na experiência do eu alheio presumimos surpreender a vida psíquica distinta da nossa, por um caminho direto, que nos põe em presença da mesma. Em um e outro caso transpomos do dado para o não dado; do objeto fenomênico para o ser físico real, na primeira hipótese, do objeto fenomênico sensível para o ser não sensível do próximo, na segunda. Não advertimos que, sem o dado sensorial jamais alcançariamos os entes físicos, como sem o corpo orgânico do homem nunca tocaríamos na alma. Logicamente, tanto o conhecimento da realidade física, quanto o da realidade psíquica estranha, é um conhecimento inferente mediato.

Agora, "... se não estamos seguros da existência independente dos objetos não podemos estar seguros da existência independente dos corpos humanos e, por conseguinte, menos da de seus espíritos, posto que

não temos outros fundamentos para crer em seus espíritos que o que deriva da observação de seus corpos." (7) Dêste modo, a resolução da existência real do eu extranho requer, como preliminar, a resolução do problema do mundo exterior, ao qual pertencem o nosso próprio corpo e os dos demais homens. Mantendo-se a teoria idealista, sério obstáculo surge. Se é impossível, em virtude da insuperável imanência em que se encerra cada conciência, avançar além dos conteúdos psíquicos e perceber o real físico, então o ser corporal do próximo não passa de um complexo aparencial, engendrado pela conciência que percebe. Se existe realidade anímica habitando êsse complexo aparencial torna-se questão sumamente duvidosa. Do ponto de vista natural, isso afigura-se uma dúvida supérflua e absurda. Contudo, filosoficamente, é levado a sério.

A hipótese realista está de acôrdo com o senso comum. Seu valor crítico é superior ao do idealismo subjetivo. O realismo autoriza a supor que os dados sensoriais correspondem a alterações, em parte condicionadas por fatores causais, extrnsecos ao sujeito. Assim, a aparência do corpo humano é o índice de um corpo real, objetivo, no qual reside indubitavelmente uma alma semelhante à nossa. O realismo postula o pluralismo das conciências. O positivismo subjetivista não consegue, sem se destruir como tese da imanência, admitir a existência da várias unidades mentais. Resvala inevitavelmente num solipsismo mortal: a conciência é a conciência própria e somente a própria. A experiência da vida psíquica alheia é a melhor refutação da hipótese conciencialista.

Admitida a existência dos corpos humanos como legítimos objetos materiais e admitida a realidade psíquica da qual estes corpos são portadores, retomamos a questão, por um momento suspensa, de fundamentar essa última admissão.

Caberia primeiramente apelar para o fenômeno da associação. Então, a percepção do eu extranho seria explicada segundo nexos associativos verificados em nós mesmos. Entre certos movimentos, sons, palavras, gestos — **a, b, c, d** — aos quais fossem unidos certos estados de conciência — **e, f, g,** — se estabe-

(7) B. Russel, Los problemas de la filosofia, pgs. 21 — Labor, 1928.

leceriam relações determinadas. Ocorrendo observar no próximo os dados sensíveis **a b c d,** por uma lei de associação, logo seria restaurada a séria conexa **e f g**..., já uma vez experimentada na conciência própria. A frequência com que fosse efetuada essa operação associativa haveria de conferir o hábito, a impressão subjetiva de que a ordem de sucessão entre as séries de alterações físicas e psíquicas estivesse sujeita a uma necessidade.

Contra a teoria da associação valem fortes objeções. Em primeiro lugar, a conexão associativa constitúe uma relação firmada pelo psíquico, relação esta que pode ou não corresponder a uma relação objetiva Quer dizer, a associação se mantem nos limites da conciência, não nos garante haver regularidade e necessidade na coexistência e na sucessão daquelas séries. Por outra parte, mediante o vínculo associativo apenas estamos justificados a esperar que a série de movimentos expressivos do corpo extranho seja acompanhada de estados psíquicos que são meus estados psíquicos. Ora, tratando-se de fundamentar a suposição de estados psíquicos no ser estranho, com a explicação associacionista nada conseguiremos. Não advoga em seu favor o fato psicológico de, em muitos casos, as leis da associação entrarem em jogo na percepção da alma alheia.

Por último, o princípio da associação é empírico. Empiricamente, a passagem da primeira para a segunda série de modificações deve-se ao hábito. Para realizar essa passagem com possibilidade de segurança é indispensável um intermediário lógico: mediante o raciocínio por analogia, mediante o princípio de indução, etc. Mas, logicamente, é resolúvel o problema da existência do tu? A resposta a essa grave questão resulta do caminho tomado.

O raciocínio por analogia tem sido com frequência usado para fundamentar logicamente o direito à suposição dos eus extranhos. Como forma lógica enquadra-se êsse raciocínio numa classe especial de dedução silogística. Consiste em concluir do conhecido o insuficientemente conhecido, mas, de certo modo, semelhante ao conhecido. Aplicado o argumento analógico à presente questão, teriamos assim armado o silogismo: certos movimentos corporais meus são índices simbólicos de certos estados psíquicos; ora, percebo nos demais homens, parecidos a mim, alterações se-

melhantes aos meus movimentos corporais; logo, provavelmente, nos demais homens ocorrem certos estados psíquicos.

O raciocínio **per analogiam** não está a salvo de crítica. Com razão, T. Lipps e Scheler notaram haver sob sua aparente correção formal a introdução de um **quaternio terminum,** com aberta violação, pois, de princípios lógicos superiores. Formulado exatamente o raciocínio analógico, no caso em apreço, não permite mais que concluir que nos demais homens ocorrem, uma vez mais, os meus próprios estados psíquicos. Assim, deixa-nos inermes na esfera da imanência. É necessário, além disso, ter em conta que do raciocínio analógico sacamos apenas uma conclusão provável. A modalidade da consequência analógica é, com efeito, a da probabilidade. Ora, claro está, a segurança proporcionada por êsse raciocínio fica aquém da experiência concreta da vida psíquica alheia. Essa experiência se realiza com a vivência de uma autêntica certeza. Não suspeitamos, não admitimos meramente a título de possível ou verosímil a realidade do eu extranho: estamos firmemente convencidos.

Outro lado vulnerável da teoria analógica reside na base material sôbre a qual descança. Firma-se aquele argumento analógico no suposto de que a conexão entre os fenômenos mentais e as alterações somáticas seja primeiramente constatada na conciência própria. Dito suposto contraría a experiência. A conciência,exceto aqueles casos em que a relação é natural, independente da convivência, espontaneamente volta-se para o mundo circundante afim-de recolher e assimilar as formas expressivas nas quais logo passa a verter seus estados.

O procedimento indutivo não consegue adiantar mais que o analógico. Munidos da indução podemos esperar, de um número limitado de casos em que determinada ordem de sucessão foi constatada, a reprodução dessa ordem nas situações futuras semelhantes. Se tenho observado, frequentes vezes, que em mim mesmo, a série de processos auditivos, visuais e motrizes vai acompanhada de outra série de processos mentais, essa circunstância empírica me proporciona o fundamento objetivo para, logicamente, esperar o aparecimento da série psíquica em me sendo dado, nos demais

homens, a série física. Em um livro sôbre a "Análise do conhecimento científico" (8) lemos o seguinte: "Se minha experiência me ensina que tal ou qual exteriorização é condicionada habitualmente por um estado determinado de minha conciência e se em um caso dita exteriorização se produz sem haver existido previamente em minha conciência um estado correlativo, é de todo lógico buscar a origem da mesma em outra conciência, análoga à minha". Mas, cabe objetar, o procedimento lógico da indução implícito nessa argumentação, por si só, não permite sacar toda essa conclusão. Em realidade, o momento em que atribuimos à série psíquica correlata uma realidade pertencente a outrem, jaz como suposto da generalização indutiva. O raciocínio indutivo pressupõe a conciência estranha e somente nos informa, somente nos autoriza a aguardar a constância na relação, a uniformidade na ordem de sucessão entre fenômenos psíquicos e fenômenos corporais.

Por outro lado, a indução generalizadora detem-se no nível da probabilidade. O princípio enuncia assertoricamente uma probabilidade objetiva. Sua base real é a conexão causal, a sequência regularmente disposta, a constância legal existente nos fenômenos do mundo natural. Somente se se admite a hipótese fundamental de que o curso da natureza — psíquica e física — discorre de u'a maneira regular, permanente, é possível e logicamente legítimo extender o conhecimento obtido de um grupo limitado de casos a todos os demais casos não examinados. E' preciso que haja leis e que estas leis gozem de vigência eterna a-fim-de os fatos futuros se comportarem como os presentes e os preteritos. Mas, sabe-se, tais leis, se efetivamente hão de imperar sempre, é questão que não pode ser resolvida em forma apodítica. Não é lógica e objetivamente absurdo um mundo isento de constância em suas leis.

Não superando o limiar da probabilidade, a indução, aplicada ao problema da fundamentação da realidade psíquica extranha, fica aquém do experimentar efetivo de tôda conciência. Neste ponto, convém à indução a crítica oferecida ao argumento analógico.

Posição original desfruta nessa questão a teoria

(8) S. M. Neuschlosz, pgs. 41, Ed. Losada, Buenos Aires, 1939.

da auto-objetivação. Foi T. Lipps quem emitiu a teoria da projeção dos conteúdos de conciência nos dados da percepção externa. Segundo esta hipótese explicativa a apreensão do eu extranho é uma apreensão imediata, quer dizer, não inferida por dedução, indução ou analogia. Todavia, está conforme à hipótese de que a aparência sensível do homem representa um momento indispensável no conhecimento dos fatos mentais do próximo: a percepção sensível é, pois, a base da percepção não sensível do eu extranho. A teoria de Lipps coloca-se no plano da vida efetiva da conciência e diz como de fato se conduzem as conciências em suas relações intencionais. E', assim, uma explicação tanto psícológica quanto epistemológica.

Consiste a objetivação do sujeito ou "empatia" na versão dos próprios estados psíquicos sôbre os objetos sensíveis do mundo exterior. O próprio, arrojado fora da conciência, é, ilusoriamente, estimado como pertencente aos objetos. Na atividade "empática" a conciência objetiva-se em todas as suas modalidades intencionais, em conciência afetiva, representativa e volitiva. Quando o objeto físico é um corpo humano, um ente orgânico semelhante, a projeção adquire caráter especial. Se ante os demais dados da percepção a objetivação da conciência redunda em envolvê-los num manto de subjetivismo, não totalmente depurado por obra do pensamento conceitual puro, no que respeita ao ser humano a introjeção é, ao mesmo tempo, captação do real psíquico estranho. Por conseguinte, não é o tu, o eu projetado no corpo alheio semelhante ao próprio. Essa projeção psíquica é um intro-afecção, uma participação na vida psíquica extranha (bem patente na compaixão, no amor, na amizade). Na "empatia" suscitada pela aparência sensível dos homens, passo de mim mesmo a outro eu, apreendo outra realidade, análoga à minha, experimento, enfim, o tu como uma ordem de transcendência, acima da existência do mundo físico. O mundo físico, a realidade psíquica própria e a realidade psíquica extranha constituem verdadeiros territórios do conhecimento.

*
* *

O problema da realidade do eu extranho afigura-se irresolúvel do ponto de vista exclusivamente racio-

nal. Ocorre aquí algo de parecido ao que sucede com o problema do mundo exterior. Os argumentos empunhados pelo pensamento revelam-se precários, questionáveis. Falta-lhes o traço de radical, última e inatacável certeza, próprio da conciência efetiva. Idealistas, realistas, conciencialistas, fenomenistas podemos ser teoricamente; sem embargo, perseveramos realistas na vida prática. A atitude natural ante o mundo prossegue tranquila e intacta, qualquer que seja a nossa tomada de posição epistemológica.

A insuficiência do pensamento manifesta-se, p. ex., na teoria da sensação. Concedendo-se que as sensações, por si sós, careçam de referência objetiva, compete ao entendimento inferir dos processos sensoriais seus fatores externos condicionantes. Êste salto é feito mediante o princípio de causalidade. Logicamente, os objetos físicos responsáveis pelas sensações são conhecidos por inferência mediata. Mas, muito dista êste expediente lógico do gráu de segurança com que o mundo é vivido. A conciência experimenta a transcedência do mundo não como algo de provável ou necessário para dar conta do aparecimento dos conteúdos perceptivos: experimenta-a com o sentimento de uma inabalável fé. Recolhe o mundo através dos condutos sensoriais mas de tal forma que estes receptores desaparecem; como se mediadores faltassem. Os condutos sensoriais funcionam ante a conciência natural em forma de meios transparentes. Passam inadvertidamente, esgotando-se sua missão em serem desatendidos a-fim-de melhor a mente perceber as coisas.

Análogamente, a vivência caraterística da experiência do eu extranho vai além da mera probabilidae oferecida pelo raciocínio lógico. Fincado no terreno puramente racional jamais poderá o sujeito superar o idealismo solipsista: a debilidade probatória da razão redunda na restrição do ser psíquico ao psíquico imediato dado. Também, positivistas, solipsistas, realistas, todas essas posições críticas nos deixam na vida quotidiana convictos do pluralismo das conciências. A comparação ainda compreende esta nota: o corpo material do próximo é o dado sensível por intermédio do qual apreendemos o tu; o corpo é o ponto de incidência para a percepção da alma alheia. Logicamente o conhecimento do tu é conhecimento por inferência mediata. Mas, na experiência do tu o corpo, base sen-

sível indispensável, desce à categoria de meio transparente, através do qual vemos a alma. Vemos a alma imediatamente.

Levando em conta a impotência do pensamento ante a questão da existência psíquica extranha e mais o fato irrefutável da apreensão do tu na experiência real, alguns filósofos admitem um órgão cognoscitivo especial, na competência do qual figura a apreensão da realidade anímica alheia. J. Volkelt, Dielthey e seu discípulo Max Frischeisen-Kohler, Messer se inclinam para essa hipótese. Dito órgão é a intuição. Mediante a intuição experimentamos de um modo imediato a realidade interior do próximo. Vivemos intuitivamente a existência do eu próprio, do eu extranho e a do mundo físico. Intuimos também a liberdade, tema irresolúvel para a razão pura. A vivência intuitiva é originária, irredutível e radical numa espécie de instinto psíquico. O elemento irracional encontra-se na teoria de Lipps. O instinto é...o fundamento geral de todo nosso conhecimento da realidade, diz efetivamente. Consoante a teoria da intuição, somente por êsse caminho é superável o positivismo e o fenomenismo, resultantes forçosos se se admite, com Kant, a sensação e o pensamento como as duas únicas fontes do conhecimento. A sensação informa, originariamente, alterações ocorrentes em nós mesmos. O pensamento volta-se para a essência; o sujeito move-se no domínio do concebível e do inconcebível, no plano do essencial e do logicamente necessário. Se fossemos apenas sujeitos cognoscentes, o problema do mundo, o problema da existência não nos tocaria. Mas, além de cognoscentes, somos afetivos e volitivos. Vivemos o tu nas relações concretas que com o mesmo travamos no curso da vida ordinária. Enquanto sensíveis e ativos vivemos sua afinidade, sua dissemelhança com nós mesmos, experimentamos as resistências que o fato de sua existência provoca. Garantia da exatidão da experiência intuitiva é a evidência. Essa classe de certeza prelógica é irrefutável como a certeza que acompanha a validade dos princípios lógicos supremos.

*
* *

Para término da presente dissertação acêrca dos pressupostos filosóficos da ciência psicológica, anote-

mos mais esta consideração: sem o mundo físico real do fenômeno psíquico, a conciência empírica não se verificaria. A conciência efetiva, prévia ou posterior ao mundo, a conciência independente do mundo físico é uma abstração. Com efeito, são os elementos materiais do mundo exterior os agentes responsáveis pela experiência sensorial. O próprio corpo orgânico do homem é um fragmento dêsse mundo. O cérebro, uma parcela do corpo. Sem o cerebro, sem o corpo orgânico faltariam à conciência sua base material. Expressão dêsse fato é o princípio empírico que domina toda a psicologia positiva: a todo processo psíquico corresponde determinados processos nervosos.

O mundo físico atua sôbre o corpo do sujeito mental. Dessa atuação resultam os acontecimentos primários — as sensações, percepções, afecções de dor e prazer elementares, estados emocionais, respostas reflexas, institivas e habituais. Dos acontecimentos primários procedem os secundários — imagens, representações, processos mnêmicos.

Não somente a vida representativa da alma depende do mundo exterior. Também, a vida sensível e a volitiva. A exigência de objetos aos quais se dirijam é imanente a todos fatos psíquicos. A referência a algo, a intencionalidade, conforme acentuou F. Brentano (nisso seguindo a tradição escolástica), está na essência da conciência. Todo fenômeno psíquico tem por base representações. Ou são representações ou implicam representações. Perceber, imaginar, pensar, é perceber alguma coisa, imaginar e pensar em algo. Desejar, querer, amar, odiar, é desejar, querer, amar e odiar algo percebido, imaginado ou pensado. Se é verdade que a intencionalidade por si só se satisfaz com ojetos, sejam reais sejam fictícios, não se podendo daí, pois, inferir a necessidade de objetos reais para a possibilidade da conciência, certo é que sem objetos reais sem os conteúdos de conciência causados pela impressão do mundo físico real, não engendrariamos os objetos imaginários. Cabe à memória dita conservadora (impropriamente), a essa faculdade que regista os sucessos primários da vida psíquica, fornecer à potência imaginativa a matéria prima do trabalho criador.

A hipótese de um mundo físico real torna-se, dêste modo, um dado implícito aceito pela psicologia. Esta hipótese funciona como uma condição pressuposta

da existência dos fenômenos psíquicos. Com liberdade terminológica, poderiamos estimá-la suposto material dos fundamentos objetivos da psicologia, uma ordem de pressuposto sôbre o qual repousa o sistema científico desta ciência.

Prova da necessidade de admitir-se a realidade física é a circunstância de uma concepção, como o conciencialismo, não conseguir eliminar essa admissão. O imperativo de limitar-se aos conteúdos próprios, aos dados imediatos, não debela, efetivamente, a ingerência dos objetos físicos independentes dos conteúdos e dos dados. Por que, como explicar o surgir e o desaparecer das sensações, como explicar a regularidade que rege a ordem de sucessão dos elementos sensoriais? Estas modificações se verificam independentemente da vontade e só parcialmente dependentes de minha existência como ente psico-físico. Até mesmo no mais radical fenomenalismo oriundo de Kant a realidade física é admitida a título de noumenom causador das sensações. No que concerne à categoria da causalidade sua debilidade está, conforme nota Kulpe, em considerar o suceder sensorial como um cáos, sendo a ordem causal a ordem estabelecida pelo sujeito. A regularidade na sequência de certos grupos de sensações apenas pode ser compreendida se se admite a existência objetiva do mundo físico.

*
* *

Temos chegado ao ponto terminal dêsse trabalho. O propósito perseguido foi o de pôr, em parêntese lógico, os fundamentos filosóficos da psicologia. Êsse propósito surgiu sob o pêso da impressão deixada por leituras psicológicas, algumas das quais mantinham a tese de que a psicologia era uma parte da filosofia, outras, em rude oposição, militavam pela concepção da ciência da alma como ciência autônoma, desde que se desligou da filosofia no século XIX. Tal autonomia resultava do uso do método experimental, da especialização dessa disciplina, etc.. Todavia, o mero cultivo experimental e especializado basta, por si só, para transformar a fisionomia lógica de uma ciência? Por outra parte, concedida autonomia à ciência do psíquico, quais relações restariam entre esta ciência e a filosofia?

Porque, sem dúvida, tais relações existem necessariamente. Com efeito, qualquer que seja a ordem de autonomia de uma ciência especial, essa suficiência não exclue certa dependência ante a filosofia. A relação desta com as ciências é diversa das relações das ciências entre si. As disciplinas particulares manteem entre si relações, isso em virtude de questões comuns, fronteriças. Além dos próprios a cada uma, há problemas que interessam a tôdas. Além disso, a imprecisão das fronteiras delimitativas dos setores de realidade determina nas ciências nexos especiais. São dessa natureza as relações entre muitos pontos da psicologia e a fisiologia do sistema nervoso, entre a psicologia e a teoria dos fenômenos psíquicos celetivos. Mas, também, decorre aquela parcial comunidade de problemas do fato de a realidade ser uma continuidade heterogênea, passando os cortes divisórios feitos pelos conceitos fundamentais por configurações, em boa parte, arbitrárias. Essa conjuntura dá lugar a essa classe de relações que se verificam, p. ex.: a existente entre a história do Estado, a teoria geral (sistemática) do Estado e a sociologia política, entre a sociologia da cultura, a ciência histórica da cultura, a filosofia da cultura e a filosofia social.

De caráter essencialmente diverso é a relação entre uma ciência particular, como a psicologia, e a filosofia. A relação, nesse caso, é, como vimos, uma relação de fundamentação, de subordinação **lógica.** Tal relação é necessária no sentido de que nenhum progresso da ciência da alma pode desfazê-la.

*

* *

Assinalemos, emfim que na presente exposição o fim buscado constituiu mais em por o problema que em oferecer uma solução. Por o problema, delimitar com todo rigor os têrmos de uma proposição científica é uma questão instante, a questão preliminar de tôda reflexão filosófica.

LIVROS TÉCNICOS

Artigos Para Escritório — Desenho e Pintura — Papelaria e Tipografia

LIVRARIA EDUCADORA LIMITADA

Rua da Imperatriz, 298 — Telefone: 3042

Livros em Branco.

End. telegr.: **Educadora** -:—:- Recife-Pernambuco

ESBOÇO DE UMA REVISÃO DO CONCEITO CLASSICO DE CONTRATO BILATERAL

I

O presente estudo, como se vê do seu título, procura fixar o conceito de contrato bilateral, e tem sua justificativa na incerteza em que pisa a doutrina, não só para conceituá-lo precisamente, como também para caracterizar alguma figura contratual isolada, que contenha elementos duvidosos.

Conpulsando os tratadistas, não se encontra um conceito que se diga impermeável às várias objeções que podem ser suscitadas, e monografia sôbre o assunto é coisa que ainda está para chegar.

Entre os autores de nota há dissenções, às vezes graves, especialmente quando não se limitam a repetir, incidindo sôbre a mesma tecla, os efeitos do contrato bilateral, em vez de lhe pesquisarem a essência.

As idéias aquí expendidas procuram fixar a peculiaridade dos contratos bilaterais, cotejando-os com os chamados bilaterais imperfeitos com o intuito de esclarecer a divisória dos campos fronteiros.

O contrato, como objeto jurídico, é suscetível de ser analisado a-fim-de se pôr em relêvo sua íntima estrutura, da qual decorrem vários princípios de natureza lógica, e, pois, independentes da experiência.

Nesta ordem de idéias, logo se adverte a feição apriorística do presente estudo, tornando-se necessário, preliminarmente, afastar possíveis argumentos estribados em circunstâncias de fato. Assim, não

constituiriam verdadeiras objeções aquelas fundadas nas origens ou nos costumes, porque, o que se pretende, quanto à bilateralidade, é o resultado da análise de uma classe de contratos e não algo baseado, apenas, nas visissitudes históricas de um instituto ou relação jurídica.

É certo que o costume está impregnado da consciência jurídica popular (Savigny); entretanto, tais lampejos ou intuições da consciência do povo — que é, antes, uma inconciência — não serão, sem crítica, admitidos na elaboração do direito, a qual, antes do mais, deve ser científica.

Não tem sido êste, entretanto, o método seguido pelos escritores. Não raro, vemo-los confundir bilateralidade com onerosidade, fazendo depender aquela desta, quando é certo que a primeira é que determina a segunda.

Aliás, é o que diz o postulado consagrado pela doutrina: "Todo bilateral é oneroso, mas nem todo oneroso é bilateral; todo gratuito é unilateral, mas nem todo unilateral é gratuito."

O enunciado complexo do postulado parece conter quatro afirmações, cujas relações são um "qui pro quo" para o conhecimento. Um exame mais detido, porém, demonstra que só há duas afirmações, desdobradas de modo escolástico, oferecendo margem ao ânimo sofístico.

As duas afirmações são: 1.º) todo bilateral é oneroso; 2.º) todo gratuito é unilateral. A razão da adversativa em ambos os casos (mas nem todo oneroso é bilateral — mas nem todo unilateral é gratuito) está em que há contacto ONEROSO UNILATERAL. Assim, "nem todo oneroso é bilateral" porque há contrato oneroso unilateral — e, "nem todo unilateral é gratuito" porque há contrato unilateral oneroso... o que é a mesma coisa, apenas com a ordem das palavras alterada.

Fugindo ao simples postulado, que apenas condensa, numa cápsula de fácil memorização, u'a multiplicidade de problemas, o que à primeira vista parece essencial, nos contratos bilaterais, é a correspectividade de prestações. Mas, qual a determinante e qual o valor intrínseco dessa correspectividade? A resposta a esta pergunta é a própria chave do contrato bilateral.

Os autores não costumam dedicar muita atenção às consequências de uma caracterização imperfeita, preferindo indicar "normalidades" e "exceções", sem explicar as razões das diversidades de consequências. Por outro lado, a terminologia, raramente unívoca, contribue para que se estabeleçam confusões, dificultando uma exata apreciação das diversas opiniões emitidas.

Não levaria a nada amontoar bibliografia, principalmente se se observa que os conceitos aqui expostos não encontram apôio em nenhum autor.

Passemos, portanto, ao estudo do problema.

*
* *

Ordinariamente o contrato bilateral é definido tomando-se em relação as obrigações recíprocas, assumidas por ambas as partes. De fato é certo que há reciprocidade de obrigações mas é insuficiente indicar esta característica, porque, senão de um modo idêntico, pelo menos bastante semelhante, é a figura dos chamados bilaterais imperfeitos, e mais semelhante ainda, quando ambas as obrigações são contemporâneas.

Assim, são três hipóteses a considerar:

1.°) o contrato bilateral perfeito;
2.°) o contrato bilateral imperfeito, que se verifica, quando, em um contrato unilateral, a parte que de início não contraíra obrigações, por efeito de circunstâncias particulares, venha, posteriormente a assumí-la: assim, o mandante ou depositante para com o mandatário ou depositário, respectivamente, por despesas oriundas da execução do mandato, ou da guarda da coisa;
3.°) quando, em um contrato unilateral se convenciona, contemporaneamente à conclusão do acôrdo, uma segunda obrigação, ficando ambas as partes, "ab initio", vinculadas: assim, o mandato remunerado, o depósito gratificado, etc..

Como se vê, no 2.° caso, a razão creditória do

mandatário ou depositário surge de fatos posteriores ao acôrdo; e, no 3.º, a segunda obrigação é convencionada, deriva do próprio acôrdo.

As definições habituais do contrato bilateral, ordinariamente encontradas nos compêndios e em algumas legislações que seguem a desaconselhada orientação de tudo definir, como o Código francês e também o argentino, não excluem de modo peremptório as duas outras hipóteses. Por essa razão, os autores, que nem sempre distinguem as três modalidades, passam, em seguida à definição dada a fazer ressalvas, aliás nem sempre corretas.

Efetivamente, não só o contrato bilateral perfeito atribue prestações recíprocas. Os bilaterais imperfeitos produzem efeitos semelhantes. Se a segunda obrigação provém do próprio acôrdo (3.º caso, supra) mais estreita é a similitude, senão verdadeira identidade.

A expressão "bilateral imperfeito", como é sabida, vem do Pothier. Os romanos não os desconheciam; assim distinguiam a ACTIO DIRECTA da ACTIO CONTRARIA, a primeira derivada da obrigação prinpal e a segunda, da incidente.

Observa Laurent que "...le législateur français s'est bien gardé de reproduire la distinction que Pothier enseigne, quoiqu'il aime à suivre ce guide..." ("Principes de Droit Civil Français", 4.ª ed., vol. XV, pg. 492), mas êste autor, que é de opinião que os chamados "bilaterais imperfeitos" são sempre unilaterais, — aliás é a opinião mais aceita — apesar da imensidade de sua obra, não se refere, expressamente, à hipótese em que a segunda obrigação seja convencionada, portanto contemporânea da obrigação principal. Todavia, parece ser de opinião de que, nesse caso se deva considerar bilateral.

Quando, na guarda da coisa ou na execução do mandato ocorrem despesas, a segunda obrigação, a cargo do que era apenas credor, já não resulta do contrato, mas de um fato ("ex post facto"), o que a distingue fundamentalmente da obrigação do caso antes figurado, a qual é convencionada, portanto, lidimamente contratual. Não se pode, pois, estabelecer identidade entre ambas.

Escreve Laurent (ob. cit., pg. 492):

"Pour déterminer la nature d'un contrat,

on a égard à ce qui se passe au moment où le contrat se forme. Or, à ce moment les contrats de mandat, de depôt, de prêt sont unilatereaux, parce qu'une seule des parties est obligée. Si le contrat est unilatéral, il reste unilatéral, alors même que la partie non obligée deviendrait obligée par la suite. En éffet, si elle est obligée est-ce en vertu du contrat? Non, donc le contrat reste ce qu'il était, unilatéral. Il faudrait un nouveau concours de consentement pour en changer la nature."

Mas, se suas palavras são certas, não são exatas. Certas porque apresentam uma diferença entre o bilateral perfeito e o imperfeito; mas não são exatas porque o critério diferencial não é preciso no que concerne ao caso em que a segunda obrigação seja contemporânea da obrigação principal, i. é., oriunda do próprio acôrdo. Ou então êle acha que em tal caso será bilateral perfeito.

Demais, o momento em que se forma o contrato não é decisivo. É apelar para a origem e não para o valor intrínseco da convenção, i. é., a correlatividade das prestações.

Aubry et Rau ("Cours de Droit Civil Français — d'après la methode de Zachariæ "—5.ª ed, vol. IV, pg. 469, nota 2) incidem na mesma insuficiência, quando escrevem:

"Ils (os comentadores do Cód. Civ.) enseignent que la nature d'un contrat doit être déterminée au moment où il se forme, abstraction faite des circonstances ulterièures qui peuvent la modifier."

Igualmente Pacifici-Mazzoni ("Instituzioni di Diritto Civile Italiano", 3.ª ed., vol .IV, pg. 69, nota 1):

"...dimodochè sembra più conforme al nostro diritto di considerare i contratti nel momento della loro formazione e non tener conta degli avvenimenti posteriori che danno occasione all'obbligazione dell'altra parte, cui immediatamente e direttamente non vincolò il conttrato."

Também Baudry Lacantinérie & L. Barde ("Traité Théorique et Pratique de Droit Civil", vol. XII, Des Obligations, tomo I, 3.ª ed., pg. 9):

> "En effet, pour apprécier la nature d'un contrat, il faut se placer au moment où il se forme; or, à cette époque l'une des parties seulement est obligée; bien plus, il peut arriver que l'autre ne le soit jamais, puisque son engagement est subordonné à des eventualités".

De modo que os chamados bilaterais imperfeitos são sempre unilaterais. Mas, êstes mesmos autores, considerando o outro caso — quando as obrigações são simultâneas, provenientes do próprio acôrdo, como no mandato remunerado, etc., escrevem:

> "Les contrats qui, de leur nature, sont unilatéreaux, peuvent, par la volonté des parties, être transformés en contrats synallagmatiques. Il suffit pour cela qu'elles introduissent dans la convention une clause faisant naître immediatement un engagement à la charge du contratant qui n'est pas obligé de plein droit" (ob. cit., pg. 10).

E continuam:

> "...Mais un contrat de depôt ou de mandat se transforme en contrat synallagmatique par cela seul qu'un salaire est promis au dépositaire ou au mandataire" (pg. 12).

Em seguida fazem notar que Aubry et Rau e Demolombe divergem, achando êstes que mesmo nesse caso o contrato permanece unilateral, A MENOS QUE RESULTE DO CONJUNTO DE CIRCUNSTÂNCIAS QUE AS PARTES QUISERAM EMPRESTAR UM CARÁTER BILATERAL.

E mais certo andam Aubry et Rau e Domolombe, pois, como procuraremos demonstrar no curso do presente estudo, não é "pour cela seul qu'un salaire est promis au dépositaire ou au mandataire", que se transforma um contrato unilateral em bilateral. Se um sa-

lário é convencionado, o contrato passa de gratuito a oneroso, mas nem porisso de unilateral a bilateral. Daí porque não é suficiente indicar o momento da formação do contrato.

Ruggiero parece mais arguto, quando escreve:

> "...estas contraprestações também teem caráter acidental em face do tipo normal do contrato de depósito ou de mandato e, se lhes tiram a qualidade de negócios gratuitos, não os transformam de unilaterais em sinalagmáticos". ("Instituições de Direito Civil", vol. III, pg. 216 — Trad. Ary dos Santos).

Com efeito, é essencial à bilateralidade que uma prestação represente o correspectivo da outra. Com essa nota colide, por um lado, a natureza eventual da segunda prestação, e, por outro, a convenção acessória contemporânea da obrigação principal.

Tal é a disparidade de opinião, nesta matéria, que até a própria doação, contrato unilateral por excelência, é por alguns escritores considerada bilateral, quando a liberalidade é limitada por encargos.

O que poderia parecer um cochilo de Clovis Bevilaqua, ao dizer êste autor que o encargo em uma doação "a transforma dentro de certo limite de contrato unilateral, que é, um bilateral" ("Cód. Civ. Comentado", vol. IV, 5.ª ed., Obs. ao art. 1.180), tem apôio em B. Lacantinerie & L. Barde (Ob. cit., pg. 11), que assim se manifestam:

> "Celle-ci (a doação), de sa nature, est un contrat unilateral. Mais lorsque des charges ont été imposées au donataire, elle revêt un caractère bilateral. En effet, elle peut-être revoquée à raison de l'inexécution de ces charges. Art. 953. Or, cette révocation n'est qu'ne conséquence de la condiction résolutoire sous-entendue, aux termes de l'art. 1.184, dans tous les contrats synallagmatiques pour le cas où l'une des deux parties ne satisferait pas à son engagement. Arg. de l'art. 954."

Melhor doutrina consigna Ruggiero (Ob. cit., pg. 367), quando ensina:

"Se... o contrato se transforma de unilateral em bilateral, é questão também debatida entre os escritores. Eu creio, porém, que deve ser resolvida negativamente; a doação é um contrato por sua natureza essencial, unilateral, visto não originar normalmente senão obrigações "ex uno latere", assim como por sua natureza essencial é gratuito."

Todavia não usou da necessária precisão ao escrever "normalmente", pois a estrutura jurídica da bilateralidade deve ser fixada pela análise, e "normalidade" pressupõe indução estatística, como se fosse um coligir semelhanças e abstrair diferenças, método das ciências naturais. A doação é unilateral em qualquer hipótese, não porque, como acentua o citado autor, "normalmente" só traga obrigações "ex uno latere", mas porque a figura contratual não implica um correspectivo como elemento essencial: a contrapartida não é "conditio juris" da figura. E o segrêdo do contrato bilateral reside em que a prestação é "conditio juris" da contraprestação, não se podendo conceber uma senão como causa da outra. De tal maneira se exigem em feliz conúbio, que uma pressupõe a outra como sua razão de ser. A diferença máxima, entre um contrato bilateral e os que lhe são semelhantes, deve ser pesquisada na relação essencial entre as prestações, cujo laço desnuda a peculiaridade própria desta categoria de contratos.

Não é, portanto, apenas a reciprocidade de prestações, mas O FUNDAMENTO DESSA RECIPROCIDADE. Definir o contrato bilateral indicando apenas a reciprocidade de prestações ou de obrigações, não é explicá-lo, mas constatar, somente, um de seus vários efeitos, de vez que ainda se pode continuar perguntando: e por quê determina reciprocidade de prestações? Para se dar um passo mais, é necessário afirmar que ambas as prestações são, uma a causa da outra.

Reciprocidade existe nos bilaterais imperfeitos, que permanecem sempre unilaterais; reciprocidade existe, quando as obrigações são simultâneas, como no mandato remunerado, que, embora oneroso, é unilateral.

Assim, enquanto alguns autores ensinam que se

deve olhar para o momento da formação do contrato, como já se viu, usando de um critério cuja impropriedade já foi denunciada, Savigny, sem todavia extrair consequências de maior relevância, exprime-se, em magnífica síntese:

> "Mais l'essence d'un contrat synallagmatique... consiste dans la conception de deux obligations indissolublement liées, de sorte que l'une n'existe que par l'autre, et que par conséquent toutes deux forment les deux moitiés d'un seul et même rapport de droit." ("Le Droit des Obligations" — Trad. de C. Gérardin et Paul Jozon, 2.ª ed., vol. II, pg. 152).

No mesmo sentido, Lomonaco:

> "Il contratto bilaterale fa nascere nel medesimo tempo due obbligazioni principali e correlative, di cui una è la causa dell'altra". ("Delle Obbligazioni e dei conttrati in genere", 1890, vol. I, pg. 64).

Uma é causa da outra porque a condição resolutória (tácita), que se diz subentendida nos contratos bilaterais, estabelece a inter-dependência das prestações, tornando-as de tal modo correlatas que a promessa de uma é feita sob a condição do implemento da outra.

Êsse caráter não vem da lei, nem a lei é aquí soberana para atribuir qualidades. O legislador, disciplinando uma relação jurídica, encontra figuras ideais, entes lógicos, de cuja íntima estrutura não pode fazer caso omisso. Que seria de uma compra-e-venda sem o preço? De uma locação sem a coisa?

O contrato bilateral perfeito — o único que é verdadeiramente bilateral, sendo, pois, redundante a expressão — tem por pressupôsto o ser inconcebível sem a duplicidade de prestações, RECIPROCAMENTE CONDICIONADAS. É inconcebível uma venda sem o preço, mas perfeitamente concebível é um depósito sem remuneração.

Parece que com isto tocamos a essencial diferença entre uma e outro. Enquanto a primeira falta a seus fins se eliminamos uma das prestações o outro

subsiste pleno de sentido, como uma figura jurídica possível (e real), se desprezamos a remuneração, porisso que esta não é um consectário de sua essência.

O depósito, quando remunerado, perde a qualidade de negócio gratuito, tornando-se oneroso, mas unilateral. O que reclama a duplicidade de prestações, COMO ELEMENTOS ESSENCIAIS, não é a vantagem que as partes procuram, mas a natureza peculiar do contrato. A distinção entre onerosos e bilaterais deriva de pontos-de-vista diversos. Donde a possibilidade de haver onerosos unilaterais.

Robustece a convição de que se deve partir do ponto-de-vista do que é ou não concebível, para se caracterizar a bilaterabilidade e ao mesmo tempo sulcar a divisória de tudo o mais que não é bilateralidade o exame do fim ou objetivo que se pretende alcançar mediante um contrato.

A duplicidade de prestações, COMO ELEMENTOS ESSENCIAIS, (e não a mera duplicidade, que pode ter uma natureza apenas acidental, eventual ou incidente) traça nítida distinção de tôda bilateralidade, que só o é na aparência.

Essa duplicidade essencial, peculiar aos verdadeiros bilaterais, decorre do fim ou objetivo de um contrato, o que torna inequívoco seu sentido.

O mandato, por exemplo, quando remunerado, apresenta uma duplicidade de prestações, mas que não lhe é inerente, como se pode demonstrar, esclarecendo que o fim do mandato, — seu objetivo (sentido) — é a simples transmissão de podêres, e para conseguí-lo não é necessário, como requisito essencial para a existência do mesmo contrato, uma prestação correspectiva. A transmissão de podêres, para constituir um representante, não implica uma contrapartida como elemento essencial, "sine qua non", da figura contratual.

O mesmo se dirá do depósito, que, sendo remunerado, é oneroso, mas, unilateral, de vez que a guarda da coisa não implica, como elemento lógico, uma remuneração. Esta, se houver, não assume a natureza de um correspectivo, uma vez que o mesmo contrato atinge seus fins, independentemente da segunda prestação. Enquanto que o verdadeiro bilateral implica uma prestação correlata, sem a qual não há contrato, ou se cai em outra espécie de convenção: uma venda

sem preço é doação; locação sem retribuição é comodato.

O depósito é unilateral, porque não traz implicito em seu conceito, como elemento precípuo, uma contrapartida, sem a qual se tornasse inexistente o contrato, como possibilidade lógica. O art. 1.265, parágrafo único, do nosso Código Civil, usa de uma expressão muito exata, quando dispõe que o depositário pode ser "gratificado", a qual indica a natureza independente, da segunda prestação, que deriva da promessa extrínseca, e não do próprio depósito.

O mútuo dá oportunidade a algumas observações.

Todo contrato gratuito é unilateral. Neste ponto não há dúvidas. Em geral, as dificuldades surgem quando se opera uma transformação do ponto-de-vista da vantagem que pretendem os contraentes, e uma confusão se estabelece, quando se procura determinar as relações entre a onerosidade e a bilateralidade. Logo parece que por se tornar oneroso, torna-se bilateral. O mútuo feneratício, entretanto, é um exemplo típico de contrato oneroso unilateral. Só há obrigações para o mutuário, seja gratuito, seja oneroso o mútuo. Quando oneroso, cabe ao mutuário, além da obrigação de restituir o objeto do mútuo, pagar os juros estipulados. Como se vê, a característica da bilateralidade independente da da onerosidade. As distinções, como já foi acentuado, procedem de pontos-de-vista diversos. Se outros contratos se prestam a confusões, parecendo que todo oneroso deva ser bilateral, o mútuo revela a distinção que se deve fazer, e de um modo muito claro.

Entretanto, Clovis Bevilaqua equivoca-se ao comentar o art. 1.261 do Cód. Civ., que estabelece:

> **Art. 1.261.** "O mutuante pode exigir garantia da restituição, se, antes do vencimento, o mutuário sofrer notória mudança de fortuna."

Escreve Clovis, nas "Observações"—:

> "Êste dispositivo nada mais é do que uma aplicação do preceito geral contido no art. 1.092, 2.ª alínea, que domina todos os contratos bilaterais."

Em seguida, transcreve o art. 1.092, continuando depois:

> "O mutuante já satisfez a sua prestação, mas a lei o considera na situação do contratante, que a tem de prestar em troca de outra correspondente"...

O art. 1.261, aliás, é aplicável ao mútuo gratuito, o que põe em evidência o descaso do comentador ao invocar a regra do art. 1.092. Justamente por não se compreender nesta disposição, é que foi preciso considerar a hipótese em artigo especial.

Tratando-se de depósito oneroso, caberia duvidar da unilateralidade pelo fato de haver duas prestações, uma a cargo de cada contratante, porém, quanto ao mútuo, parece impossível qualquer dúvida, visto as obrigações serem, ambas, "ex uno latere".

A essência do contrato bilateral reside na cláusula resolutória, a qual, nos contratos bilaterais nominados, é tácita, pelo fato de resultar do sentido lógico da figura, enquanto nos contratos bilaterais inominados deve ser expressa, isto é, resulta do acôrdo das partes, no sentido de condicionar a execução da prestação de uma das partes ao implemento da que incumbe ao outro contratante.

Nada obsta a que as partes estabeleçam uma cláusula resolutória expressa, e somente em tal hipótese haverá contrato bilateral. Assim e SÓ ASSIM é possível transformar um contrato unilateral em bilateral. Porisso, como já foi dito acima, citando B. Lacantinerie & L. Barde, não é somente por se prometer um salário ao depositário ou ao mandatário que se transforma um contrato unilateral em bilateral, pois a simples remuneração prometida ao depositário ou mandatário não induz à presunção de uma cláusula resolutória.

Não é a simples remuneração, mas a circunstância de o consentimento, no sentido de aceitar o depósito, por exemplo, ser dado sob a condição de uma remuneração.

Assim, se a essência do contrato bilateral reside não apenas na mera duplicidade de prestações, mas no vínculo resolutório que as condiciona, nada impede

que as partes transformem um contrato ordinariamente unilateral em bilateral, introduzindo uma cláusula resolutória.

Porisso nos pareceu mais acertado o conceito de Aubry et Rau e Demolombe (supra) contido nas expressões: ..."A menos que resulte do conjunto de circunstâncias que as partes quiserem emprestar um caráter bilateral."

Embora êstes autores não tenham investigado expressamente a função da cláusula resolutória, como elemento essencial da bilateralidade, é de supor que suas palavras devam ser interpretadas no sentido expôsto, pois parecem lobrigar, numa vaga alusão, a essência do problema.

Na suposição de havermos penetrado a estrutura íntima da relação de bilateralidade, terminaremos estas disquisições, propondo a seguinte definição:

CONTRATO BILATERAL É AQUELE, CUJO FIM DETERMINA, IMPLÍCITA OU EXPLICITAMENTE, RECIPROCIDADE DE OBRIGAÇÕES, POR FÔRÇA DA CLÁUSULA RESOLUTÓRIA, QUE CONDICIONA A EXECUÇÃO DE UMA PRESTAÇÃO AO IMPLEMENTO DA OUTRA.

PERFUMARIA ODALISCA

Completo Sortimento de Essências e Outros Artigos de Perfumaria.

F I O R E N Z A & N O V E L L I N O

Rua da Imperatriz, 121 — Fone: 2362 — R e c i f e

Ó T I C A M O D E R N A

T A L M A N & C I A.

Artigos de Ótica e Fotografia — Oficina Mecânica de Alta Precisão.

R U A N O V A, 175 -:—:- TELEFONE: 6013

R e c i f e - P e r n a m b u c o

FDR
Doação do Dr J. C. Neves
n. 1284

A N É I S D E G R A U

SORTIMENTO COMPLETO NA

Joalharia REGULADOR DA MARINHA

R U A N O V A , 223

RESTAURANT E BAR "NORMANN"

Praça da Independência, 32/36 — Fone: 6206

ESPECIALIDADES DA CASA: —

Sábados — Almoço: Feijoada completa. — **Jantar:** Eisbein, Choucroute, Puré de Ervilhas.

Quintas-feiras — Dobradinha.

Segundas-feiras — Cozido à Brasileira.

Almôço comercial: 4$500 -:—:- CHOPP DA BRAHMA

C A S A P É R O L A

RUA DAS LARANJEIRAS, 36 — RECIFE — Fone: 6880

ANTONIO S. DE OLIVEIRA

Compra OURO, Prata, Moedas de Ouro e Prata, BRILHANTES de 500$ a 3:000$ o Kilate. Concertos e Confecções de Joias.

Concerta seu relógio e dá cartão de garantia por 1 ano.

C A S A L O H N E R

MÉDICO-TÉCNICA

ELETRICIDADE MÉDICA — CIRURGIA-DENTARIA

EXPORTAÇÃO — FABRICAÇÃO

R E C I F E

R U A N O V A , 259

TELEFONE: 6893 -:—:- Telegr.: RENOL

Oficinas Gráficas do
JORNAL DO COMMERCIO
Recife - 1942

Jw 191

NÃO PODE SAIR
DA BIBLIOTECA

340.05
R 297ca